

cadernos do

terceiro mundo

a contrarrevolução na Nicarágua

Tomás Borge:

Revista Mensal • Julho • 1980

Cr\$ 80,00/Kz 60,00/PG 60,00/Esc 60\$00

ANO III Nº 25



Exclusivo:
entrevistas com
o Presidente José
Eduardo dos Santos
e com o Secretário
do MPLA, Lúcio Lara

Angola: a guerra continua



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

cadernos do terceiro mundo

Nesta edição

3 Carta aos leitores: De Manágua a Luanda passando por Lisboa

4 **Editorial** – Os “cowboys” do apocalipse

Matéria de capa: Angola – A guerra continua

6 Zé Eduardo: Por uma África livre, entrevista com o Presidente de Angola, *Altair L. Campos*

13 Do MPLA ao Partido do Trabalho, a luta continua, entrevista com o Secretário Geral do MPLA, *Lúcio Lara*

África

24 Chade: O reinício da batalha, *Carlos Pinto Santos*

32 Cabo Verde: A conquista da independência econômica, *Margarida G. Fernandes*

34 São Tomé e Príncipe: Consolidação da linha progressista, *Luís Moita*

38 Camarões: Mais cinco anos de ditadura, *Carlos Comitini*

40 Uganda: Obote está de volta, *J. Patrick*

42 África do Sul: Zabriskie Point na terra do apartheid, *Beatriz Bissio*

Oriente Médio

46 Mundo Árabe: Uma proposta de unidade

48 Egito: Campo David: um instrumento das multinacionais, *Neiva Moreira*

Comunicação

52 Cadernos do Terceiro Mundo chega ao Brasil

América Latina

56 Nicarágua: A contra-revolução, *Roberto Remo*

60 Brasil: Reino dividido é reino destruído, entrevista com D. Paulo Evaristo Arns, *Paulo Cannabrava Filho*

64 Colômbia: Vinte anos de guerrilha, *José Antonio Jaramillo*

69 Chile: Renasce o movimento estudantil, *José Rojas*

73 Pela Unidade operária, em defesa da indústria nacional, *Nilton Caparelli*

75 Cone Sul: A internacional da repressão, *Luís Rodrigues dos Santos*

77 Jamaica: O FMI vai às urnas, *Clarence Ben Brodie*

Ásia

82 Coreia: Um sistema em crise, *J.J. Poitiers*

84 Nepal: Instabilidade no reino do Himalaia, *Lao Kee*

Ciência e Tecnologia

87 O carro elétrico

90 Panorama Tricontinental

Especial – O 25 de abril em Portugal

96 Vasco Lourenço, a revolução seis anos depois, uma entrevista à nossa equipe de Lisboa

Cultura

106 Música brasileira em Angola



Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisso

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro • Juan Sumavia • Henri Pease Garcia
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

Nº 25

Edições em português

Edições em espanhol

Nº 39

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Senna (Brasília)
Paulo Canabrava Filho (São Paulo)

Arte
David Gomes Araújo (Editor)
Mariana Nakano

Revisão
José Gondim

Publicidade
Jesus Antunes

Circulação
Mauro Fernandes de Sousa

Documentação e Arquivo
Mara Goretti Moreira

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Lapa, 180 (sobrela "A")

CEP 20.021 - Rio de Janeiro (RJ)
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C.G.C. (IME) nº 30.876.783.000132

Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo nº 013.539

Registro no SCDP SR/DFE
Protocolo nº 008915

Composição: SERTHEL Editora Ltda.
Rua da Lapa, 180 - 506 507

PREÇO DO EXEMPLAR: Cr\$ 80,00
Assinatura anual: Cr\$ 900,00

**ANGOLA • CABO VERDE •
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •
PORTUGAL e SAO TOMÉ e PRÍNCIPE**

Editor
A. L. Campos

Administração
Ernesto Padua

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
João Escadinha

TRICONTINENTAL Editora Ltda.
Calçada do Gombro, 10/19
telefone 32 06 50 - Lisboa • 1200

Representações

Angola
Luís Henrique - Caixa Postal 3593 - Luanda

Moçambique
Erváldo Hipólito
Rua da Komissa, 153 - Maputo

Editor

Roberto Rêgo

**MEXICO • AMERICA CENTRAL •
AMERICA DO NORTE e CARIBE**

Gerente Geral
Luis Carlos Cardoso

Edição Periodistas del Tercer Mundo A.C.
Escritorio: calle San Lorenzo, 153, 4º Piso
Mexico, 12 DF. telefono: 559 3013
Correspondencia: Apartado Postal, 20 572
Mexico, 20, DF.

**BOLIVIA • CHILE • COLOMBIA •
ECUADOR • PERU e VENEZUELA**
(Edición Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Teléfono 724

Edição em inglês

Nº 7

**ESTADOS UNIDOS • CANADA •
EUROPA e PAISES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Geldric Befrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não Alinhados. Mantem um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Noviembre (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental - Angola - Argélia - Argentina - Austrália - Áustria - Bangladesh - Belize - Bélgica - Bolívia - Brasil - Cabo Verde - Canadá - Checoslováquia - Chile - Colômbia - Costa Rica - Cuba - Dinamarca - El Salvador - Equador - Espanha - Estados Unidos - Etiópia - Finlândia - França - Granada - Guiana - Guiné-Bissau - Honduras - Iémen Democrático - Índia - Indonésia - Iraque - Iugoslávia - Jamaica - Japão - Kuwait - Líbano - México - Moçambique - Nicarágua - Nigéria - Panamá - Paraguai - Peru - Portugal - Porto Rico - Quênia - República Dominicana - Saara - São Tomé e Príncipe - Seychelles - Sri Lanka - Suécia - Suíça - Taiti - Tâncanje - Santa Lúzia - Tailândia - Trinidad e Tobago - Uruguai - União Soviética - Venezuela - Vietnã - Zâmbia - Zimbábue

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRE-TANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4/A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

De Manágua a Luanda, passando por Lisboa

Aos leitores

O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos e o secretário-geral do MPLA — Partido do Trabalho, Lúcio Lara, em entrevistas concedidas ao nosso companheiro Altair Campós, fizeram um balanço dos avanços do processo revolucionário angolano, destacando-se a estruturação do Poder Popular. Zé Eduardo deixou claro que o compromisso com a emancipação dos povos africanos é um princípio irrenunciável da revolução e não é por outro motivo que Angola tem sido vítima da permanente agressão imperialista.

A milhares de quilômetros de Luanda, um dos mais destacados líderes de outra revolução vitoriosa, o comandante Tomás Borge, ministro do Interior da Nicarágua, explica a Roberto Remo, da redação no México, aspectos fundamentais da situação em seu país. Este mês se comemora um ano da vitória sandinista. Dois redatores de "Cadernos" realizaram na Nicarágua uma extensa e documentada reportagem sobre esses 12 meses decisivos. Esse será, no entanto, tema do próximo número.

Em certo sentido, a entrevista feita pela equipe redacional de Lisboa com o major Vasco Lourenço não se distancia muito do tema central das declarações de Zé Eduardo, Lara e Borge. Um dos seus pontos essenciais é a análise dos motivos pelos quais os Capitães de Abril foram sistematicamente afastados de um poder que eles próprios conquistaram. Vasco é um influente membro do Conselho da Revolução e uma das tônicas de sua exposição é o otimismo. No momento em que se registra um auge da pressão de direita em Portugal, é importante saber que, nas Forças Armadas, a direita não encontra apoio aos seus propósitos contra-revolucionários.

Para os leitores brasileiros, a entrevista de D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, a Paulo Cannabrava Filho, é de especial inte-

resse. No entanto, esse interesse não se limita ao Brasil. O que se passa neste país é acompanhado atentamente em muitas partes do mundo, sobretudo se o tema é tão discutido como as relações Igreja-Estado e Estado-Povo.

Muitos outros temas completam esta edição. A guerrilha na Colômbia, as manobras desestabilizadoras contra o governo de Manley, na Jamaica, a luta democrática no Chile e outros assuntos latino-americanos marcam nossa presença numa área onde as lutas populares se desenvolvem. Mas também vamos mais adiante: nossos correspondentes ou colaboradores estão atentos aos acontecimentos mais importantes do momento, seja no Oriente Médio, no Nepal, na Coreia, no Chade ou no Camarões.

Esperamos ter atendido, pelos menos em parte, às observações de alguns leitores, principalmente jornalistas, sobre as deficiências técnicas da primeira edição no Brasil. Naturalmente, passará ainda algum tempo para que entreguemos aos leitores a revista que aspiramos. O essencial é que estamos atentos a esse desafio e os próprios avanços realizados nesta edição são indicativos desse esforço da nossa equipe.

Uma observação sobre o número da revista. Os leitores que já estavam habituados com ele o encontrarão agora discreto e fora do seu lugar habitual. Ocorre que quando tínhamos uma só edição não havia problema. Hoje, no entanto, estamos no nº 39 no México, no nº 2 no Peru, no nº 6 em inglês e no nº 25 em Portugal e Brasil. Como não se trata de um exercício de numerologia, o melhor será reduzir o tipo e unificar os critérios. No futuro, quando tivermos uma idéia de como funciona esse mecanismo nos demais países, é possível que a indicação das capas seja pelo mês e não mais pelo número. O essencial é que a revista seja a mesma.

O Editor

CORREIO DO LEITOR

Lamentavelmente deveres profissionais obrigam-me a estar em São Paulo na data do lançamento da edição brasileira de **cadernos do terceiro mundo**. Agradeço a gentileza do convite, felicitando a editora. Senador Nelson Carneiro — *Brasília, DF*.

Cardeal Arns agradece o convite para o lançamento de sua edição brasileira, enviando parabéns. Cônego Antônio Trivinho, Chanceler — *São Paulo*.

Auguro votos de grande sucesso a toda equipe, esperando ecoe no Brasil profícuo trabalho África, América Latina, Ásia e Caribe. Márcio Moreira Alves — *Rio de Janeiro, Brasil*.

Ausente em Montevidéu, formulo ao companheiro Neiva Moreira e equipe votos de parabéns lançamento de **cadernos** no Brasil. Leonel Brizola — *Montevidéu, Uruguai*.

Impossibilitados estar presentes, congratulamos com companheiros edição brasileira. Equipe CTM Lisboa — *Lisboa, Portugal*.

Estados Unidos: os

Senhores, se vocês acreditam que os Estados Unidos têm o poder de dispor do mundo da maneira como lhes convier, que lhes seja possível dominar a União Soviética pelo simples fato de o quererem, ou que se possa impedi-la de ser uma superpotência, vocês estão loucos. E essa loucura é uma loucura perigosa". Essa opinião, vinda de quem veio, ganha ressonância e oferece indicações de especial valor para que sejam compreendidos os terríveis riscos que envolvem a atual conjuntura internacional.

● Seu autor é Cyrus Vance, que, até pouco tempo, era o secretário de Estado do presidente James Carter e um dos diplomatas mais representativos do *establishment* norte-americano. Os destinatários de tal advertência são aqueles que, em última análise, controlam o governo e são diretamente responsáveis pelo curso de uma crescente confrontação com a União Soviética, o que assinalou a involução de um clima de distensão para o atual, de guerra fria, prenhe de ameaças para a segurança do planeta. Mas, numa escala mais ampla, Vance se dirigiu a todos os grupos de poder, no governo e na oposição, que mantêm o tresloucado desígnio de perpetuar, intacta e a todo custo, a hegemonia norte-americana, não obstante as transformações sucedidas durante os últimos anos na correlação das forças internacionais.

● Todos esses setores foram tachados de irresponsáveis pelo ex-secretário de Estado, que disse: "conduzir as relações Este-Oeste com realismo e prudência não deveria ser um mistério". Acrescentou que é uma "ilusão perigosa" a convicção de que exista "uma solução militar para problemas que não são militares". "O potencial militar norte-americano é essencial para a manutenção do equilíbrio militar global. Nossas forças devem ser modernizadas. E vão sê-lo. Mas uma potência militar aprimorada é a base, e não o substituto da diplomacia. O emprego da força militar não é nem deveria ser uma desejável resposta política norte-americana aos processos políticos internos das demais nações".

● Vance fez essas afirmações durante uma conferência na Universidade de Harvard no início do mês de junho passado. Desde que renunciou ao seu cargo, em pública divergência com a fracassada *blitz* aérea ordenada por Carter com a intenção de libertar os reféns da embaixada norte-americana em Teerã, o ex-secretário de Estado mantivera-se em silêncio. No entanto, haviam-se

consolidado as tendências belicistas que Vance enfrentara dentro do governo, de maneira a preservar o diálogo com Moscou; não porque tivesse algum tipo de simpatia para com a URSS, mas sim para com os interesses — bem entendido — dos Estados Unidos e dos seus aliados.

● Essas tendências viram-se estimuladas pelo desenvolvimento da campanha eleitoral. Carter, no afã de derrotar o seu rival do Partido Democrata, o senador Edward Kennedy, acudira às armas efetivas: uma política internacional ultradura, incluindo um ultimato para que os soviéticos desistissem da sua intervenção militar no Afeganistão, sanções econômicas e boicote às Olimpíadas. Enquanto aumentava o orçamento bélico e reforçava o dispositivo militar norte-americano em diversas áreas do mundo, advertia que os Estados Unidos lançariam suas tropas em zonas estratégicas (como o Golfo Árabe), no caso de ser alterado — mesmo por mudanças internas — o status-quo.

● Com extrema rapidez, esse presidente, eleito por ter-se apresentado ao país como "pomba", travestiu-se em "falcão". O fato de que essa postura agressiva lhe valesse uma notável reação positiva em seu abalado prestígio, tanto a nível de pesquisas nacionais como nos comícios do Partido Democrata, delineou uma tendência inquietante. E essa tendência coincidiu com o que se passou no outro partido do *establishment*: o ultraconservador Ronald Reagan impôs-se folgadoamente aos seus competidores republicanos.

● Ambos os dados indicam, claramente, que o espírito "pós-Vietnam" resultou em fenômeno passageiro. Se a derrota norte-americana no sudeste asiático desprestigiou os adeptos do intervencionismo e da aventura militar e abriu caminho para as promessas pacifistas de Carter, a mudança de opinião desse presidente (cuja única meta parece ser a sua reeleição) e o ascenso de Reagan, mostram agora a ressurreição do espírito hegemônico, fortemente arraigado na sociedade norte-americana. O orgulho nacional, próprio dos valores imperialistas, sentiu-se humilhado pelos sucessivos reveses na África, na Ásia, no Golfo Árabe e na América Central.

● Esse mesmo orgulho produziu um grave falseamento da situação. Não admitiram que as mudanças eram motivadas por uma corrente histórica que impulsiona os povos a se livrarem da dependência e, por isso, negaram a necessidade de colocar os Estados Unidos diante de uma realidade

“cowboys” do apocalipse

de que questiona sua hegemonia. Optaram pelo desconhecimento desses fatos, e justificaram-nos exclusivamente pelo que foi qualificado de “incontível expansionismo soviético”.

● A partir dessa distorsão, diagramou-se a resposta. Washington deveria obrigar Moscou a recuar sob pena de represálias, de interrupção do diálogo, de suspensão das negociações sobre armamento estratégico, e de se voltar a uma confrontação total. Aparentemente acreditou-se, com uma visão policialesca do ordenamento do mundo, que o diálogo entre as duas superpotências poderia levar a um entendimento através do qual a URSS reduziria o seu papel internacional segundo as aspirações norte-americanas, e que isso produziria uma rápida dissolução dos fermentos pró-liberacionistas no Terceiro Mundo.

● O único resultado dessa presunção foi um incremento acelerado da tensão, sem que nenhum dos objetivos externos indicados pelos Estados Unidos fosse atingido. Mas, como no plano interno, essa política traz bons dividendos eleitorais, os duros — Reagan e Carter — são os candidatos favoritos para o próximo período presidencial.

● A perspectiva de que tal política prossiga, e quem sabe, se prolongue com maior energia, despertou profundas preocupações, mesmo dentro do próprio *establishment*. O fato de que um homem como Vance questione radicalmente as atuais decisões e que, no campo eleitoral, não obstante haver perdido a maioria dos eleitores na corrida pela designação do pretendente democrata, Kennedy mantenha com mais força o seu desafio a Carter, indica, sem dúvida, que no mais alto escalão do sistema norte-americano, há uma séria divisão a respeito da projeção externa da superpotência. Mesmo que figuras como Kennedy e Vance estejam (ao menos hoje) localizados na área liberal — o que, em termos norte-americanos, equivale à centro-esquerda — eles não estão menos interessados do que os seus adversários em preservar a posição do seu país.

● A alternativa exposta por Vance em Harvard propõe um diagnóstico pragmático das relações de poder e a admissão da evidência de que um esquema bipolar já não é válido; que uma “Yalta 1980” entre os dois é uma hipótese inviável. Por isso, os Estados Unidos deveriam conceber um sistema de alianças dentro do ocidente capitalista, modificando a primazia absoluta que exercia desde o pós-guerra. Trata-se de, simplesmente, acomodar-se a uma situação dada, e de procurar

preservar, não o impossível, mas todo o possível. E acrescenta que, tratar com o bloco socialista a partir de posições de força e prometer intervenções no Terceiro Mundo, além de ser ineficaz, provocará uma escalada que pode culminar na guerra total.

● A exposição do ex-secretário de Estado coincidiu com um sinal de alerta aterrador. Pela segunda vez no curso de uma semana (e pela terceira vez em seis meses), defeitos no sistema de detecção do Comando Militar Norte-Americano denunciaram falsos ataques atômicos soviéticos aos Estados Unidos. Um arsenal nuclear que pode destruir o mundo esteve, uma vez mais, próximo de ser disparado por causa de um dispositivo cuidadoso, implacável e imperfeito. Uma guerra fria que está sendo aquecida e um armamento incessante estão criando os requisitos funestos para que a falha técnica possa desatar um holocausto nuclear.

● Defende-se, então, a exigência de se reverter o caminho da loucura e substituí-lo pelo diálogo, pela distensão e pelo desarmamento. Essa exigência elementar não faz concessões à esquerda ou à direita, a favor ou contra o capitalismo ou o socialismo, mas concessões à sensatez. Trata-se de uma questão de interesse universal, pois tal postura é também assumida pelos governos e forças europeus, aliados tradicionais dos Estados Unidos, que vêm com aflição esses perigos, da mesma maneira que um outro setor importante da superpotência norte-americana.

● Mas, nos Estados Unidos, que são o foco central da tensão, prevalecem os “duros”. Carter e Reagan campeiam no horizonte eleitoral como os *cowboys* do apocalipse. Pareceria lógico que, também nos Estados Unidos, o desejo de paz esclarecesse as consciências e corrigisse o rumo inspirado na lógica do confronto direto. Essa é a aposta das “pombas” numa corrida contra o tempo.

● Com efeito, pode-se imaginar que dentro de um prazo relativamente curto, o público norte-americano vai se dar conta dos riscos dessa escalada, e os tradicionalmente “duros” (ou os que se converteram em tal por meras pressões eleitorais), deixarão de exibir o apoio que hoje ostentam. Não é o caso de se fazerem previsões, mas à luz dos dados hoje disponíveis, parece difícil que esse esclarecimento, caso se verifique, chegue a tempo de respaldar os candidatos que ainda sustentam a validade do diálogo. □

Zé Eduardo: por uma África livre

*O Presidente da República
Popular de Angola,
José Eduardo dos Santos,
em entrevista exclusiva
aos cadernos do terceiro
mundo, fala das lutas de
libertação na África e
da construção do
socialismo no seu país*

Altair L. Campos

O suor
como exemplo



José Eduardo dos Santos, 37 anos, Presidente da República Popular de Angola, chegou à chefia do Estado após a morte de Agostinho Neto, por indicação unânime do Comitê Central do Movimento de Libertação de Angola – Partido do Trabalho. Zé Eduardo ou ainda Zezinho, como é carinhosamente chamado pela população do país, foi militante e combatente no MPLA pela libertação da dominação colonial portuguesa. Engenheiro especializado em petróleo e comunicações, José Eduardo dos Santos aborda não só importantes temas do processo revolucionário angolano, como também analisa a libertação do Zimbábue e a luta do povo da Namíbia pela independência.

Presidente, na sua opinião, qual a repercussão da independência do Zimbábue em relação à África Austral?

— A independência do Zimbábue representou, em primeiro lugar, um grande triunfo para o seu povo e, em segundo lugar, ela foi também uma grande vitória para todos os países da Linha de Frente que, durante longos anos, não pouparam esforços para dar o seu apoio efetivo, tanto no plano material como no plano logístico e diplomático, aos combatentes da Frente Patriótica. Essa vitória teve repercussões bastante positivas na África Austral porque ela veio estimular todos os outros povos que, nessa zona do nosso continente, se encontram ainda em luta contra a dominação colonial e racista.

A que ponto vai esse incentivo?

— Um elemento fundamental foi a brilhante vitória da Frente Patriótica, que veio demonstrar que um povo organizado e decidido a lutar de armas na mão pode vencer os seus inimigos por mais fortes que eles sejam. Esta lição é importante não só para os combatentes na Namíbia e da África do Sul, que neste momento ainda travam uma luta extremamente difícil, mas também para aqueles que, nesses países,

teimam em manter os regimes de dominação e opressão.

O senhor acredita então que, a partir de agora, haja um maior apoio da África, em geral, ao novo país independente, como também à Namíbia e ao povo da África do Sul?

— A vitória da Frente Patriótica veio despertar uma maior consciência nos países africanos no sentido de preservar a unidade de todas as forças progressistas, de forma a levar ao povo do Zimbábue um apoio moral, diplomático e político nessa nova fase da sua luta para a edificação de uma nova sociedade, soberana e independente. Assim, os países da Linha de Frente, nesse contexto, têm feito os maiores esforços para ajudarem o novo governo de União Nacional do Zimbábue a consolidar as vitórias já alcançadas. Isso permitirá que esse governo possa de fato edificar, no quadro da Unidade Nacional, as tarefas de reconstrução nacional, como também um Zimbábue forte, próspero, que traga a felicidade para as massas populares do país.

A libertação da Namíbia

E quanto à Namíbia e à África do Sul?

— Essa vitória do povo do Zimbábue e os esforços que os países da Linha de Frente têm desenvolvido para que se estabeleçam, de fato, a paz e a estabilidade na África Austral, levam-nos agora a pensar de forma mais objetiva no problema da Namíbia. Não há dúvida que as eleições realizadas no Zimbábue vieram demonstrar que é possível encontrar soluções pacíficas e justas para os problemas complicados em que estão mergulhadas as partes em conflito armado, desde que haja um empenho sincero dos dois lados. E, por isso, nós pensamos que também a Namíbia, no quadro do Plano das Nações Unidas para o Processo de Independência do país, poderá encontrar as bases para que as partes interessadas e envolvidas no conflito possam dar passos concretos no sentido de se chegar ao fim das confrontações armadas que se verificam neste momento entre o povo da Namíbia e o regime racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente o território namibiano.

Libertar a África Austral

Qual é a razão real desse conflito armado?

— O povo da Namíbia conduz uma luta justa, luta pela defesa dos seus interesses legítimos, dos seus direitos de independência, à liberdade e à soberania. Direitos aliás reconhecidos pela Organização das Nações Unidas. E nesse contexto, a República Popular de Angola, como membro da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana e, portanto, como parte integrante da Comunidade Internacional, condena o *apartheid* e a ocupação ilegal do território namibiano por parte do regime ra-



cista da África do Sul, assumindo com responsabilidade o seu dever de país integrante da Comunidade Internacional, que luta pela defesa dos direitos inalienáveis dos povos de escolherem o seu próprio destino.

Dai o apoio à SWAPO de Sam Nujoma... E quanto a outros Movimentos de Libertação africanos?

— Nós temos prestado auxílio ao povo da Namíbia através da sua organização de vanguarda, a SWAPO, a única organização, aliás, que conduz uma luta efetiva, tanto no plano militar como no plano político e diplomático, para que a Namíbia se torne de fato um país livre e independente.

Mas nós não brindamos com a nossa solidariedade só aos Movimentos de Libertação da África Austral, isto é, aos movimentos de libertação que conduzem a luta na Namíbia e na África do Sul. Nós temos dado igualmente apoio político, diplomático e até material a vários Movimentos de Libertação que conduzem lutas justas pela sua independência, tanto no continente africano, como fora dele. Não é demais recordar que nós, durante a luta do povo do Zimbábue, por exemplo, demos apoio material, político e diplomático aos camaradas da Frente Patriótica e, neste momento, temos levado o nosso apoio aos combatentes de Timor-Leste, aos combatentes do Saara Ocidental, aos combatentes da Organização para Libertação da Palestina e também de outras organizações que conduzem de fato lutas justas pela liberdade e pela independência dos seus respectivos povos.

O MPLA

Presidente, o que é hoje o MPLA?

— O MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, foi uma organização que congregou as largas massas camponesas e operárias, e também as largas camadas patrióticas da nossa sociedade, composta por intelectuais revolucionários, por empregados dos diferentes serviços públicos, independente da sua origem social, da sua classe ou do credo religioso, na luta pela independência nacional. Foi, portanto, um amplo movimento implantado no seio das massas populares, e que iria suportar durante vários anos uma luta de guerrilhas em condições difíceis, para que nosso país se libertasse de fato da ocupação colonial portuguesa.

E após a independência?

— Com a proclamação da nossa independência, foi realizado o objetivo traçado pelo MPLA. Em seguida, era necessário continuar a lutar pela realização do seu programa máximo, uma vez que o programa mínimo previa como objetivo a conquista da independência nacional. Ora, para alcançar os novos objetivos traçados, isto é, para realizar o programa máximo, do então MPLA, era preciso que este largo movimento se adaptasse às novas condições de luta, uma vez que só um partido de classes poderia conduzir a luta para a implantação de um Estado Democrático e Popular, caminhando para a construção de um socialismo científico.

E surge o I Congresso...

— Assim, durante o I Congresso do MPLA, foi tomada a decisão de transformar o nosso Movimento em Partido do Trabalho, orientado pela teoria marxista-leninista. E para a materialização dessa decisão, foi também programado um amplo movimento de retificação da estrutura do MPLA-Movimento, a fim de sele-

cionar dos seus membros aqueles que reunissem condições para integrar as fileiras do Partido.

E qual foi o passo seguinte?

— Paralelamente a esse trabalho de retificação, foi também decidido desenvolver um trabalho de ampliação e consolidação das organizações de massa que naturalmente integrariam todos os cidadãos angolanos, independente da sua classe, das suas opiniões políticas e das suas crenças religiosas. E assim foram desenvolvidos grandes esforços no sentido de se organizarem os principais sindicatos dos ramos de atividade, tarefa que culminou, naturalmente, com a consolidação da nossa central sindical que é a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.

Por outro lado, também se reestruturou e consolidou a Organização das Mulheres Angolanas, e temos dado passos muito importantes na organização das União Provinciais de Camponeses, que deverão agrupá-los em cooperativas ou em associações de camponeses, que são as Associações de Produção. Essa tarefa terminará, evidentemente, com a criação da União Nacional dos Camponeses Angolanos.

Os perigos da manipulação

Num projeto desse nível, há sempre o perigo de manipulação, de desvios. Por melhores que sejam as intenções, quais as garantias reais de que seja cumprido o objetivo original?

— Em todas essas organizações de massa, trabalham membros do nosso Partido, o que garante a aplicação das orientações do Congresso e das decisões do Comitê Central e de outros órgãos dirigentes do nosso Partido. E essa garantia é exercida através

da influência que esses membros do nosso Partido exercem nas organizações de massa pelo seu dinamismo na realização das tarefas, tanto no domínio da produção como no domínio da superação cultural, através, por exemplo, das campanhas de alfabetização. E isso se passa ainda no domínio da superação técnica e da educação política e ideológica dos membros dessas organizações de massa. E assim se estabelece não só a ligação entre o Partido e as Organizações de Massa, mas também fica garantida a transmissão das orientações, das decisões do nosso Partido e do nosso Governo a todas as organizações de massa, uma vez que o nosso partido de vanguarda é a força dirigente de toda a nossa sociedade.

E dentro do MPLA-Partido do Trabalho, como se processa a ligação entre os diversos escalões?

— Como claramente se poderá deduzir, há uma ligação estreita entre o Partido e as massas populares através das Organizações de Massa. Nós temos as próprias estruturas do Partido que estão montadas conforme os princípios de organização estabelecidos pelo MPLA-Partido do Trabalho. Os Princípios da Produção, por exemplo. Nós organizamos as nossas células nos centros de trabalho. Às células seguem-se os comitês de local de trabalho, os comitês de setor, que se situam em determinadas áreas geográficas. E temos os comitês municipais e os comitês provinciais, que dirigem a atividade do Partido também em determinada área geográfica de escalão superior. Todo esse trabalho de edificação partidária foi realizado, como disse antes, através de um processo de retificação das estruturas do MPLA como Movimento.

Caso contrário, não estaríamos a fazer um balanço do trabalho desenvolvido.

Balanço e análise

Qual a razão do I Congresso Extraordinário a ser realizado ainda neste ano?

— O I Congresso Extraordinário do Partido fará, além do balanço do trabalho desenvolvido no quadro da edificação das estruturas partidárias, uma análise de todo o trabalho realizado no quadro da reconstrução nacional. Teremos que ver em que medida as orientações fundamentais traçadas no I Congresso para o desenvolvimento econômico e social foram de fato materializadas nos diferentes setores da economia nacional.

Mas já há alguns resultados. Poderia citar alguns?

— Nós registramos grandes sucessos nos setores da educação, da saúde, da agricultura, da indústria. Mas, evidentemente, não podemos dizer que atingimos as metas que foram estabelecidas pelo I Congresso. Deveremos fazer uma análise crítica das atividades desenvolvidas e traçar orientações para o desenvolvimento econômico até 1985.

Quais são os avanços registados na implantação do Poder Popular?

— Uma tarefa importante que ainda teremos que realizar neste ano é a implantação do Poder Popular, e conseqüentemente, a criação da Assembléia do Povo. Como bem definiu o guia imortal da nossa Revolução, o saudoso Presidente Agostinho Neto, nós não pretendemos criar uma sociedade conduzida por uma elite de políticos ou de diploma-



Produzir para resistir



tas. Pretendemos, sim, garantir o exercício do poder pelas massas populares. Assim, nós temos trabalhado no sentido de garantir a participação das massas populares, numa primeira fase, através das Assembléias Populares de Província e através de Assembléias do Povo, na vida econômica e social do País. Tudo isso a partir de uma participação direta e de um controle rigoroso das atividades dos órgãos administrativos do Estado.

Pressões imperialistas

A República Popular de Angola continua sendo um dos alvos principais dos ataques imperialistas, externa e internamente ...

— Evidentemente, os inimigos do nosso povo não aceitam as nossas opções políticas e ideológicas, e, por isso, temos sido vítimas de ataques, tanto no plano militar, como no plano diplomático. Um exemplo são os constantes ataques armados do regime racista da África do Sul contra o nosso país, através do território da Namíbia. Temos lembrado várias vezes que o regime

racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente a Namíbia, criou um instrumento dócil ...

... a UNITA ...

— ... que é o grupo fantoche da UNITA, que financia, arma, municia e infiltra mercenários no nosso território, através da nossa fronteira sul, para desestabilizar a vida pacífica das populações que estão neste momento empenhadas na realização das tarefas programadas pelo nosso Partido para a reconstrução nacional. E esses ataques vêm sempre acompanhados no plano internacional de uma campanha de propaganda mentirosa, difamatória, contra a República Popular de Angola, contra o seu Governo, contra o seu Partido e contra os seus dirigentes, com o objetivo de criar uma falsa imagem do que se passa de fato no nosso país.

E qual tem sido a atitude da República Popular de Angola?

— Nós temos convidado jornalistas e entidades estrangeiras a visitarem a República Popular de Angola para constatarem *in loco* quais foram os sucessos registrados na edificação da nova sociedade e da criação do novo homem.

Há "zonas" fora de controle?

— Pelo nosso Partido e pelo nosso Governo, não há dúvidas que, de Cabinda ao Cunene, o nosso povo se encontra unido em torno do Partido e do Governo da República Popular de Angola, empenhado de fato em materializar as orientações do nosso I Congresso para melhorarem continuamente o seu nível de vida e construirmos no futuro a felicidade do nosso povo.

Construção de uma sociedade socialista

Qual é o objetivo estratégico do imperialismo?

— O imperialismo teme, evidentemente, que este povo, unido em torno do seu partido de vanguarda, possa realizar com êxito o programa do nosso Partido e construir a sociedade socialista que trará a solução para os graves problemas que herdamos da sociedade colonial.

E que problemas são esses?

— O problema do analfabetismo, da doença, da fome e da miséria, da exploração do homem pelo homem. Temos o atraso econômico e sócio-cultural. Mas apesar de todos esses ataques do imperialismo e das manobras que se tramam no plano internacional, nós estamos absolutamente convencidos que o povo angolano continuará a marchar pela via que escolheu como povo livre, independente e soberano, que é a via da construção de uma sociedade socialista na República Popular de Angola. E também estamos convencidos que as agressões militares cotidianas perpetradas contra o nosso povo, não o farão abdicar da sua linha de apoio à luta dos povos da África Austral e de outros continentes, pela Paz, pela Liberdade e pela Independência Nacional. □



Poder Popular para assegurar a continuação do processo

Trabalho voluntário, uma rotina de fim de semana

Dentro do processo de incentivo à produção, o Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho costuma sugerir ou propor jornadas de trabalho voluntário nos fins de semana, que pode ficar restrito à área específica de atuação de cada um, ou que pode se transformar numa troca de experiências entre trabalhadores de diversos setores. Assim, é perfeitamente normal que, de tempos em tempos, operários da construção civil, por exemplo, participem de uma jornada voluntária de trabalho agrícola.

Recentemente, no mês de maio, militantes e funcionários da sede nacional do MPLA-PT, com o presidente José Eduardo dos Santos à frente, participaram de uma dessas jornadas numa cooperativa agrícola no Catete, a sessenta quilômetros de Luanda, "desbastando algodão", isto é, reduzindo cada algodoeiro a quatro ou cinco pés, para que a produção de cada pé seja maior e de melhor qualidade.

Nessa jornada, confraternizaram-se trabalhadores agrícolas e da cidade, membros do Comitê Central e do governo, para que sentissem, na ótica de Zé Eduardo, que "a luta pela independência nacional passa pela batalha da produção agrícola".



A viúva de Agostinho Neto, Maria Eugênia, o ministro da Agricultura, Manuel Pedro Pacavira e o presidente José Eduardo dos Santos assistem o trabalho de fumigação dos algodoeiros



O ministro do Comércio Externo, Lopo do Nascimento (à esquerda), participa ativamente na "desbastação" dos algodoeiros



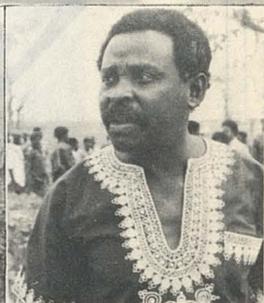
O comandante Pedalé e o ministro Pacavira: Forças Armadas e Ministério da Agricultura em trabalho conjunto



O avião utilizado no trabalho de fumigação, da AGROAR, Aviação Agrária. Os pilotos demonstraram sua perícia



Afonso Van Dúnen, membro do Bureau Político do MPLA-PT e Secretário para as Relações Exteriores.



O Ministro da Agricultura, Manuel Pedro Pacavira



Ministro e Comandante Kundi Payama



O Presidente e o MPLA-PT da zona do Catete

Número reduzido de exemplares
da edição para África e Portugal.



Faça a sua aquisição diretamente ou por remessa
postal através de cheque enviado a

editora terceiro mundo limitada.

Rua da Lapa, 180 — sobreloja A

Rio de Janeiro CEP 20021

Preço de lançamento: Cr\$ 300.00 por venda direta ou
Cr\$ 320.00 por remessa postal



Do MPLA ao Partido do Trabalho, a luta continua

No seu gabinete de trabalho em Luanda, o secretário-geral do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) — Partido do Trabalho, Lúcio Lara, numa entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, sem seleção prévia de perguntas, revelou um amplo conhecimento não só da história da guerra de libertação como também da realidade atual do seu país



Lúcio Lara: uma vida dedicada à causa revolucionária



MPLA como partido começa exatamente onde?

— O MPLA como partido começa no seu I Congresso, em 10 de dezembro de 1977, que nós consideramos como a data de sua fundação que, por sua vez, coincide, vinte e quatro anos depois, com a fundação do MPLA como movimento de libertação. É todo um processo experimental em termos de partido, porque, fundando o MPLA como movimento de libertação, nós, desde logo, imprimimos um cunho progressista ao nosso partido, pelo menos anticolonialista e antiimperialista e, de certo modo, marxista.

Já se falava em marxismo-leninismo no movimento em que você estava integrado naquela época?

— Dos anos cinquenta em diante, já era difícil acreditar na nacionalidade angolana dentro do país, quanto mais num movimento de libertação de orientação marxista. Por isso, quando nós fundamos o MPLA, quando publicamos o Manifesto, traçamos as linhas fundamentais de uma luta de ação anticolonialista e antiimperialista. A luta desenvolveu-se no âmbito de um movimento de libertação, no sentido de que era necessário unir a maior parte do nosso povo em torno da idéia da independência, o que, como eu já disse, era extremamente difícil.

O que entende por "extremamente difícil?"

— Havia muita gente que, envenenada pela propaganda colonial, pela maneira de agir do colonialismo, considerava praticamente impossível uma independência, considerando-se dentro de um esquema português,

o célebre esquema "luso-tropical"...

... Gilberto Freyre?...

— ...que foi muito difundido no Brasil. O primeiro combate, no fundo, é esse: um combate de conscientização das massas, de organização de luta, que começa efetivamente a ter sentido, podemos dizer, com aquele desencadeamento de independências que houve em 1960 na África.

É aí que começa a longa série...

— Em 1960 muitos países africanos alcançam a independência, na sua maior parte, uma independência, "de bandeja", dada ou quase oferecida numa bandeja, apesar da luta dos povos através de organizações de massas ou de sindicatos. Mas o colonialismo francês e o colonialismo inglês foram suficientemente inteligentes para fazer a transformação necessária, mantendo os cordéis do neocolonialismo que persistem até hoje em muitos países africanos.

Bons e maus vizinhos

Podemos dizer, então, que essas independências seguiram um "modelo padrão"?

— Essas independências foram, no fundo, influenciadas pela própria luta armada da Argélia, que o imperialismo francês queria, em certa medida, abafar e demonstrar a sua não-razão de ser. Houve realmente um fluxo enorme de países que acederam à independência. E digamos que, sendo uma independência "política", ela foi significativa e permitiu ao MPLA uma maior facilidade de ação, através do apoio que encontramos em alguns países africanos. Podemos dizer que naquela altura, Angola,

como hoje, tinha vizinhos muito maus.

Poderia enumerá-los?

— Tinha a África do Sul, por um lado, na Namíbia. Tinha a Rodésia do Norte, que ainda não era a Zâmbia, onde imperavam os ingleses. E tinha o Congo Belga, onde os belgas colaboravam com a polícia portuguesa, a Pide, etc., para impedir qualquer tentativa de organização para a independência.

E quando é que as coisas começaram a melhorar?

— Nos anos sessenta, com a independência de alguns países africanos vizinhos, particularmente do Congo e do Congo-Leopoldville (hoje Zaire), nós conseguimos encontrar uma base de ação que facilitou em certa medida o trabalho de conscientização. Em 1961, o Movimento esteve ativo, através das suas organizações clandestinas, em condições de desencadear a luta armada, com a eclosão do 4 de Fevereiro¹, o que foi, em termos universais, a denúncia total do sistema colonial português, que até ali tinha conseguido convencer que era um sistema especial, que havia uma "inclinação lusitana" para a sua fusão com os povos africanos, o que era evidentemente uma mentira tremenda e uma arma eficiente para travar o Movimento de Libertação.

Há então, nesse momento,

(1) No dia 4 de fevereiro de 1961, jovens e trabalhadores de Luanda, recrutados por militantes do MPLA, atacaram as prisões da capital, armados de "catanas", isto é, de simples facões, na tentativa de libertar os presos políticos. Essa data é considerada como a da deflagração da "Luta Armada de Libertação Nacional".



uma maior clarificação de intenções?

— O 4 de Fevereiro pôs as coisas claras, a luta armada organizou-se, estendeu-se, e o Movimento pôde encontrar a sua razão de ser na preparação que dava aos seus membros, aos seus elementos e à sua organização para a "Luta Armada de Libertação Nacional". No princípio, era essa a idéia central. Nós fizemos várias importantes reuniões, como a Conferência Nacional de 1962 e a Conferência de Quadros em 1964, que tiveram a virtude de clarificar sobretudo a estratégia e de lançar as bases dessa organização para a luta armada, que passou a ser a preocupação fundamental.

Houve um momento em que os países vizinhos, mesmo os mais amigos, não foram tão amigos...

— Tivemos grandes problemas com o próprio Congo-Leopoldville de onde fomos expulsos em 1963. Mas, pelas condições políticas da época, nós pudemos encontrar uma base de apoio vizinha, no Congo-Brazzaville, com a revolução que ali eclodiu nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 1963. Isso abriu-nos algumas perspectivas de trabalho. E nós conseguimos — dada a perseguição a que éramos sujeitos, através de movimentos fantoches vendidos ao imperialismo e igualmente dependentes dos Estados Unidos da América — afirmar-nos como movimento idôneo, como movimento nacional, sem características tribais, sem características de particularismos regionais.

Em termos militares, o que isso significou?

— Conseguimos afirmar e abrir uma Frente, que foi a Fren-

te de Cabinda, onde iríamos preparar a grande guerra de libertação, formando a maior parte dos quadros da nossa guerrilha que iriam ser os futuros comandantes e dirigentes do MPLA ainda em formação.

Qual o papel desempenhado pelo Presidente Neto nesse momento?

— Claro que tudo isso deve-se a uma ação muito incisiva e muito clarificadora do Presidente Neto que, agrupando em torno de si uma grande maioria do nosso povo, soube ver, desde o início, a natureza do colonialismo português, a sua natureza especial no meio de outros colonialismos mais dominantes em toda a África, e encontrar para o combate ao colonialismo português as formas consideradas mais adequadas.

Havia duas áreas no Movimen-

Um militante sem trégua

Secretário-Geral do Movimento Popular de Libertação de Angola — Partido do Trabalho, e segundo na hierarquia do Partido, Lúcio Lara foi militante e combatente pela libertação do seu país. Formado em Físico-Química, dividiu a sua formação universitária entre Coimbra e Lisboa, em Portugal, onde ainda jovem conheceu Agostinho Neto, aquele que viria ser mais tarde o "Pai da Nação Angolana", de quem tornou-se padrinho de casamento e amigo.

Geralmente apontado como "duro", pela sua firmeza ideológica e pelo que sempre exigiu de

si mesmo e dos companheiros durante a luta de libertação, Lúcio Lara é, no entanto, dotado de uma grande sensibilidade e finura de tratamento.

Conhecido e citado pelos seus colaboradores e militantes do MPLA-Partido do Trabalho como "O Velho" (Agostinho Neto era "O Mais Velho"), Lara tem hoje cinquenta e um anos.

Casado, é pai de três filhos. O mais velho, capitão de blindados das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, aos vinte e dois anos, foi guerrilheiro desde os quatorze. Uma filha, de dezoito anos, pensa seguir arqui-

teta, e o mais novo, de quinze, está para iniciar o Liceu Técnico.

Ruth Lara, sua mulher e companheira ("...tive a sorte de casar com uma camarada que sempre foi militante, que sempre teve espírito de militante" — afirma Lúcio Lara), é diretora do Departamento de Quadros do MPLA-Partido do Trabalho, o que, segundo Lara, "reforça ainda mais os laços que nos unem".

Lúcio Lara tem por hábito visitar inesperada e impulsivamente escolas e os bairros pobres de Luanda (os "musseques"), onde se mistura com o povo, em diálogo franco e aberto.



to, uma política e diplomática, e outra militar?

— A organização do Movimento, naquela altura, confundia-se no fundo com a organização da guerrilha. Digamos que o membro do MPLA, o militante do MPLA, era por definição um guerrilheiro, e, reciprocamente, um guerrilheiro era, por definição, um quadro político.

Fato que o colonialismo ajudou a concretizar, através de uma repressão violenta e sistematizada...

— É essa a ótica que impera até praticamente a independência. Nós atravessamos várias dificuldades nesse contexto, mas formamos os quadros justamente na guerrilha, os quadros políticos, com a criação dos Centros de Instrução Revolucionária, os CIRs, que tiveram um grande papel nas várias frentes onde nós combatemos, que foram a Frente Norte, a Frente de Cabinda, as diferentes regiões do leste, a Frente Leste.

Nos CIRs era dada formação teórica?

— Sempre se deu um cunho especial à formação política dos quadros, do guerrilheiro. E esses CIRs eram o instrumento, dentro do MPLA, que demonstrava que havia uma orientação marxista bem definida, que naturalmente não era utilizada na definição pública dos objetivos do MPLA, pelas condições naturais da época.

A nível de apoio externo, já havia naquela época uma discriminação, no bom e no mau sentido, desse ou daquele país?

— Nós recebíamos apoio de muitos comitês no estrangeiro, mesmo de países do Ocidente. Recebíamos também o apoio de alguns países africanos que tinham preconceitos políticos a determinados tipos de orienta-

ções de esquerda. Mesmo onde essas orientações fossem pura e simplesmente de esquerda, e quanto mais marxista... Por isso, essa linha não é muito definida nos documentos públicos da época, nos diferentes discursos e mensagens que o nosso Presidente Agostinho Neto fazia. Mas, para quem sabia ler, estavam ali nos documentos, os fundamentos da nossa orientação.

Apoio e organização

Viria desse "saber ler" o apoio da quase totalidade dos países socialistas à luta de libertação?

— Uma coisa é bastante conhecida: é que desde o início da nossa ação no exterior nós conseguimos conquistar a simpatia de todos os países socialistas. Havia uma simpatia ativa de todos os países socialistas, por reconhecerem que os estatutos e o programa do MPLA de então eram coerentes com uma linha de ação socialista.

Fale-nos um pouco da organização do MPLA durante a luta de libertação...

— A luta armada, inevitavelmente, teve os seus altos e baixos. E a organização adaptava-se a esses altos e baixos. Algumas vezes passava-se pela divisão em regiões, de regiões em zonas, de zonas em setores, de setores em locais, como aldeias, pequenas vilas, kimpos, senzalas, etc... E através desse dispositivo de organização, onde havia um responsável regional político, que era ao mesmo tempo o responsável militar, nós íamos educando o nosso povo, organizando o nosso povo, quer o povo combatente (aqueles que provinham das fileiras da guerrilha) quer as populações locais. Este último é que nos servia de esteio no desenvolvimento e no alastramento da luta

armada, ajudando a continuar a luta e a carregar as armas.

Dadas as grandes distâncias entre as diferentes frentes de luta, como se processava esse apoio em armas e munições, em suma, o apoio logístico?

— Esse era um dos problemas mais difíceis. Nós tínhamos regiões que distavam trezentos, mil quilômetros das nossas fronteiras. E tínhamos que pôr lá as armas e a logística. Essa logística era feita por homens em grupos organizados, que eram normalmente formados por voluntários para levar roupas, comida e, muitas vezes, o próprio sal, para as zonas de combate. E isso tudo era feito sob o esquema de uma organização que era político-militar, uma organização que servia à guerrilha, mas que não descuidava, de maneira nenhuma, do enquadramento político, da educação política da população em geral.

Foi citada a educação política. E a educação pura e simplesmente? O MPLA organizava escolas? Alfabetizava?

— Os Centros de Instrução Revolucionária agregavam também a organização de algumas escolas normais, de alfabetização, que ensinavam as crianças. Havia diversos manuais de conhecimentos gerais, de aritmética, etc... Havia, enfim, todo o material de ensino necessário. Era sempre uma preocupação da direção do MPLA fazer chegar a toda parte os seus materiais de educação. Muitas vezes isso era até mesmo mais importante do que as armas...

O partido hoje

Vamos dar um grande salto. Como é hoje a vida de uma célula do partido, por exemplo, numa empresa?



— As células se preocupam hoje nas empresas com a sua capacitação econômica. Não funcionam apenas dentro da organização para saber se este ou aquele elemento faltou à reunião ou o que diz o jornal mural, ou ainda, quem cumpriu a tarefa tal. Não se limitam mais a isso. Mas, fundamentalmente, militam e preocupam-se com a produção, com a produtividade, dinamizam essa produção, analisam a situação da empresa, analisam a falta de quadros de direção, a não existência de contabilidade e a não prática do cálculo econômico. Há empresas, por exemplo, que consomem toda a matéria-prima herdada do passado, que gastam peças, que não têm capacidade de fazer estoque de matérias-primas, estoque de peças, e de analisar, enfim, se a sua produção foi suficiente, por exemplo, para pagar os salários.

Gestão econômica...

— A gestão econômica. Nós temos um decreto-lei, o chamado 1777, onde diz que na atribuição de responsabilidades ao diretor de uma unidade de produção, ele deve ser coadjuvado por aquilo que chamamos de Conselho de Direção. Nesse Conselho estão não só os colaboradores imediatos, técnicos, mas também

os chefes dos diversos departamentos da Unidade de Produção. E também um representante do Partido e um representante do sindicato. Tem havido relutância das empresas, é verdade, para passar à prática essa idéia, a aceitarem isso.

Qual é a tarefa do representante do Partido?

— Uma das preocupações do Partido é fazer com que um representante seu esteja no Conselho de Direção. Não para assinar o ponto ou comparecer às reuniões, mas para que leve às células os problemas existentes na Unidade de Produção, e quando possível, levar das células determinado tipo de orientação para inspirar a direção da empresa. Tudo isso é um processo que está sendo posto em prática, que não é aplicado na totalidade das nossas Unidades de Produção. Algumas aplicam e outras fazem resistência.

Qual a razão dessa resistência?

— A pequena burguesia, que ainda dirige grande parte do setor econômico, resiste muito a esse tipo de controle, a essa orientação direta do trabalhador, do operário. Mas há nesse momento a grande preocupação de dar força aos elementos de base,

da célula, aos comitês do Partido no local de trabalho.

Existe uma escola para a formação político-econômica dos militantes do Partido?

— Nós não temos só uma escola de quadros do Partido. Nós temos a Escola Nacional do Partido e as Escolas Provinciais do Partido, onde passam, obrigatoriamente, os responsáveis políticos das províncias. E estão criadas as condições necessárias para aí passarem, até mesmo os responsáveis do Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho para se reciclarem...

Evitar o "tecnocracismo"

Qual é o Departamento do Partido responsável por essa formação?

— É o Departamento de Educação Política e Ideológica. Mas esse trabalho parece-me que já não é suficiente, pois as próprias células, nos seus recentes encontros, têm manifestado o desejo de fazer passar pelas escolas, os próprios coordenadores de células, os seus secretários, em pequenos cursos de aprendizagem dos princípios orientadores da linha política do Partido. Mas isso, na fase atual, parece-me que não é suficiente.



E por que essa sua opinião?

— Há, de parte dos diferentes organismos do Estado e dos diferentes ministérios, uma preocupação muito grande em formar os seus quadros de gestão. Assim, recentemente, organizou-se um curso de gestores que mereceu a simpatia de todos os participantes pela sua profundidade. Mas é um problema que temos que equacionar melhor, porque, na nossa ótica, deve ser o próprio Partido a criar essas escolas de gestão a fim de não se divorciar a economia da orientação partidária e da militância. Para que não se crie o tecnocracismo. Eu creio que esse é um problema que nós teremos oportunidade de abordar neste ano, no I Congresso Extraordinário do Partido.

Qual a finalidade desse Congresso Extraordinário?

— Esse encontro resulta das preocupações econômicas do I Congresso, que traçou, em 1977 um determinado número de orientações econômicas e sociais para esse período, devido à escassez de elementos, à anarquia herdada da época colonial, que reinava numa grande parte das atividades econômicas. As orientações econômicas dadas pelo I Congresso necessitavam ser reanalisadas num determinado período, após serem postas à prova e após as experiências vividas. Esse Congresso Extraordinário vai fazer o balanço da aplicação de todas essas orientações e traçar perspectivas, em termos de planos quinquenais, para o futuro econômico do país.

Quer dizer, será um Congresso essencialmente "econômico"...

— Esse Congresso, previsto para o fim deste ano, será fundamentalmente econômico, razão pela qual já alguns setores estão fazendo os estudos necessários,

as análises necessárias, para que possam, de uma maneira científica, determinar o plano econômico para os anos seguintes.

A partir de uma avaliação concreta...

— De uma avaliação concreta, e hoje, evidentemente, muito mais rica, muito mais fecunda do que em 1977.

São três anos...

— São três anos; e três anos de uma experiência muito rica, em que se revelaram quadros, em que apareceram determinadas situações que não eram perfeitamente dominadas em todos os níveis da economia, da produção, quer na agricultura quer na indústria. Podemos dizer que estamos esperançosos de que esse Congresso Extraordinário dê medidas mais concretas para o quinquênio que se segue.

Quantos membros pode ter uma célula?

— Uma célula pode ter entre três e trinta militantes. Esse número varia segundo seu tamanho ou a concentração de militantes. Essas células, em alguns locais, mostram-se muito combativas, e em outros, a sua inexperiência, talvez por falta de dinamismo, não responde de maneira satisfatória. E é essa a nossa grande preocupação atual: fazer com que realmente transmitam as orientações do Partido ao nível das células dos locais de trabalho.

O tribalismo

Como é que o Partido enfrenta e resolve um problema que não é tão concreto, e por isso mesmo, mais perigoso, que é o problema tribal?

— O MPLA, desde o seu início, foi um movimento nacional que procurou conscientizar os seus membros e a população da necessidade de uma prática anti-

tribal, anti-regional, etc... Podemos dizer que tivemos sempre muito cuidado nessa nossa orientação. Todos nós sabemos como a dominação colonial exacerbou em muitos aspectos o sentimento regional, o sentimento étnico, o sentimento racial, o preconceito racial, etc... E seria muito estúpido dizer que em Angola não há resquícios desses sentimentos negativos tribais ou preconceitos raciais ou regionais, etc...

E qual é a resposta do MPLA a esses, como disse, "sentimentos negativos"?

— A verdade é que em cada momento, o MPLA, ainda Movimento, e o MPLA, hoje Partido, tem sabido, não só combater, não só educar a população e os membros do Partido nesse aspecto, mas também refrear algumas dessas manifestações que por vezes tendem a aparecer. E o Partido tem conseguido, sem grande esforço, conter algumas manifestações que aparecem em diferentes níveis e em diferentes setores. Aqui e ali, aparece um protecionismo tribal, uma reivindicação de caráter regionalista. A linha do Partido, que é anti-preconceituosa, tem conseguido sempre se impor. Todos os responsáveis do Partido e eu creio que a maior parte dos membros do Partido, estão conscientes de que esse tipo de preconceito não desapareceu nem desaparecerá tão cedo.

Sim, mas quais são as medidas tomadas nesse sentido?

— O que é necessário é ter-se consciência de que é um preconceito nefasto, e que isso prejudica o desenvolvimento harmonioso do nosso país, do nosso povo, que prejudica a nossa unidade. Hoje, no povo, pode haver um elemento que seja tribalista. Mas ele sabe que é mau ser tribalista



e não tem coragem de manifestar em público o seu tribalismo. Pode manifestar-se com os seus amigos em casa, ou às vezes, numa aldeia qualquer. Mas ele sabe que está a fazer o mal. Isso todos sabemos em Angola. Creio que isso é um passo muito importante no combate ao tribalismo.

A religião católica

E o relacionamento, as questões surgidas entre o Partido e a religião em geral? E com a Igreja Católica?

— Nós encaramos esse problema de uma maneira bastante pragmática. Nós não nos preocupamos especialmente com a Igreja Católica para não termos mais um preconceito. É verdade que a Igreja Católica foi o maior baluarte da colonização portuguesa em Angola...

O cardeal Cerejeira estava lá para isso...

...e beneficiou-se escandalosamente do protecionismo gover-

namental, em desfavor de qualquer outra religião. É verdade também que ainda hoje alguns elementos da hierarquia da Igreja Católica manifestam uma grande incompreensão a respeito da orientação do nosso partido e da sua vontade de unir o povo, independentemente da religião. Mas, no Partido, há a preocupação de não discriminar essa ou aquela religião. Nós encontramos algumas religiões instaladas, bem como algumas seitas, e adotamos o princípio de tratá-las por igual.

O que prejudica o relacionamento com a Igreja Católica?

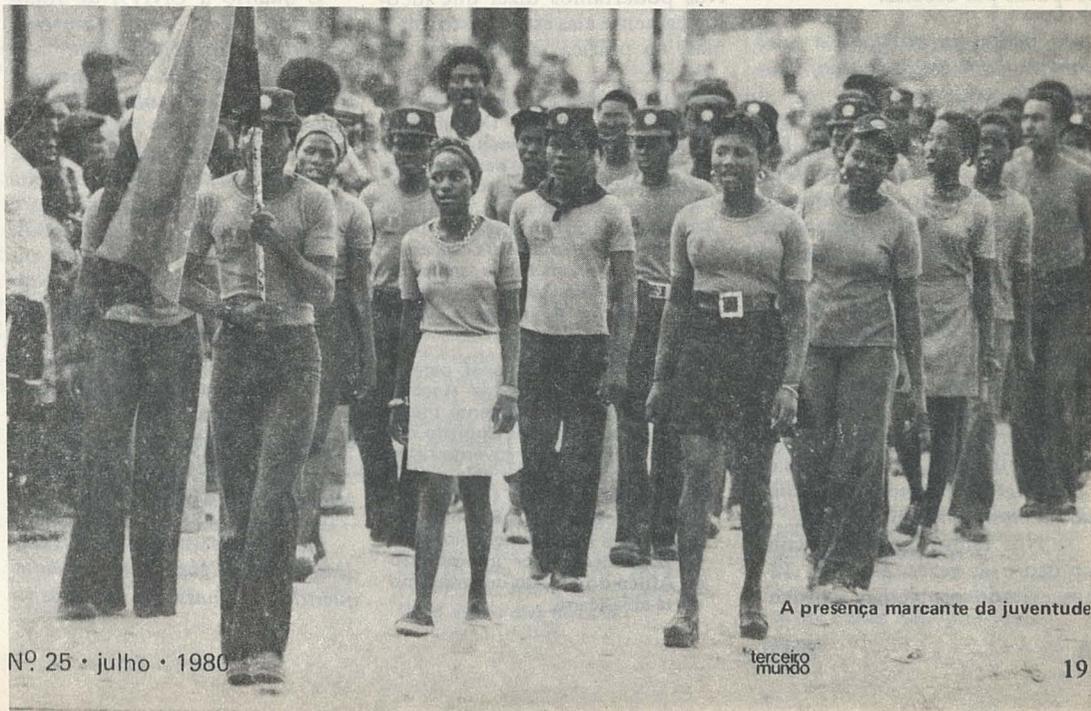
— Curiosamente, depois da tomada do poder pelo MPLA, surgiram tentativas de implantação de novas religiões. Nós entendemos que isso não é bom. Por que isso? Quem é que traz essas novas religiões? Em geral vêm de fora, porque a religião natural da nossa gente, o animismo, onde entra o fetichismo, essa é natural. Mas temos consciência de que só poderemos com-

bater objetivamente esse tipo de religião com o conhecimento, com o desenvolvimento da instrução e da cultura. Aliás, isso em relação a todas as religiões, mas fundamentalmente com as religiões animistas, que, muitas vezes, não são nem sequer elaboradas, ou o são muito artificialmente.

Uma seita especial

E esse princípio de tratar todas as religiões por igual, como tem funcionado?

— Adotamos esse princípio, que temos tentado seguir a despeito de tudo. E pouco a pouco o Partido tem definido princípios orientadores para as religiões de Angola. Há, no entanto, uma religião que o Bureau Político entendeu melhor banir, não individualmente, porque não se pode banir a religião do indivíduo, mas como seita, como instituição, que são as Testemunhas de Jeová.



A presença marcante da juventude



E por que essa seita, especialmente?

— Pelo comportamento que manifestaram, mesmo durante a Segunda Guerra de Libertação, e que manifestam ainda hoje, cada vez que tentam se reunir. Essa religião, como organização, como seita, está banida. Não é fácil e não passou pela nossa mente bani-la do espírito dos seus praticantes. Acontece, às vezes, paradoxalmente, numa empresa, um trabalhador que é a lepto dessa religião ser um trabalhador exemplar. Nós temos que ter isso em conta. É um problema muito delicado de ser tratado. A nossa Constituição garante a liberdade religiosa. Mas houve algum excesso aqui e ali no período da guerra. É normal. Houve, e se queixaram uma vez os responsáveis da Igreja Católica, de ocupações de igrejas. Devo dizer que nunca conversamos com esses dirigentes. Nós visitamos as províncias, as aldeias, e temos encontrado igrejas ocupadas por escolas.

O padre foi obrigado a sair? Convive com essa situação? Participa de comum acordo?

— São igrejas ocupadas onde o padre não vai, nunca vai. E é um edifício que está ali, protegido da chuva e do sol. Então os responsáveis locais entendem que devem utilizá-lo de maneira útil, cuidando para que essa construção seja aproveitada pela comunidade. Eles sabem que no dia em que ali chegar um padre para se instalar e rezar a sua missa, aquela igreja não foi tirada nem expropriada, está somente sendo utilizada.

E a Igreja entende essa situação da mesma maneira?

— Nós temos tentando explicar isso e às vezes, é aceito. Temos evitado problemas e procu-

rado viver bem com todos eles, com todas as religiões, e, mais ou menos, temos conseguido isso. Não existem assim grandes questões, salvo algumas por razões de incompreensão, quer de um lado, quer de outro, que são absolutamente naturais na fase em que nos encontramos.

Holden Roberto e Savimbi

Falemos agora da FNLA² e da UNITA³, as organizações de Holden Roberto e Jonas Savimbi, respectivamente. Que informações tem o Partido sobre a implantação real dessas organizações no território angolano?

— Podemos dizer que, depois da guerra, essas duas formações foram destruídas.

Militarmente e ideologicamente?

— Ideologicamente talvez não, já que a UNITA utilizou muito um determinado conceito tribalístico, regionalista, para a sua implantação. E a FNLA também. Nós poderíamos dizer que ideologicamente elas estão destruídas, mas, na prática, ainda não o es-

(2) FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola. Organização cujo presidente, Holden Roberto, é cunhado do Chefe de Estado do Zaire, Mobutu, de quem teve até recentemente cobertura política e logística. Essa organização, para fazer frente ao MPLA, recebeu também treinamento e apoio da CIA e da China, bem como farto fornecimento de armas e munições.

(3) UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola. Organização cujo dirigente máximo é Jonas Savimbi, apoiado em todos os níveis pelo governo racista da África do Sul e pela direita portuguesa. Sob uma suposta "independência total", Savimbi camufla uma política neocolonialista, dependente, por interposição da África do Sul, do imperialismo norte-americano.

tão completamente. A situação que se viveu depois da guerra, da Segunda Guerra de Libertação, permitiu que os dirigentes desses grupos se reorganizassem, que fossem subsidiados para se reorganizarem e criarem grupos de fustigação a certos objetivos em Angola.

Fale-nos da atuação de cada um deles...

— Em termos de FNLA, podemos dizer que não teve expressão essa reorganização, até porque ela tinha apoio do Zaire. Depois do estabelecimento de relações cordiais entre nós e o Zaire, podemos dizer que essa atuação deixou de existir. Hoje há ainda alguns indivíduos, alguns focos, que de vez em quando se organizam para assaltar alguma fazenda, coisas assim, mas nada de expressivo.

E por onde anda Holden Roberto?

— Dizem que está em Paris, exilado. Ele pediu asilo político à França.

E quanto à UNITA de Jonas Savimbi? Uma certa imprensa ocidental, principalmente em Portugal, não cansa de apresentá-la ainda como alternativa de poder...

— Essa organização, a UNITA, constitui para nós uma espinha muito mais difícil, porque ela é um instrumento da África do Sul, e a África do Sul a utiliza em toda a sua capacidade. Quer dizer, a África do Sul fornece homens, mercenários, armas, canhões, tudo o que é preciso. E ainda dá cobertura aérea, cobertura militar para certos tipos de infiltrações e ocupações.

Agressões da África do Sul

Há provas reais, concretas, desse apoio? Nós estávamos aqui quando do massacre de Kassin-



O trabalhador é o principal protagonista da luta de Angola pela emancipação econômica. Cabe à mulher um papel fundamental.

ga⁴, mas há leitores que desconhecem fatos como esse.

— Nós temos destruído colunas e colunas que avançam pelo sul, com minas, com material explosivo, etc., que procuram criar problemas atacando objetivos econômicos, sistematicamente sabotados. Eu creio que hoje o mundo está consciente de que a UNITA não é mais do que um instrumento dócil nas mãos da África do Sul, da política agressiva da África do Sul, e, sobretudo,

(4) Kassinga, aldeia próxima da fronteira angolana com a Namíbia, que foi agredida por tropas pára-quedistas sul-africanas, apoiadas por ataques de aviação e blindados. O saldo desse ataque foi a morte de 500 pessoas, sobretudo velhos e crianças, refugiados da Namíbia.

do, da resistência que a África do Sul tem oposto à verdadeira independência da Namíbia⁵, não permitindo que a Namíbia se torne realmente independente, com o seu movimento de libertação, que é a SWAPO⁶. E daí, toda essa preparação, toda essa utilização que a África do Sul

(5) Namíbia, território entre Angola e a África do Sul, com cerca de 820 mil quilômetros quadrados, colonizado pela Alemanha de Bismarck e Guilherme I. Durante a I Guerra Mundial foi invadido e ocupado pela Inglaterra. No fim da guerra, a então Sociedade das Nações entrega o mandato da sua administração à União Sul-Africana. Após o final da II Grande Guerra, a África do Sul manifesta a sua intenção de anexar a Namíbia ao seu já vasto território (1947), no que é contestada pela ONU até os dias de hoje.

faz da UNITA. Nós temos capturado toneladas e toneladas de explosivos, que são muitas vezes utilizados em alguns objetivos econômicos ou em locais como mercados, onde se mata o povo, se aterroriza o povo. E, curiosamente, nesses explosivos existem bombas-relógio, etc... Material mais aperfeiçoado que a África do Sul coloca nas mãos do Saviambi e da sua gente para nos fustigar, para criar um estado de

(6) SWAPO, Organização Popular do Sudoeste Africano, movimento de libertação da Namíbia dirigida por Sam Nujoma, que desencadeou a luta armada a 26 de agosto de 1966. A SWAPO é reconhecida pela Organização das Nações Unidas, pela Organização da Unidade Africana (OUA) e pelo Movimento dos Países Não-Alinhados.



permanente insegurança, sabotar as pontes, etc., de maneira a obrigar-nos a manter todo o potencial militar para toda e qualquer eventualidade.

Quer dizer que a África do Sul consegue os seus objetivos?

— Esse é um objetivo que, em certa medida, a África do Sul tem conseguido. Esse esforço militar que estamos fazendo poderia estar sendo canalizado para a economia do país, para a reconstrução nacional. Aplicamos o nosso potencial contra as agressões da África do Sul, em preparativos de defesa militar, porque o nosso território é diariamente devassado por tropas sul-africanas. E não só os fantoches da UNITA, mas tropas sul-africanas, ou então a aviação, que fazem

penetrações em áreas fronteiriças, ou ainda com blindados, sob o pretexto de que perseguem grupos da SWAPO. E destroem objetivos econômicos muito importantes.

São efetivos militares sul-africanos que fazem isso?

— A própria África do Sul bombardeia, ataca os caminhos dos nossos ministérios, como os da Construção e do Abastecimento. Bombardeiam hospitais, bombardeiam fábricas, etc... E isso nos obriga a reforçar cada vez mais o nosso potencial militar.

No seu balanço geral, a FNLA não conta e a UNITA "existe"; graças à subvenção e ao apoio logístico da África do Sul, não é isso?

— A expressão da FNLA é quase nula. E um movimento fantoche inexpressivo. Não conta absolutamente nada, salvo um ou outro "comunicado" que emite, como um que fez há dias, dizendo que tinha vindo para Angola uma força de quinhentos nicaragüenses. Foi uma forma de se manifestar, de dizer que existe. Essa FNLA hoje não conta praticamente no contexto nacional como força que possa causar prejuízos reais.

O que não se passa em relação à UNITA...

— A UNITA sim, como instrumento da política agressiva da África do Sul. Não como UNITA, ela própria. Uma vez resolvido o problema da Namíbia, a UNITA acabou...

Altair L. Campos

O programa mínimo

Conforme diz Lúcio Lara durante a sua entrevista, o MPLA, ainda Movimento, tinha no seu início um Programa Mínimo, que é o seguinte:

Criação de uma Frente Angolana de Libertação que agrupe numa ampla união todos os partidos políticos, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as etnias, todas as camadas sociais angolanas, todos os angolanos, sem distinção de tendências políticas, de condições econômicas, de raça, de sexo ou idade, todos os angolanos residentes no estrangeiro, a fim de realizar os objetivos seguintes:

a) Continuar a luta *por todos os meios* para a liquidação da dominação colonial em Angola, de todos os vestígios do colonialismo ou de imperialismo, pela independência imediata e completa da Pátria Angolana.

b) Defender constante e essencialmente os interesses das massas camponesas e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país, constituindo no conjunto quase toda a população de Angola.

c) Aliar-se a todas as forças progressistas do Mundo e conquistar a simpatia e o apoio de todos os povos à causa do povo angolano.



Lúcio Lara toma o juramento de Agostinho Neto como primeiro presidente da República Popular de Angola

desco

CENTRO DE ESTUDIOS Y PROMOCION DEL DESARROLLO

15 AÑOS TRABAJANDO LA REALIDAD PERUANA

ULTIMAS PUBLICACIONES:

EL OCASO DEL PODER OLIGARQUICO

Henry Pease

LA ESCENA POLITICA OFICIAL PERUANA ENTRE 1968 Y 1975

LOS CAMINOS DEL PODER

Henry Pease

EL PROCESO POLITICO PERUANO DURANTE LA SEGUNDA FASE
DEL GOBIERNO DE LA FUERZA ARMADA.

BURGUESIA Y ESTADO LIBERAL

E. Bernales, L. Madalengoitia, M. Rubio

LA EVOLUCION DE LA DEMOCRACIA EN MANOS DE LA BURGUESIA.

EL LABERINTO DE LA CIUDAD - POLITICAS URBANAS E EL ESTADO 1950-1979

Abelardo Sánchez León - Julio Calderón

LAS PRINCIPALES POLITICAS URBANAS DEL ESTADO, A LO LARGO DE TRES
DECADAS.

PARLAMENTO Y LUCHA POLITICA - PERU 1932

Carmen R. Balbi - Laura Madalengoitia

LA EXPERIENCIA POLITICA QUE SIGNIFICO LA CONSTITUCION DE 1933.

CRISIS POLITICA: ¿SOLUCION ELECTORAL?

Enrique Bernales

UN ANALISIS DEL PROCESO ELECTORAL DE 1978 Y SUS IMPLICANCIAS
ACTUALES.

NO ALINEADOS: ¿NUEVA FUERZA INTERNACIONAL?

Inés García - Alberto Adrianzén

EL MOVIMIENTO DE PAISES NO ALINEADOS ¿ES O NO UNA FUERZA POLITICA
MUNDIAL?

PEDIDOS:

Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo

Av. Salaverry 1945 - Lima 14 - PERU

Teléfono: 72-4712

ÁFRICA

CHADE

O reinício da batalha

Com o neocolonialismo instalado na hora da independência, o Chade é um exemplo de um país que "partiu mal". Mas após quatorze anos de guerra civil, surge a possibilidade de uma unificação das diversas tendências político-militares que se opõem ao imperialismo francês e aos seus agentes locais

Carlos Pinto Santos



Quatorze anos de guerra civil

Milhares de mortos e feridos, cadáveres esquecidos que apodrecem sob um sol escaldante, feridos que agonizam em hospitais de campanha onde o pessoal médico opera numa visão de horror, obuses não explodidos às vezes assinalados por pequenas bandeiras, uma cidade semi-destruída e abandonada pelos seus habitantes: eis o cenário desolador de N'Djamena desde que se reiniciou, a 20 de março, a batalha pela sua conquista.

Frente a frente, duas forças beligerantes principais; as Forças Armadas Populares (FAP) de Goukouni Oueddei e as Forças Armadas do Norte (FAN) de Hisséne Habré, respectivamente primeiro-ministro e ministro da Defesa de um fictício Governo de União Nacional de Transição — Gunt.

Após oito semanas de combates, apenas interrompidos por precários cessar-fogos obtidos em laboriosas negociações promovidas por diversas capitais africanas, OUA e Nações Unidas, os dois exércitos controlam partes iguais da capital e receberam reforços consideráveis. Goukouni Oueddei tem agora a seu lado as tropas do vice-primeiro-ministro tenente-coronel Abdelkader Kamougué, as Forças Armadas Chadianas (FAT) e a Frente de Ação Comum (FAC) de Mahamat Abba Seid (ministro do Interior) e de Acyl Ahmat (ministro dos Negócios Estrangeiros). Do seu lado, Hisséne Habré recebeu soldados dos seus contingentes do Centro e Leste do país.

Esquemáticamente poderá afirmar-se que Habré tem contra ele a quase unanimidade das onze tendências que formaram o Gunt, dos vários ramos em que se cindiu a Frente de Libertação do Chade (Frolinat), e a hostilidade da Líbia, principal aliado dos seus adversários. Pelo ex-dirigente da Frolinat, expulso em outubro de 1976, o

Governo de Paris (antiga potência colonial), com uma política sinuosa, intervenções brutais e apoios alternados às diversas facções combatentes, surge como o principal responsável da guerra civil nesse país do interior ocidental africano.

Hoje, considerando a história do Chade, constata-se uma evidência: a batalha de N'Djamena e a guerra civil só terminarão com a vitória final e esmagadora de um dos lados. A paz será alcançada quando um ou vários contendores depuser, definitivamente, as armas. No Chade, o poder não se divide.

Quatorze anos de guerra

Como outras colônias africanas da França, o Chade ascendeu à independência em 1960. Mas que independência?

Em Fort-Lamy, (primitivo nome de N'Djamena), Paris deixou no poder um dos seus agentes mais preciosos na África, François Tombalbaye, figura principal de um regime que se tornou famoso no continente pela sua corrupção. O "tombalbismo" foi o obscurantismo, a luta tribalista desagregadora, a miséria de um povo dos mais pobres da África, a repressão feroz das manifestações populares e a presença de tropas francesas que constituem ameaça constante aos governos progressistas vizinhos.

Rapidamente desfeitas as ilusões de uma independência formal, surgem as primeiras revoltas provocadas pela exploração desenfreada a que uma clientela nacional nascente e os colonialistas de sempre, sujeitam a imensa maioria da população: uma centena de mortos na capital nos motins de setembro de 1963. Em 1965, os camponeses do Centro, no Guerá, revoltam-se contra as prepotências da administração, durante os roubos cometidos pelos coletores de im-

postos, e são sangrentamente reprimidos pelas tropas de Tombalbaye e pela Legião Estrangeira francesa.

A rebelião nunca chega a ser totalmente sufocada, alastra-se a outras regiões do país e cria as condições para o surgimento da Frolinat¹, que promove em 1966 ações de guerrilha no Centro-Este, primeiro, no Borkou-Ennedi-Tibesti (BET), depois.

Face aos rápidos progressos da luta armada, os pára-quedistas franceses intervêm salvando, em 1968, o regime de Tombalbaye de uma derrocada iminente. Mas não conseguem, apesar dos bombardeios, das aldeias arrasadas e dos massacres das populações, o seu objetivo principal: "pacificar" o país, ou seja, aniquilar a Frolinat.

Durante nove anos, a luta continua sem que os sucessivos contingentes franceses possam deter o avanço do movimento de libertação chadiano. Para lá da fronteira norte está, desde 1969, o regime revolucionário líbio, cujo líder, Kadhafi, ao mesmo tempo que presta apoio à Frolinat pressiona Tombalbaye obtendo algumas concessões: em 1972, o Chade corta relações diplomáticas com Israel e Tombalbaye aceita, num acordo secreto, o reconhecimento do velho tratado Mussolini-Laval que incluía a faixa de Aozou — 114.000km² no extremo-norte do Chade, rico em urânio — no território líbio.

Também para tranquilizar Kadhafi — preocupado com a sorte dos 52 por cento de chadianos muçulmanos que, segundo ele, são vítimas de discriminações racistas — Tombalbaye lança em 1973 a "chaditude", simulacro de "revolução cultural" copiada da doutrina de "autenticidade" do seu aliado Mobutu Sese Seko e que se resume à africanização de nomes e à prática

(1) Fundada por Ibrahim Abatcha em 22 de junho de 1966.

de velhos ritos *yondoh*. Fort-Lamy é agora N'Djamena e o próprio Tombalbaye muda o seu nome cristão François para N'Garta (chefe).

Dois anos depois, a Frolinat atua em três quartos do território e controla extensas zonas do Norte e Centro do país.

Em consequência de uma primeira tentativa falhada, o general Felix Malloum, chefe do exército de N'Djamena, dirige da prisão, em 13 de abril de 1975, um golpe militar (só possível com a ajuda, pelo menos tácita, das autoridades francesas) derrubando um regime que após quinze anos está moribundo e desacreditado mesmo perante o imperialismo.

O golpe de Malloum coincide com o anúncio da descoberta de importantes reservas petrolíferas

chadianas. A França, prevendo a chegada de concorrentes na sua neocolônia, muda de peão.

Um país irremediavelmente pobre?

Os indicadores econômicos assinalam ser o Chade um dos países mais pobres do Globo: 120 dólares de Produto Nacional Bruto per capita, uma balança comercial em déficit crônico (12,7 bilhões de francos C.F.A.² em 1976), 1,6 por cento de crescimento anual de PNB, 93 por cento de analfabetos. A agricultura emprega 86 por cento de uma população com a segunda expectativa de vida mais baixa do mundo (homens 29 anos, mulheres 35, em 1963/64).

(2) Um dólar = 218,7 francos CFA.



A FROLINAT nasceu das revoltas camponesas no Guará ocorridas em 1965

Para os colonos, o "Chade útil" foi sempre o Sul, onde os camponeses eram obrigados a cultivar o algodão em proveito das companhias têxteis francesas, como a *Compagnie Française pour le Développement des Fibres Textiles*, que controla a *Cotontchad*, que, por sua vez, tem o monopólio da produção e da comercialização.

O algodão é também o motor de um tímido desenvolvimento industrial do Sul do país. A *Unipartex*, francesa, domina a *Société Textile du Tchad*. O comércio de produtos de primeira necessidade está igualmente nas mãos de grandes empresas francesas: S.C.O.A., C.F.A.O. e S.C.K.N., filial da *Unilever*.

Nos últimos anos, porém, detectaram-se importantes recursos minerais: urânio e volfrâmio na faixa de Aozou (território a que se associam os planos nucleares de Trípoli); ouro no Mayo Kébbi; bauxita, ferro, ouro e urânio no Biltine, Ouddai Ennedi e no Guará.

A *Continental Oil*, associada à *Shell*, *Chevron* e *Exxon*, prospecciona petróleo no Kanem e no Logone Oriental. A *Conoco*, sétima sociedade petrolífera mundial e segundo produtor de carvão nos Estados Unidos é o maior investidor no Chade. Nos últimos dez anos gastou 30 bilhões de francos CFA nas pesquisas do subsolo chadiano, anunciando publicamente a descoberta de oito jazidas "interessantes": segundo os seus diretores locais, a estimativa máxima de reservas produtivas ultrapassa 50 milhões de toneladas, sendo a qualidade das matérias orgânicas do petróleo chadiano equivalente às do Mar do Norte e da Arábia Saudita.

São as riquezas potenciais que o solo do país começa a paten-tear que eliminaram as concepções ultrapassadas do "Chade útil" dos colonos franceses e é



A presença francesa no Chade: uma necessidade para assegurar o neocolonialismo

agora todo o território que se coloca na mira dos interesses imperialistas.

“Tombalbaísmo” sem Tombalbaye

A chegada ao poder de Felix Malloum não traz alterações de vulto à situação do país: a reconstrução econômica prometida pelo governo militar fica nas boas intenções, a submissão aos interesses franceses mantém-se inalterável e persiste a gangrena da corrupção. É, segundo a Frolinat, que depois de uma atitude inicial de expectativa intensifica a luta armada, o “tombalbaísmo sem “Tombalbaye”.

Vendo Malloum em posição difícil, o Governo francês procura um novo agente para enquadrar na sua estratégia, ao mesmo tempo que joga nas dissidências internas da Frolinat já dividida em várias tendências autônomas. Perante a surpresa geral, a pedra escolhida é o ex-dirigente guer-

rilheiro Hisséne Habré que alcançou em abril de 1974 grande celebridade nos meios de comunicação franceses com o rapto da arqueóloga Françoise Claustre, só liberta em janeiro de 1977 após a expulsão do seu seqüestrador da Frolinat por Goukouni Oueddei e da intervenção de Kadhafi. Habré, o “rebelde toubou” como é chamado pela imprensa francesa, está firmemente implantado no Tibesti e dispõe de uma força bem treinada, equipada e aguerrida. É inimigo irredutível da Líbia e isso é quanto basta para o Governo de Paris, que define Trípoli como o seu adversário número um na área. Após sinuosas negociações, Habré estabelece acordo com franceses e com Malloum que, com muita ou pouca relutância, aceita o parceiro imposto. Entretanto, em janeiro-fevereiro de 1978, uma nova ofensiva guerrilheira põe em debandada as Forças Armadas Chadianas. Malloum é obrigado a negociar com uma Frolinat mo-

mentaneamente reunificada e onde Goukouni ressurgiu fortalecido politicamente.

A França intervém mais uma vez diretamente enviando três mil soldados e aviões Jaguar e Breguet, o que evita a queda do regime de Malloum.

Meses mais tarde, as divergências surgidas de novo no seio da Frolinat facilitam finalmente a Paris a instalação no poder da dupla Malloum-Habré o que, segundo as previsões do Governo de Giscard d'Estaing, impedirá o projeto de reconciliação nacional defendido por Kadhafi.

Nomeado primeiro-ministro, Habré reorganiza as suas forças e prepara o assalto final ao poder que ele não tem intenções de compartilhar. Apoiado pelo corpo expedicionário francês, desencadeia a primeira batalha de N'Djamena em 12 de fevereiro de 1979 contra o seu aliado Felix Malloum.

Decorridas três semanas de violentos combates que fazem milhares de vítimas entre os civis,

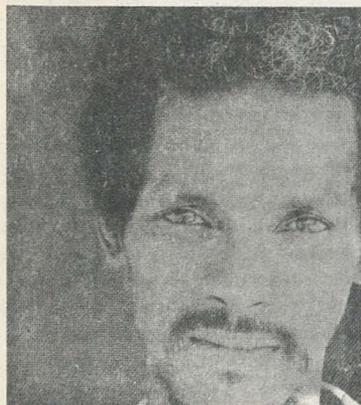
Abba Siddick



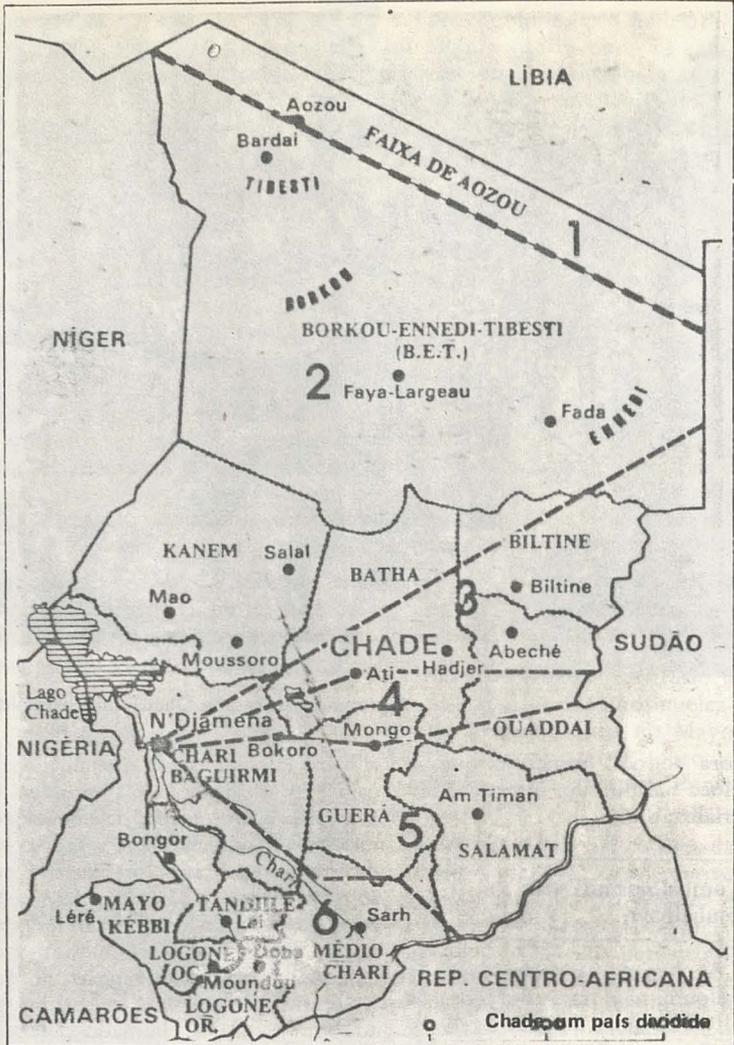
Dr. Abba Siddick, secretário geral da Frolinat até as grandes cisões. Foi o sucessor de Ibrahim Abatcha, o fundador da Frente



Hissène Habré, Ministro da Defesa do Gunt: intransigente e ambicioso



Goukouni Oueddeï, chefe do principal ramo da Frolinat. Tem o controle da metade de N'Djamena.



Conceitos ultrapassados

Durante anos, o conflito chadiano foi simplistamente interpretado como rivalidades étnicas Norte-Sul ou religiosas, muçulmanos contra cristãos e animistas. Hoje, essas explicações estão manifestamente ultrapassadas, quando as duas principais forças em guerra são oriundas do Norte islamizado, as FAP de Goukouni Oueddeï e as FAN de Hissène Habré. As primeiras, apoiadas pelos cristãos animistas do Sul de Kamougué, aliados dos antigos regimes de Tombalbaye e Malloum, os segundos protegidos pela antiga potência colonial. A fronteira que separa as diversas facções que combatem no Chade passa pelos que se colocam no campo da independência nacional e os que se abrigam debaixo da asa do imperialismo francês.



Félix Malloum

o exército de Malloum é aniquilado, à exceção das forças do tenente-coronel Kamougué, constituídas, na maioria, por policiais que resistem e se retiram para o Sul conservando a capacidade operacional.

Enquanto se desenrolam os combates Malloum-Habré, a Frolinat chefiada por Goukouni progride no terreno e penetra na capital.

Após esforços de mediação desenvolvidos por governos de países vizinhos, em que se destaca o nigeriano, a conferência de Kano, na Nigéria, reúne as quatro facções principais em luta: Goukouni, Habré, Abdelrahman — chefe do Movimento Popular para a Libertação do Chade (MPLT) que controla a região petrolífera de Kanem no Oeste do país — e Kamougué. É decidido destituir Malloum e criar um Conselho de Estado Provisório presidido por Goukouni Oueddei.

Paris dá o seu acordo a esse Governo Goukouni-Habré, assegura a continuação da coopera-

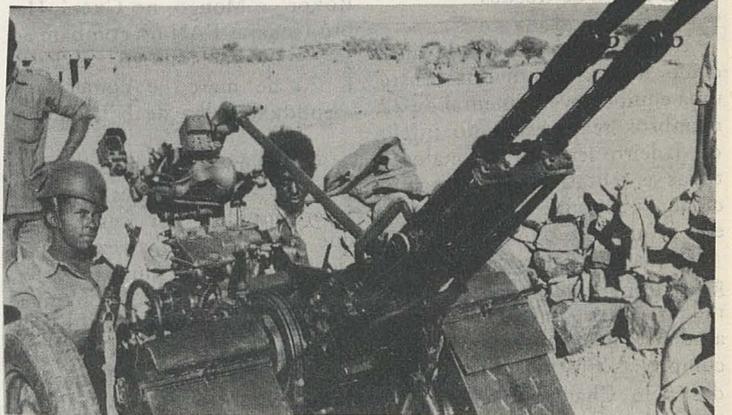
ção e anuncia oficialmente a retirada das tropas, evacuação que é sucessivamente prometida e adiada.

A segunda conferência de Kano, em abril, resulta em um fracasso porque as quatro facções signatárias da conferência anterior recusam as novas tendências que se apresentam, exigindo participação governamental: Conselho Democrático Revolucionário (Frolinat-CDR) da Ahinat Acyl;

Forças Armadas de Libertação (Frolinat-FPL) de Mahamat Abba Seid; Frolinat-Fundamental de Hadjaro Senoussi; Frolinat-Original de Abba Siddick e União Nacional Democrática (UND) de Fatcho Balam.

Os precários acordos estabelecidos não permitem ultrapassar as profundas divergências nem atenuar a luta pelo poder das tendências reunidas no Governo de N'Djamena, onde a intransigência e a ambição confessada de Hisséne Habré avultam como os primeiros obstáculos na obtenção da paz. O Governo mergulha no isolamento diplomático, as dificuldades econômicas agravam-se com o bloqueio imposto pela Nigéria e intensificam-se as pressões exercidas tanto no Norte como no Centro do país pelas forças excluídas das conferências de Kano.

Afirmando que a sua segurança pessoal não está assegurada em N'Djamena, Kamougué reúne-se às tropas estacionadas no Sul e se recusa a participar do Governo, o que empalidece ainda mais a sua autoridade. É a vez do chefe das FAT se aproximar do regime de Trípoli e fazer acordos com Abba Siddick e os pró-líbrios Ahmat Acyl e Mahamat Abba Seid.



Todos os grupos estão fortemente equipados

Os novos esforços de mediação efetuados pela Nigéria e Sudão conduzem, em 21 de agosto, aos acordos de Lagos assinados pelas onze tendências chadianas. O texto da plataforma prevê um Governo de União Nacional Transitório (Gunt) que, presidido por Goukouni Oueddei, é encarregado da organização de eleições gerais num prazo máximo de 18 meses. Decide-se, além disso, o cessar-fogo, a desmilitarização da capital, a retirada das tropas francesas, a libertação de prisioneiros, a formação de um exército nacional integrado dos elementos das diversas facções e o envio de uma Força Neutra Interafricana (FNI) integrada por contingentes militares de países africanos afastados das fronteiras do Chade, o Benin, o Congo e a Guiné-Conakry.

São necessários mais três meses de negociações fechadas para que a 11 de novembro, numa reunião em Douguia, nas margens do rio Chari, a 70 km de N'Djamena, o Gunt seja finalmente formado. Os líderes das três principais tendências, Goukouni, Habré e Kamougué partilham os cargos de maior importância: primeiro-ministro, ministro da Defesa e vice-primeiro-ministro.

Cinco meses de tréguas

A paz podre no Chade dura cinco meses. As divisões entre uma equipe governamental de 22 membros reaparecem no início de janeiro levando ao malogro todas as tentativas de pôr a funcionar o aparelho administrativo e econômico. É o impasse.

E quando as negociações, dirigidas por Goukouni, para a retirada das tropas francesas (que ainda se mantinham no país a cumprir as três missões formuladas pelo Champs-Élysées: "dissuasão", "proteção psicológica e moral" e "ajuda civil"...) pare-

cem produzir os primeiros resultados: a psicose da guerra civil recrudescerá subitamente.

Na origem, está a recusa de Hisséne Habré em retirar os seus contingentes da capital como ficara acertado em Lagos, retardando sine die a data limite marcada para 5 de fevereiro. O ministro da Defesa opõe-se também à instalação da Força Neutra Interafricana, que acusa preparar um complô para afastar as FAN do poder, recorrendo ao desgastado argumento de que os soldados congolezes da FNI não seriam senão cubanos disfarçados e que o contingente do Benin esperado em N'Djamena era treinado por soviético e cubanos. Completando o ramo dos fantasmas, Habré agita uma vez mais o "demônio" Kadhafi para exigir o fechamento da embaixada líbia. Tudo somado, profere declarações favoráveis à continuação do corpo expedicionário francês no país.

Inevitavelmente, a permanência das FAN em N'Djamena provoca a das FAP de Goukouni e a prevenção no Sul das FAT de Kamougué. Com todos os exércitos preparados, o confronto é uma questão de dias ou horas.

Depois de um primeiro ataque, em 16 de março, contra a FAC de Mahamat Abba Seid, em Bokoro e Mongo, no Guerá, Habré lança as FAN no combate ao seu principal inimigo, as FAP. É 20 de março e começou a segunda batalha de N'Djamena.

Oito semanas decorridas após o início dos combates, somente interrompidos por cessar-fogos que não têm muitas vezes senão algumas horas de duração, as vítimas, civis e militares, contam-se aos milhares, a população atravessa o rio Chari à média de dez mil por dia para se refugiar nos vizinhos Camarões e N'Djamena desmorona-se em núvens de poeira.

Unidade anti-Habré

No complexo tabuleiro chadiano, um fato novo começa, porém, a surgir e que poderá encerrar em si uma solução mais definitiva. Habré, escondendo cada vez menos a proteção que lhe dedicam os franceses, coloca a atual fase da guerra civil numa dicotomia entre aliados e adversários do regime líbio. *"Esta guerra — declara — não é uma guerra entre dois homens, é um combate político entre as forças nacionalistas e as forças retrógradas apátridas, os aliados da Líbia, a coligação Goukouni-Kamougué-Ahmat-Acyl"*.

De fato, as principais tendências chadianas parecem unidas contra o ministro da Defesa do Gunt. Tanto as tropas de Kamougué, como as de Ahmat Acyl e Abba Seid convergiram para N'Djamena e combatem ao lado das FAP, alastrando a luta ao Leste do país, em Ati e Hadjer. *"Para nós — declarou a um jornal francês Djana Golo, ministro da Justiça e representante de Kamougué — o problema é simples. Hisséne Habré fez secessão contra o Governo legal do Chade, ao sair dos acordos de Lagos aceitos pelas onze tendências chadianas. Assim, nós defenderemos até o fim a autoridade e a legitimidade do Estado"*.

O caminho para a paz no Chade está talvez nessa aliança combatente anti-Habré, se, na eventualidade de uma derrota militar esmagadora do antigo raptor de Françoise Claustre, as restantes tendências se entenderem numa base mínima de acordo (que se poderá buscar nas resoluções de Lagos), fazendo recolher as armas de vez, unificando o Estado desmembrado, pondo a funcionar a administração paralizada e a economia em ruína e instituindo uma política de independência nacional.



Entre as várias incógnitas chadianas ressalta a atitude do Governo francês, que mantém no país, mesmo depois do repatriamento dos civis europeus, 1200 homens do corpo expedicionário, apesar das declarações de Giscard d'Estaing de que partiriam após a sua evacuação. E como conciliar essa decisão do presidente francês com outras afirmações do Champs-Élysées de que *“as forças francesas ficam disponíveis para contribuir eventualmente, a pedido das autoridades chadianas em todas as ações que terão exclusivamente a finalidade de assegurar a aplicação do cessar-fogo”*?

Mas que autoridades? A Goukouni, que se crê ter alcançado a liderança entre a maioria das tendências, ou a Habré a quem o Governo francês prodigaliza uma proteção de peso? Estará nos planos franceses esperar o culminar da luta para lançar na mesa uma outra personagem capaz de “reabilitar” Paris perante a opinião africana?

Há muito que no continente se deixou de confiar nos “bons ofícios” da França. Não são unicamente os vinte anos de ingerência no Chade independente; na África, o imperialismo cobre-se com a bandeira tricolor e desfila ao som da Marselhesa. □

As onze tendências chadianas

Os agrupamentos político-militares que assinaram os acordos de Lagos são os seguintes:

— Forças Armadas Populares (FAP), de Goukouni Oueddei, primeiro-ministro do Gunt, chefe do principal ramo da Frolinat. Fortemente implantadas no Borkou-Ennedi-Tibesti e no Kanem; estão de posse de metade de N'Djamena;

— Forças Armadas do Norte (FAN), de Hissène Habré, ministro da Defesa do Gunt. Dominam o Biltine, as cidades de Biltine, Abéche e Ati e a outra metade de D'Djamena;

— Forças Armadas Chadianas (FAC), do tenente-coronel Abdelkader Wadel Kamougué, vice-primeiro-ministro do Gunt. Ocupam as regiões do Sul de Mayo-Kebbi, Logone Ocidental e Oriental, Médio Chari e Tandjile. Desde os primeiros dias de maio, destacamentos das FAT combatem em N'Djamena ao lado das FAP. As FAT vêm do exército do regime de Malloum e são constituídas sobretudo por antigos policiais;

— Forças Armadas Ocidentais (FAO), de Moussa Medela Mahamat. Têm posições numa parte da zona petrolífera do Kanem. Surgidas de uma cisão do MPLT;

— Frente de Ação Comum (FAC), presidida por Mahamat Abba Seid, ministro do Interior do Gunt. Está implantada nas regiões de Salamat, Guerá e Chari-Baguirmi, disputando o norte

dessas províncias com o exército de Habré. Combatem atualmente em N'Djamena ao lado das FAP. A FAC agrupa três tendências:

— Frente Popular de Libertação (Frolinat-FPL), de Mahamat Abba Seid. Politicamente próxima do regime líbio;

— Conselho Democrático Revolucionário (Frolinat-CDR) ou Vulcão Novo, de Ahmat Acyl, ministro dos Negócios Estrangeiros do Gunt. Pró-líbio;

— Primeiro Exército do Vulcão (Frolinat Vulcão), de Abdoulaye Adoum Dana. Próximo do regime sudanês.

Três outras tendências que integraram a FAC na altura dos acordos de Lagos mas que abandonaram posteriormente:

— Frolinat — Original: de Abba Siddick sucessor de Ibrahim Abatcha (fundador da Frolinat) e secretário-geral da Frente até as grandes cisões. Ministro do Ensino Superior do Gunt;

— Movimento Popular para a Libertação do Chade (MPLT), de Abdelrahman. Criado em 1978 com o apoio da Nigéria;

— Frolinat — Fundamental: de Hadjero Senoussi;

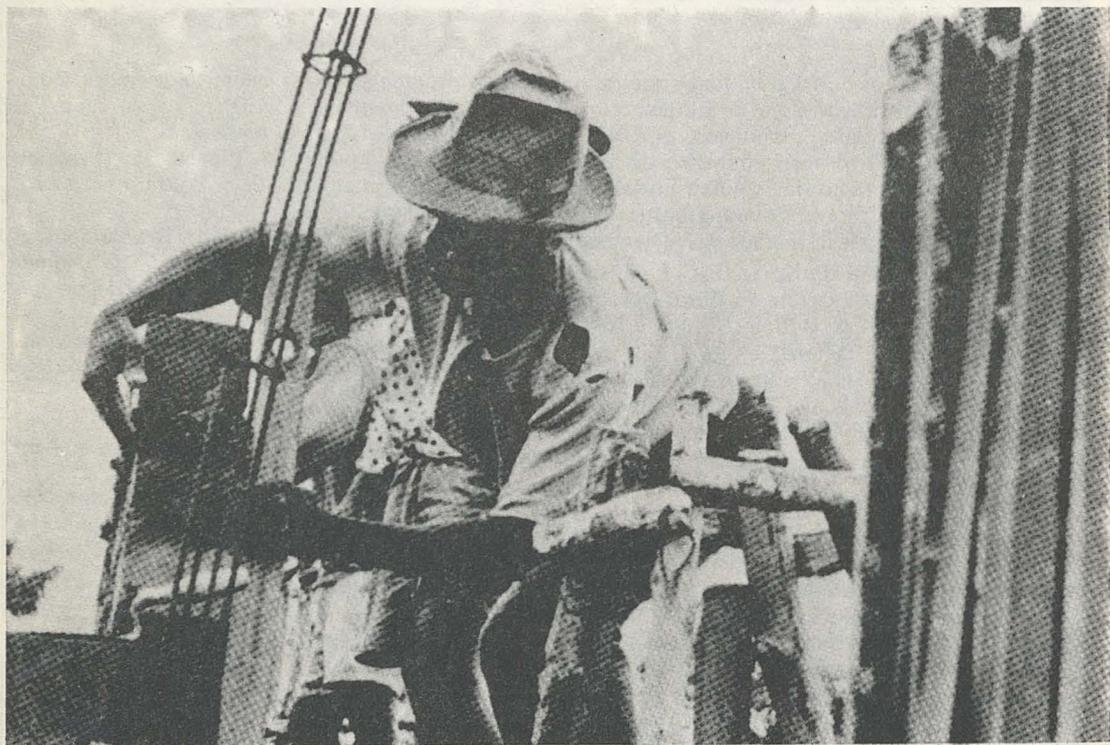
— União Nacional Democrática (UND), de Fatcho Balam, exilado no Senegal durante dez anos.

CABO VERDE

A conquista da independência econômica

Um povo decidido a construir uma nova sociedade onde o combate à seca se converteu numa causa nacional

Margarida G. Fernandes



Reforma agrária para assegurar o auto-abastecimento

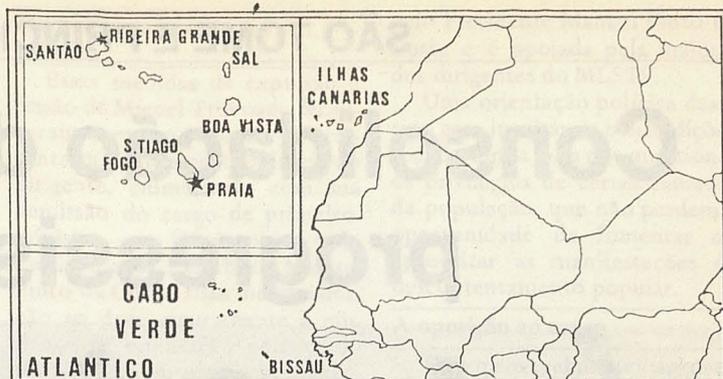
As conseqüências do domínio colonial no arquipélago de Cabo Verde foram realmente catastróficas. A economia não satisfazia, no essencial, às exigências da população caboverdiana. O comércio, os transportes e o setor de serviços representavam cerca de 62% da renda nacional; a indústria se encontrava em estado semi-artesanal e a agricultura ocupava 90% da população mas fornecia somente 5% de todos os alimentos necessários ao consumo. As prolongadas e periódicas secas causavam calamidades e prejuízos incalculáveis.

A luta anticolonialista do povo caboverdiano começou a germinar depois da II Guerra Mundial, quando os êxitos dos países socialistas no campo internacional e o desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional no continente africano iniciam o desmoronamento do sistema colonial imposto pelo imperialismo. Explode, então, em Cabo Verde, uma série de manifestações, greves, revoltas. Esse movimento proporciona o surgimento e a fundação do PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde) que foi, sem dúvida, um marco na história desses dois povos.

Transformações radicais

Com a conquista da independência e a chegada ao poder do PAIGC, o governo elaborou um amplo programa de transformações sócio-econômicas com o objetivo de anular as negativas influências do colonialismo e alcançar a independência econômica.

A parte principal do programa é dedicada à agricultura: uma reforma agrária, por etapas e com base na cooperação, de maneira a assegurar o auto-abastecimento do país em víveres. As



terras foram nacionalizadas e se estabeleceu o arrendamento sob novas formas.

O combate à seca se tornou uma causa nacional. Começaram a ser realizados trabalhos de irrigação em grande escala, foram plantados bosques, construídos canais, represas e tanques para recolher as águas da chuva. Também foram perfurados poços.

As empresas estatais que exploram a pecuária tornaram-se o símbolo da nova vida. Regularizou-se o abastecimento da população com gêneros como arroz, milho e carne. O consumo de arroz e farinha de trigo quase que duplicou em comparação ao período colonial. E os especialistas estimam que se a distribuição de água for racionalizada, com um adequado sistema de abastecimento, poderá se alimentar uma população de meio milhão de pessoas (atualmente Cabo Verde tem 300 mil habitantes).

Condições necessárias para o progresso

No problema da alimentação, também cabe um papel importante ao desenvolvimento da pesca. Segundo os planos do governo, dentro de 10 ou 12 anos o volume de peixe deve duplicar. Dezenas de jovens aprendem hoje a arte da navegação e da pesca. Estão sendo criadas cooperativas de pescadores, com o Estado prestando uma ajuda substancial

à venda do produto e à compra de barcos.

Por outro lado, o PAIGC e o governo da República de Cabo Verde têm grandes esperanças no desenvolvimento do setor estatal da indústria e de outros ramos da economia.

Foram nacionalizados os bancos, as seguradoras, os transportes marítimo e aéreo e estabeleceu-se o controle estatal sobre as operações de importação e exportação. Em 1977, o Banco Nacional pôs em circulação a moeda do país. Criado em 1976, o Fundo de Desenvolvimento Nacional financia as atividades das empresas estatais, das cooperativas, da produção, como também dos programas de construção civil.

Nesses quatro anos de independência, o país alcançou sensíveis êxitos no campo da saúde pública, no desenvolvimento da cultura nacional, na educação. Praticamente em cada núcleo da população foram abertas escolas, duplicou-se o número de médicos. O desenvolvimento da educação primária e a preparação de quadros nacionais fazem parte de um programa rígido, pois é um dos requisitos para o progresso social do país.

Nesses quatro anos muito se fez. O povo da República de Cabo Verde está decidido a construir uma nova sociedade. E todos os esforços estão sendo feitos para se atingir esse objetivo. □

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Consolidação da linha progressista



Contra os elementos nocivos, a favor do MLSTP

O processo político e econômico do país e os acontecimentos que conduziram à expulsão e à prisão do ex-primeiro ministro Miguel Trovoada

Luis Moita

A opinião pública internacional dispõe de poucas informações sobre São Tomé e Príncipe, antiga colônia portuguesa que foi o primeiro depósito de escravos de Portugal, um verdadeiro paraíso para os proprietários das plantações de cacau e café. Hoje, é um pequeno país africano de 80 mil habitantes distribuídos em duas ilhas situadas na linha do Equador, no Golfo da Guiné.

São Tomé e Príncipe tem uma localização estratégica rela-

tivamente importante, como ficou comprovado pelo seu papel de "porta-aviões fixo" na época da guerra de Biafra (o regime ditatorial português apoiava os separatistas biafrenses contra a Nigéria). E nesses quatro anos e meio de independência (proclamada no dia 12 de julho de 1975), não faltou ao país a eferescência própria de um processo político de forte impacto social.

Um dos últimos acontecimentos que agitaram a opinião pública foi a prisão, em setembro do ano passado, de Miguel Trovoada, antigo primeiro-ministro e dirigente histórico do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, primeiro núcleo nacionalista que daria origem ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

Os insólitos detalhes de sua detenção foram conhecidos por todos: aproveitando um intervalo da reunião do Conselho Coordenador do MLSTP, onde tinha sido criticado severamente, Miguel Trovoada resolve pedir asilo político à embaixada portuguesa. Numa decisão que criou uma grande controvérsia em Portugal, a embaixada nega o asilo e o transfere para a sub-delegação das Nações Unidas em São Tomé. Seis dias depois ele seria retirado de lá pelas forças de segurança dessa representação diplomática, enquanto ainda eram realizadas conversações sobre a sua situação.

Ao mesmo tempo, o Conselho Coordenador decretava a sua expulsão das fileiras do MLSTP, formulando contra ele algumas acusações: "convivência na tentativa de desestabilização do país; conhecimento da tentativa de assassinato do presidente do MLSTP; suborno com o objetivo de criar o divisionismo; descumprimento das tarefas que lhe foram confiadas pelo MLSTP e pelo governo; omissão constante de suas responsabilidades".

Mudanças na orientação política

Essas medidas de expulsão e prisão de Miguel Trovoada terminaram com um processo de crescente marginalização política do dirigente, culminando com sua demissão do cargo de primeiro-ministro, que foi assumido pelo Presidente da República, Manuel Pinto da Costa. Essa marginalização se deve seguramente à mudança de orientação política do MLSTP e a outros acontecimentos anteriores: a demissão do ex-ministro da Saúde, Carlos Graça, ex-comissário político do MLSTP, que foi julgado e absolvido, enquanto outros quadros intermediários eram condenados sob acusação de conspiração contra o presidente.

Na disputa entre Miguel Trovoada e a direção do MLSTP ficou claro que o primeiro se situava numa linha pró-ocidental na política externa, com implicações que se refletiram na política interna.

Finalmente, a solução das controvérsias internas e dissidência em São Tomé e Príncipe resultou numa crescente aproximação aos países que optaram pela via socialista, particularmente Angola e Cuba. Quando, em 1977 e 1978, a segurança do país esteve ameaçada pela possibilidade de desembarque de mercenários, sua defesa foi reforçada por um contingente angolano e por militares da Guiné-Bissau. Portanto, são bastante estreitas as relações entre São Tomé e Príncipe e Angola, intensificando-se também a cooperação técnica com Cuba nos setores fundamentais da economia, que vão desde a planificação até a educação.

Nessa fase, se dá o afastamento dos dirigentes considerados moderados e pró-Occidente, predominando uma linha política de firmeza interna e de aliança com os países socialistas. Essa mudança política foi liderada

pelo Presidente Manuel Pinto da Costa e é apoiada pela maioria dos dirigentes do MLSTP.

Uma orientação política desse tipo gera inevitáveis contradições sociais, ainda mais por questionar os privilégios de certas camadas da população, que não perdem a oportunidade de fomentar ou aproveitar as manifestações de descontentamento popular.

A oposição ao censo

Foi provavelmente aproveitando esse tipo de oportunidade, que ocorreram os graves incidentes ocorridos pouco antes da detenção de Miguel Trovoada, na época marcada para a realização de um novo censo. Marcado para um domingo, 16 de agosto, dia em que toda a população deveria ficar em suas casas, o censo não pôde ser feito na ilha de São Tomé por causa de um movimento popular contrário a esse trabalho, que chegou a ter certa amplitude.

Mas quais as raízes dessa atitude da população?

Historicamente, existe na população do país uma aversão ao censo, devida às características adotadas na época colonial: era um ato administrativo de conotação repressiva, com aplicação de impostos e controle dos trabalhadores contratados originários de outras colônias — Angola, Moçambique e, sobretudo, Cabo Verde. A partir daí, surgiram confusões em torno dos objetivos do primeiro censo depois da independência, apesar dos esforços governamentais em explicar seus objetivos: melhoramento das condições sócio-econômicas do povo, avaliação dos recursos humanos e das necessidades sociais, e apoio à necessária planificação dos serviços públicos, como o abastecimento, por exemplo.

O movimento popular anti-censo não só impediu que ele fosse realizado, mas também provocou diversas manifestações

de descontentamento em relação à dificuldade de abastecimento e o alto custo de vida. As dificuldades da população são bem grandes, mas não há dúvida de que as manifestações de descontentamento foram dirigidas e exploradas por agitadores que se aproveitaram da situação para se opor ao regime.

A sessão extraordinária do Conselho Coordenador do MLSTP, que expulsou Miguel Trovoada, reconheceu a existência de anomalias de todos os tipos e lançou um movimento de "constante e permanente crítica e autocrítica a nível de todos os escalões da Organização" e extensivo "a todos os setores da atividade nacional.

A pesada herança do colonialismo

Esses acontecimentos refletem uma realidade mais ampla. Passados alguns anos desde a independência, se sente agora — mais que no período logo após a independência e de euforia inicial — o peso das estruturas herdadas e das distorções sociais criadas pela ocupação colonial.

O caso de São Tomé e Príncipe é muito peculiar, já que a sociedade do país está marcada por vícios estruturais que desvirtuam todo o sistema produtivo e a economia nacional. Basta dizer que mais de 90% do território do país estavam ocupados por grandes latifúndios coloniais, onde se cultivavam grandes plantações para exportação: o café e, sobretudo, o cacau. A maior parte dos proprietários ricos vivia em Lisboa, de onde usufruíam enormes lucros à custa da exploração quase escrava de mão-de-obra recrutada em outras colônias portuguesas. A maioria da população de São Tomé se negava a trabalhar nas plantações e vivia da pesca, da agricultura de subsistência ou de atividades comerciais e artesanais.

O país chegou assim à independência política com uma estrutura agrícola viciada em suas raízes, com a produção orientada inteiramente para a exportação, sem nenhum equipamento industrial. O regime de monocultura agravava a dependência econômica: o cacau representa 98% da exportação global e tradicionalmente se vende a um só comprador, a Holanda. O envelhecimento das plantações, as inseguranças climáticas e as flutuações dos preços do cacau no mercado internacional são bases muito frágeis para a economia do país.

Impôs-se, então, uma verdadeira batalha pela independência econômica. O MLSTP iniciou o combate lançando a histórica decisão de nacionalizar as grandes plantações poucos meses depois da independência, a 30 de dezembro de 1975. Iniciou-se um novo processo político e social caracterizado pelo controle estatal de quase toda a estrutura produtiva. Humanizaram-se as relações de trabalho e foi instituído o salário mínimo para os trabalhadores agrícolas.

A planificação

Por outro lado, a nacionalização das grandes plantações permitiu um salto qualitativo fundamental no sistema econômico, representado pela crescente capacidade de planificação. Já em 1978, foi elaborado um Plano Agropecuário onde eram propostas metas de produção para cada produto em cada uma das empresas agrícolas nacionalizadas. Estatísticas mensais atualizadas informavam sobre os diferentes níveis de cumprimento do Plano, incluindo uma análise cuidadosa dos fatores que levavam ao não cumprimento das metas quando elas não eram atingidas.

É verdade que a pequena dimensão do país facilita um trabalho desse tipo, mas também é

certo que a sua materialização representa um avanço fundamental para colocar a economia a serviço das necessidades coletivas. Significa, além disso, uma capacidade técnica que não é muito freqüente.

Mais ambicioso ainda, é o plano que entrou em vigor em 1979, não mais limitado ao setor agropecuário, mas envolvendo o conjunto da atividade econômica do país. Seus resultados ainda não são conhecidos, porém, seguramente, constituirá num instrumento positivo para que eles possam se aproximar dos objetivos de racionalização e diversificação da agricultura, aumentando a produção e a produtividade.

Revitalização da vanguarda política

Apesar das evidentes dificuldades da atual fase do processo de São Tomé e Príncipe — as carências sociais, a dependência econômica e os problemas da produção de cacau provocados pela seca — o arquipélago segue um rumo traçado com firmeza, gozando de uma certa prosperidade em comparação a outros países africanos.

Entre as inevitáveis contradições atuais, o MLSTP continuou assumindo as suas responsabilidades e, no último Conselho Coordenador, foi proposto o início de uma profunda reestruturação de sua própria organização, através do lançamento de uma vasta campanha de retificação "onde os erros poderão ser corrigidos, os métodos de trabalho poderão ser melhorados e aliados da organização os elementos nocivos, identificando-se os verdadeiros representantes das massas trabalhadoras". Essa revitalização da vanguarda política do povo de São Tomé e Príncipe representa uma esperança a mais no caminho de construção de um novo tipo de sociedade no país. □

DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO:

uma referência segura e atual para os profissionais, professores e estudantes sobre 21 áreas da Comunicação

Você abre o Dicionário e logo entende o que significa a palavra que procura.

Semiologia não precisa de explicações super-herméticas e Metalinguagem não é nenhum bicho de sete cabeças.

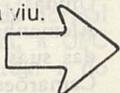
Isso você vai perceber em todas as páginas do Dicionário. Muita informação, sobre tudo o que existe (inclusive sobre as novidades mais recentes) em Comunicação de Massa. A teoria da comunicação é apresentada sem mistérios, com ilustrações inéditas e esquemas muito bem transados.

Quem se interessa por Artes Gráficas, Programação Visual ou por qualquer outra atividade da Editoração vai encontrar no Dicionário de Comunicação tudo o que precisa, desde os dados técnicos até a gíria usada nos meios gráficos. Os processos de impressão, todos os gêneros de edição, as famílias de tipos, as técnicas de diagramação, rafe, leiaute, arte-final, marcação de textos, revisão, montagem, composição, formatos, tipos de papel, medidas tipográficas etc.

E um detalhe a mais. As iniciais de cada capítulo foram desenhadas especialmente pelos maiores, cartunistas, desenhistas e artistas gráficos brasileiros: Adail, Borjalo, Claudius, Duayer, Emil, Fortuna, Guidacci, Henfil, Ivan Fernandes, Jaguar, Mariano, Lapi, Millôr, Nássara, Calicut, Marco, Mariza, Redi, Hélio, Agner, Nani, Vilmar, Zélio, Claudio Paiva e Ziraldo.

Do Gibi à Imprensa Nanica

A literatura de Massa pela primeira vez é registrada num Dicionário. Tudo sobre a narrativa das Histórias em Quadrinhos, da Fotonovela, dos folhetins, impressos cu eletrônicos. E mais: a diferença entre cartum, charge, caricatura e desenho de humor, exemplos incriveis de tiras e fotopocas e a mais completa definição de humor que você já viu.



- Mais de 4.000 verbetes.
- Iniciais capitulares desenhadas pelos mais importantes artistas gráficos brasileiros.
- Centenas de fotografias, mapas e diagramas.
- Encadernação luxuosa com capa dura plastificada impressa a duas cores.
- Mais de 500 páginas em papel offset de 1ª qualidade.

DEVOLVA ESTE PEDIDO AINDA HOJE

À EDITORA CODECRI — Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ



CERTIFICADO ESPECIAL DE RESERVA



SIM, queiram enviar-me pelo Reembolso Postal o DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO pelo qual pagarei apenas Cr\$ 420,00 - US\$ 8,50 (mais porte-aéreo)

NOME

ENDEREÇO

CEP

CIDADE

EST.

PROFISSÃO

IDADE

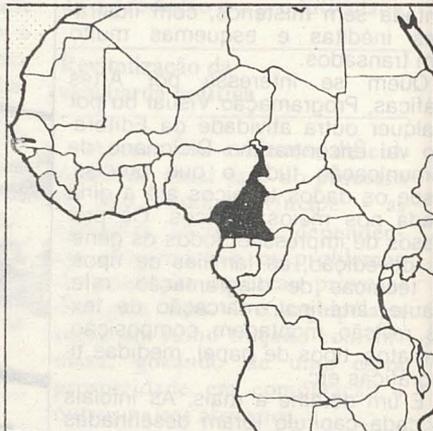
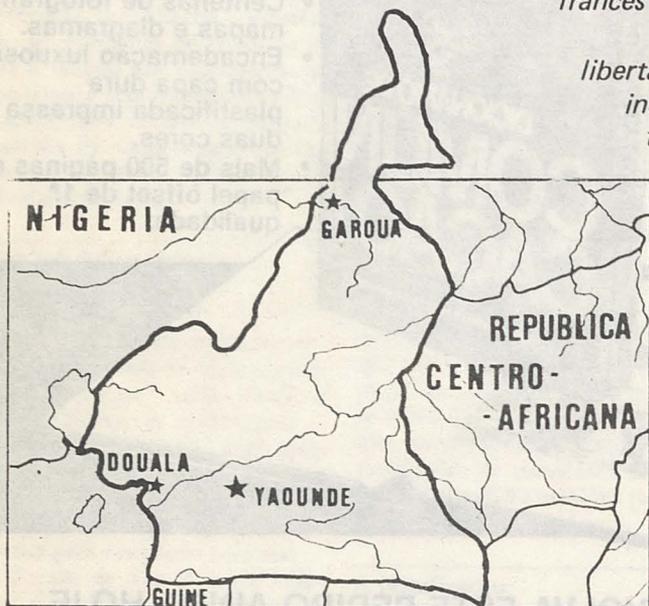
ASSINATURA

CAMARÕES

Mais cinco anos de ditadura

Carlos Comitini

Depois do colonialismo, o neocolonialismo francês e inglês. A farsa eleitoral, manipulada pelo regime dominante. A luta de libertação, a guerrilha e a esperança de uma independência verdadeira num país que tem entre 10 e 30 mil presos políticos



O presidente da República Unida dos Camarões, Ahmadou Ahidjo, foi reeleito pela quinta vez consecutiva. Segundo as estatísticas oficiais, seu mandato foi obtido "graças ao apoio" dos 99,9% dos votos emitidos, numa eleição em que teriam participado 99% da população. Só um partido, a União Nacional dos Camarões (UNC), que já se encontrava no governo, pôde participar das eleições, realizadas no mês de abril.

Serão mais cinco anos de um governo dirigido por Ahidjo (56 anos), que chegou ao poder de mãos dadas com os franceses em 1960.

O país recebeu o nome de Camarões no século XV pelos exploradores portugueses, devido à enorme quantidade do crustáceo encontrada num rio da região. Esse Estado, cuja capital é Yaoundé, foi colônia alemã desde 1884. Em 1916, durante a I Guerra Mundial, um exército anglo-francês o invadiu, dividindo-o até 1960, ano da independência. Naquela data, o setor denominado "francês" tornou-se a República Independente de Camarões. Ahmadou Ahidjo, ministro do Interior no primeiro governo da "Província Francesa dos Camarões" em 1956, conseguiu afastar o primeiro ministro André-Marie Mbida e ocupar o seu pos-

to. Portanto, há vinte anos se encontra no poder.

Luta pela independência

A luta pela independência não seria fácil. Em 1948 apareceu em cena a União Popular dos Camarões (UPC), cujo primeiro objetivo era reunificar num só Estado independente todos os camarões, acabando com a divisão arbitrária imposta pela Sociedade das Nações (a qual deu origem à Organização das Nações Unidas), depois da derrota da Alemanha e a conseqüente perda das suas colônias, que criou um Camarões francês e um inglês.

A UPC tinha as suas bases na região "francesa", mais desenvolvida e com maior quantidade de habitantes, e iniciou a sua atividade internacional em 1952 quando pediu à ONU a reunificação do território e a instalação de uma assembléia representativa para o Camarões unificado, a qual teria que ser escolhida na base do sufrágio universal. Ruben Um Nyobé, um nacionalista revolucionário, foi o primeiro chefe da UPC e ele mesmo apresentou em várias oportunidades, diante da ONU, as reivindicações do povo.

Os ânimos foram se acirrando. Em 1955, passeatas e greves por liberdade na cidade costeira de Douala, acabaram sendo ferozmente reprimidas pelos franceses. Em consequência, a guerra de resistência contra a França colonialista foi lançada em 12 de julho de 1956, constituindo-se o Exército de Libertação Nacional. Isso não significou que a UPC deixasse de lado as possibilidades de alcançar a liberdade por meios pacíficos. A última tentativa nesse sentido foi a integração da organização ao governo de André-Marie Mbida (primeiro ministro da "Província Francesa dos Camarões"), para que este outorgasse "eleições gerais, anistia geral e independência imediata". Cruenta repressão foi a resposta, e os que lutavam pela independência não tiveram alternativa senão a de empregar a guerrilha contra os colonialistas e os seus representantes.

Para Paris, as coisas começavam a ficar claras. Era necessário oferecer-lhes a independência mas não tanta, e contavam com aliados para isso. Assim, chegou a *descolonização francesa*, e no caso do Camarões, o *testa de ferro* chamava-se Ahmadou Ahidjo, um nortista mais moderado que o já desacreditado Mbida.

Dois anos antes da formal independência nacional, a UPC sofreu uma grave perda: a do

chefe do *Comitê Nacional de Organização*, Nyobé, que dirigia o movimento revolucionário desde o bosque de Boum-Nyebel, em território Bassa. Foi lá que, em setembro de 1958, no decorrer de uma luta com militares inimigos, o líder perdeu a vida.

Outro nacionalista revolucionário, Félix-Roland Moumié, ocupou o seu lugar. "A revolução camarão escolheu a violência" devido à "impotência da não-violência", disse Moumié. Mas a França já tinha montado a "grande obra" da independência. No dia 3 de novembro de 1960, também Moumié caiu assassinado pelos colonialistas. Um agente secreto francês o envenenou em Genebra.

Prosseguimento da "peça"

Desde que chegou ao Poder, Ahidjo dirigiu as suas forças no sentido de conseguir a unificação com os Camarões ingleses. Para isso celebrou-se um referendo na região controlada por Londres, tendo como resultado a integração do território (no Norte) à vizinha Nigéria, enquanto o Sul se unia à República dos Camarões sob uma Constituição Federal. Essa constituição foi abolida em 1972 para dar lugar, entre outras coisas, à institucionalização do regime ditatorial.

"Camarões escolheu uma forma democrática de governo onde os cidadãos participam ativamente da vida pública, mas no qual o Estado é suficientemente forte para assegurar a coesão nacional", afirmou o presidente recentemente. Há, no entanto, entre 10 mil e 30 mil presos políticos, contestaram os camarões que lutam contra a ditadura.

A repressão está centralizada principalmente sobre a UPC, que apesar dos golpes e quedas, ainda hoje realiza algumas ações militares e dirige a oposição das esquerdas ao governo.

Quem colabora?

A França é o principal suporte da ditadura nos Camarões. Ahidjo foi amigo do falecido Charles De Gaulle, e hoje mantém relações fraternais com o presidente Giscard d'Estaing. A maior parte da ajuda provém de Paris, em troca do financiamento da metade das importações do país. O restante da colaboração vem da Comunidade Econômica Européia (CEE) e de nações árabes como Kuwait, Catar e Arábia Saudita. Através do Banco Mundial, os norte-americanos também estão presentes.

O futuro

Este é o quinto mandato de cinco anos de Ahidjo. Espera-se a definitiva institucionalização do regime, com uma possível aposentadoria do atual presidente. Poucos meses atrás, a Assembléia aprovou uma emenda constitucional, decidindo que o primeiro ministro assumirá a presidência da república, automaticamente, em caso de renúncia, afastamento ou incapacidade do presidente. Antigamente, em circunstâncias similares, deveriam ser feitas novas eleições. No entanto, agora, o primeiro ministro conservará a presidência até finalizar o mandato.

Caso venha a acontecer algum desses imprevistos, já há vários candidatos para substituir Ahidjo. Obviamente, todos homens do sistema. São eles: Paul Mbiya (47 anos), atual primeiro-ministro, um tecnocrata ligado ao governo francês originário do Sul; o presidente da Assembléia, Salomón Tandeng Muna, de tendência britânica e que, como Ahidjo, é do Norte e mulçumano. E, finalmente, o *homem chave* dos franceses: Sadou Daoudou. Há dez anos é ministro de Estado responsável pelas Forças Armadas. □

Obote está de volta



Depois da queda de Idi Amin, o governo de Binaisa tenta impedir que Obote participe das eleições. A aliança com o Quênia e a tendência pró-ocidental. A ajuda da Tanzânia e o controle do país por uma Junta Militar do Exército ugandês

J. Patrick

O majoritário setor militar ugandês que apoia Obote levantou-se contra o regime de Binaisa

Milton Obote, derrubado por Idi Amim em 1971 depois de ter presidido por cinco anos um governo que seus críticos consideraram demasiadamente radical, regressou ao seu país proclamando um programa avaliado como mais realista e moderado, produto de um ajuste às difíceis condições em que se encontra o país, depois do desastrado governo de Amin e da luta pela queda do ditador.

Obote amadureceu essa orientação durante o seu exílio de 9 anos na Tanzânia, onde teve estreito contato com o presidente Julius Nyerere.

O líder tanzaniano é exatamente o precursor de uma linha revolucionária pragmática que, sem sacrificar suas metas socialistas, busca modelá-las à realidade do continente africano que,

depois do colonialismo, encontrou dificuldades para mobilizar recursos, tecnologias e conhecimentos associados.

Recebido em triunfo pelos seus partidários do Uganda People's Congress (UPC) quando do seu regresso em maio último, Obote definiu-se como um "cavalheiro revolucionário", defendeu a participação da iniciativa

privada na reconstrução do país e prometeu não reincidir nas nacionalizações maciças feitas no seu governo desde 1966.

Era evidente a sua intenção de tranquilizar os setores que foram anteriormente golpeados pela antiga política do governo, e sobre os quais havia começado a se desenvolver nos últimos meses uma estratégia ocidentalista para enfrentar a influência dos partidários de uma via para a libertação dentro da política ugandesa, depois da queda de Amin em 1979.

O retorno de Obote a Uganda acompanhou um golpe militar que, segundo todos os indícios, tinha a finalidade de desarticular essa estratégia, diante das crescentes evidências de que o ex-presidente Godfred Binaisa participava dela. Além disso, ainda permanecem estacionadas no país, tropas tanzanianas com mais de 10 mil homens que, no ano passado, desempenharam um papel decisivo no triunfo alcançado pelas forças rebeldes contra a ditadura de Amin.

Era lógico que se prevesse que, mesmo por elementares razões de segurança interna, a substancial participação tanzaniana nessa luta apontasse não somente para a derrubada de Amin, mas também para a consolidação de condições internas em Uganda que impedissem o retorno à ditadura ou um fortalecimento dos interesses que há quase uma década promoveram a sua instalação como alternativa a Obote.

Binaisa contou com a ajuda da Tanzânia quando subiu ao poder em junho do ano passado, deslocando o sucessor imediato de Amin, Yussef Lulé, cuja errada política de governo dificultava a estabilização do novo sistema político.

Meses depois da queda de Amin, Binaisa começou a dar os primeiros passos para o que pare-

cia ser um projeto político com linha pró-capitalista. Sua progressiva aproximação a Daniel Arap Moi, o presidente pró-ocidental do vizinho Quênia, foi julgada como uma tentativa de procurar apoio contra os setores progressistas de Uganda e da região.

Essa ação de Binaisa ganhou rapidamente o apoio anglo-norte-americano. Adotaram-se medidas claramente dirigidas a bloquear um possível retorno de Obote ao poder, através das eleições prometidas para o fim do ano em curso.

Binaisa, na realidade, mostrou as suas cartas marcadas, quando em abril passado, Obote declarou em Dar-es-Salaam que retornaria a Uganda para participar das eleições. A resposta de Kampala a esse aviso foi um decreto que proibia a apresentação de candidaturas fora da lista da Frente de Libertação de Uganda (FLU), o partido do próprio Binaisa.

A medida era nada menos do que um golpe de Estado dado por Binaisa, pois subvertia toda a ordem institucional pluralista surgida da insurreição vitoriosa contra Amin, privando Obote de toda e qualquer possibilidade de ascender legalmente ao poder.

A identificação de Binaisa com os interesses ocidentais tinha gerado dessa maneira um novo aparelho de poder, que significava, na prática, a instalação de uma nova ditadura no país.

Em reação a essa mudança no curso dos acontecimentos, o majoritário setor militar que apóia Obote levantou-se em 12 de maio último contra o regime de Binaisa, numa ação dirigida pelo general David Oyite Ojok, chefe do Estado Maior do Exército ugandês.

Uma Junta militar presidida por Paulo Muwanga foi instalada como órgão supremo de poder,

em substituição ao Conselho Consultivo Nacional (CCN), uma espécie de parlamento com poderes executivos, onde Binaisa contava com a maioria dos seus membros. O CCN ficou com um papel puramente legislativo e subordinado à Junta Militar, que advertiu: "os nossos poderes não poderão ser questionados por via legislativa nem por nenhum tribunal."

A decisão mais importante da Comissão Militar foi a de denunciar que as eleições legislativas e presidenciais seriam realizadas, dentro dos prazos previstos, e que "todos os partidos políticos poderão participar das eleições", reabrindo para Obote a via legal para o poder.

No entanto, tratava-se de um caminho semeado de obstáculos e perigos. A dificuldade principal que Obote agora enfrenta, é a impossibilidade da construção de um projeto político que prescindia totalmente das forças de oposição. Trata-se, pois, de encontrar fórmulas que permitam contar com elas, sem no entanto, dar-lhes um papel hegemônico.

Não se trata somente de uma necessidade similar à que, no Zimbabwe, induziu o primeiro ministro Mugabe a procurar a cooperação dos brancos e do capital privado como única opção para manter aberto o acesso a tecnologias e *know-how*, imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Essa necessidade pesa igualmente na política de Obote. Mas, além disso, em torno dessa necessidade, gravita também o perigo de que Arap Moi feche, para Kampala, o porto queniano de Mombassa, única via de saída para as exportações do país.

A marcha de Obote para as eleições deve articular-se, assim, numa complexa trama de negociações orientadas para a conciliação de uma linha nacionalista com os interesses expressos através de Nairobi. □

ÁFRICA DO SUL

Zabriskie Point na terra do apartheid

A política de discriminação racial está em crise. Não satisfaz à burguesia, que teme pelo desenvolvimento capitalista, divide o Partido Nacional e leva as massas à rebelião. Com a independência do Zimbábwe, chegou a hora da África do Sul

Beatriz Bissio



A explosão nas refinarias de Sasolburgo

Quando, há tempos atrás, o governo sul-africano se viu forçado a admitir que três das principais refinarias de petróleo do país tinham sofrido um grave atentado, a impressão era a de que o destino do país já estava traçado e nada seria capaz de mudá-lo: liberado o Zimbábue, chegava a hora da África do Sul.

Sem dúvida, o triunfo do movimento popular no Zimbábue foi importante para as forças progressistas sul-africanas, mas a crescente mobilização das massas naquele país não se deve somente a esse fato. Na verdade, o próprio sistema de “desenvolvimento separado”, o *apartheid*, é a principal causa do fracasso do regime.

O que é o apartheid

Apartheid é uma palavra composta por raiz inglesa, *apart* (aparte), e a terminação holandesa *heid*, que significa gado ou rebanho. Pode-se traduzir literalmente por “rebanho aparte”, que é o fundamento da ideologia racista que divide o homem em categorias, segundo a cor da sua pele. As três categorias principais — negros, índios e brancos — se subdividem em subcategorias, como malaios, índios, chineses e outros asiáticos. Na pirâmide das categorias humanas do *apartheid*, a raça branca está no ápice e a raça negra na base, com todas as possibilidades intermediárias.

O Partido Nacional, com seus ideólogos Verwoerd e Eiselen, institucionalizou o *apartheid* em 1948 e, desde então, a política se fundamenta sobre o pilar do desenvolvimento autônomo das raças, ou seja, a separação territorial dos brancos, mestiços e negros. Concebeu-se a criação dos *batustões* (de Bantu Homelands — territórios pátrios) exclusivos para a população negra, nas piores terras, deixando aos brancos as mais vastas e ricas áreas do

país. A população negra, apinhada nos *batustões* (13% do território nacional), seria “livre” dentro das fronteiras desses Estados artificiais, criados dentro da própria África do Sul. Assim, ao concentrar a população negra nos *batustões*, que vão se tornando “independentes”, os brancos — hoje em minoria na África do Sul — passam a ser maioria. Os negros são considerados “estrangeiros em seu próprio país e recebem a nacionalidade do *batustão* onde nasceram. Os brancos, assegurando-se com a “maioria”, obtêm automaticamente uma justificação para o seu domínio.

A legislação racista

Essa política é exercida com extrema rigidez. Nas áreas dos brancos — ou seja, em todas, exceto na dos *batustões* — os negros estão sujeitos a uma rígida legislação do *apartheid*, que os obriga a usar cartões de identificação com fotografia e indicação do grupo étnico a que pertencem; um pequeno livro de referências, com dados sobre o pagamento de impostos, registro de emprego e autorização para permanecer na área branca. São obrigados a freqüentar escolas e terem atendimento hospitalar em locais somente reservados aos negros e, nos poucos espetáculos públicos que estão autorizados a assistir, têm que sentar-se em locais especiais, determinados previamente. O passe de circulação lhes permite permanecer na área branca somente por 72 horas e qualquer infração pode ser punida com a deportação para o *batustão*.

Quando o negro desempenha o mesmo trabalho do branco, seu salário é sempre inferior. Enquanto existe 1 médico para 370 brancos, somente há 1 médico para 45 mil negros; há uma enfermeira para 152 brancos, enquanto há uma enfermeira para 1.000 negros. Dos 70% de crian-

ças negras que chegam a começar a escola primária, uns 95% não chegam a terminá-la. Enquanto os brancos têm livros e matrículas gratuitas, as crianças e adolescentes negros têm que pagar por eles. Os não brancos — incluídos nessa categoria os mestiços e asiáticos — não têm direitos políticos e desde 1968 estão proibidos os partidos multirraciais.

Estima-se que os *batustões* representam 70% da população do país. No entanto, são muito reduzidas as possibilidades de trabalho. Assim, o nativo se vê obrigado a deixar sua família e “emigrar” para o território dos brancos na África do Sul, onde vive humilhado e amedrontado. A mulher e os filhos ficam à espera de uma parte do reduzido salário que o chefe de família passará a enviar-lhes, se tiver sorte de conseguir emprego.

Essa legislação reacionária, que já foi condenada pela Nações Unidas como “crime de lesa humanidade” e acusada de “ameaçar a paz e a segurança internacionais”, levou o regime de Pretória a uma situação de isolamento no cenário internacional, criando tensões internas cada vez mais explosivas.

O fracasso da batustanização

Nos últimos anos, foram investidos nos *batustões* 24 milhões de rands (21 milhões de dólares), enquanto, no mesmo período, o regime aplicou 150 vezes mais em segurança interna. Essa política é responsável pela deficiência de oportunidades de trabalho nos *batustões*, onde foram criados somente uns dez mil novos empregos dos 500 mil prometidos anteriormente.

As estatísticas prevêem dificuldades ainda maiores: atualmente os *batustões* têm uma densidade populacional de 46 habitantes por quilômetro quadrado (em média, na África do Sul, esse índice é de 13 habitan-

tes por quilômetro quadrado). O *Bureau of Standards and Statistics* estima que, no final do século, a população de negros atingirá aproximadamente 50 milhões de pessoas, dos quais somente 18 milhões poderão ser acomodados nos *batustões*, que terão uma densidade populacional de 193 habitantes por quilômetro quadrado. Para empregar toda essa mão-de-obra, os *batustões* teriam que alcançar, nesses vinte anos que nos separam dos séculos XXI, um nível de desenvolvimento econômico semelhante ao dos países do Mercado Comum Europeu.

Essa situação é do conhecimento dos dirigentes atuais e também dos membros do Partido Nacional e dos líderes negros, sejam moderados ou radicais. Todos eles, apesar das suas diferentes perspectivas, estão tentando dar uma resposta a esse desafio.

Os dirigentes negros moderados, muitos dos quais aceitaram a política de *batustanização* por oportunismo ou porque pensam ser essa uma saída para evitar um desenlace sangrento, não têm hoje mais argumentos para defendê-la.

Lucas Mangope, do *batustão Bophustatswana*, já há algum tempo mostrou seu ceticismo: "como podemos crer na sua boa vontade (do regime de Pretória) se tentam convencer-nos de que 87% das terras devem permanecer nas mãos de 4 milhões (1) de sul-africanos brancos?" — questionava ele.

O dirigente zulu Buthelezi, do *batustão Kwazulu*, há muito tempo que perdeu suas ilusões: "Minha posição é clara", afirmou; "os brancos chegaram à África do Sul há 300 anos e são tão sul-africanos como um zulu.

(1) A população total da África do Sul é de 27 milhões e 500 mil habitantes (1978).

Assim, não há nenhuma razão para que eles tenham todos os privilégios e nós continuemos vivendo como semi-escravos, pois é essa a verdadeira situação do negro sul-africano".

Dentro do Partido Nacional, o partido do governo, as divergências se tornaram profundas. Existe um setor duro, extremista, que se nega em abrandar a legislação racista, enquanto uma ala mais moderada, da qual faz parte o Presidente Pieter Botha, considera importante fazer-se agora algum tipo de negociação, pois, caso contrário, poderá ser tarde demais para qualquer tipo de acordo. Setores empresariais e bancários já se manifestaram a favor dessa última opção. Para eles, o que está em jogo é o domínio econômico de toda a África Austral, um mercado de mais de 50 milhões de habitantes, num território equivalente a cinco vezes a Europa Ocidental.

Eles já viam com temor o futuro do capitalismo sul-africano em 1975 quando Angola e Moçambique conquistaram a independência. Agora, com a instalação de um regime progressista no Zimbábue, sentem, mais do que nunca, a necessidade de uma política mais flexível e realista. Nesses últimos cinco anos, a tomada de consciência dos povos da África Austral os fez compreender que somente na unidade econômica poderá estar o germe da libertação definitiva (ver **cadernos do terceiro mundo** n.º 24, "África Austral: uma nova comunidade econômica"). Na recente reunião dos países da Linha de Frente, realizada em Lusaka, foi defendida a necessidade de se criar uma estratégia comum "contra a dependência econômica em relação à África do Sul". E, nesse sentido, foram definidas como áreas prioritárias de colaboração, a agricultura, a indústria, o comércio e a energia.

Se os setores considerados "esclarecidos" da burguesia sul-africana já defendiam a liberalização do *apartheid* em 1975, hoje, em pleno 1980, assumem uma posição mais ativa em defesa do único caminho que pensam ser viável para preservar seus interesses econômicos. Um representante aberto dessa linha, empresário e banqueiro, declarou em círculos europeus que "o povo branco da África do Sul deve vencer o desafio de serem criadas condições para que, no período de uma geração, tenha desaparecido a atual desigualdade econômica, socialmente explosiva, que pode gerar situações desastrosas para o progresso do país". Para ele, "o progresso da África do Sul é o desenvolvimento do capitalismo sul-africano".

Harry Oppenheimer, o dono de um dos maiores consórcios mineiros do mundo, com investimentos em vários continentes, inclusive o Brasil, defendeu também publicamente uma política moderada.

A posição revolucionária

A África do Sul passa atualmente por uma crise profunda, resultado de vários problemas superpostos, que podem ser definidos numa só palavra: *apartheid*. A deficiência de mão-de-obra qualificada, impedindo o normal desempenho do setor industrial, é uma consequência da política racista, que impõe restrições artificiais ao mercado de trabalho. Essa situação começou a gerar uma crise em 1974, quando já faltavam 20 mil operários para as companhias mineiras, diminuindo a produção de ouro em cerca de 12%. Malawi e Lesoto, que abastecem as minas sul-africanas com 50% de mão-de-obra, estão agora dificultando o recrutamento de trabalhadores para a África do Sul, devido às deficientes condições de trabalho. Moçambique está desenvolvendo grandes

projetos que poderão absorver, na próxima década, importantes contingentes de mão-de-obra, criando muitas oportunidades de emprego no país e evitando que os operários tenham necessidade de emigrar para a África do Sul.

As novas condições criadas, tanto no plano político como no plano econômico, pelos avanços registrados no continente africano, favoreceram as correntes revolucionárias sul-africanas, reunidas na *African National Congress* (ANC), presidida por Oliver Tambo. A ANC foi o primeiro movimento de libertação africano e tem quase 70 anos de luta. É reconhecido pelo Movimento dos Países Não-Alinhados e pela Organização de Unidade Africana (OUA) como o legítimo representante do povo da África do Sul. A ANC questiona total-

mente o regime de *apartheid* e desenvolve um trabalho clandestino, através da luta armada e sabotagem, apoiado pelas massas exploradas.

Dois, três, mil Sowetos

A África do Sul já tem um símbolo de luta contra a discriminação: a resistência heróica do povo de Soweto, um subúrbio negro que enfrentou desarmado, em 1976, a repressão do regime racista. O saldo foi um massacre com 600 mártires.

Quatro anos depois, em 1980, multiplicaram-se na África do Sul, os Sowetos. A imprensa mundial dedicou espaços importantes às recentes lutas em diferentes partes do país, particularmente na Cidade do Cabo. As

greves operárias alcançaram níveis de combatividade desconhecidos na África do Sul.

O regime continua massacrando e o povo insiste em sua rebelião. Mas agora as condições objetivas são outras: libertado o Zimbábue, os esforços das Nações Unidas, da OUA, de todo o continente, podem centrar-se nas fronteiras do *apartheid*.

Ante a visão dantesca das três refinarias de Sasolburgo em chamas — consequência de mais um audacioso atentado reivindicado pela ANC — cabe um paralelo: a África do Sul alcançava o seu *Zabriskie Point*. Como no célebre filme de Michelangelo Antonioni, a civilização que oprime o povo negro e mestiço da África do Sul pode estar condenada à destruição. □



O apartheid só se mantém pela força das armas.

Os Thatcher também estão comprometidos

Criou-se uma situação embaraçosa para a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher com a recente divulgação do nome de seu marido, Denis Thatcher, entre os empresários que na África do Sul pagam aos operários negros salários inferiores ao mínimo estipulado por lei. Mr. Thatcher é o diretor da *Burmah Oil*. Uma de suas subsidiárias na África do Sul foi acusada de infringir a lei salarial. Na lista também figura a *British Petroleum*, que tem uma participação de 46% do Estado Britânico.

O Governo recusou-se a divulgar os nomes das firmas britânicas envolvidas na questão, mas todos os detalhes encontram-se nos informes enviados a 202 firmas britânicas, sujeitas ao código de conduta da Comunidade Econômica Europeia (CEE), que rege as empresas britânicas com interesses na África do Sul. O código foi adotado em 1977, mas não tem poderes punitivos frente às transgressões. A única medida que pode ser utilizada é a de publicar o nome das firmas que não respeitaram as normas estipuladas pelo código.

Um grupo de parlamentares da oposição trabalhadora exigiu que o secretário de Comércio John Nott publique os nomes de todas as companhias faltosas.

Uma proposta de unidade

Ameaçado pelo recrudescimento da guerra fria, o Mundo Árabe reafirma sua aspiração de unidade, neutralidade e não alinhamento

Mohamed Salem



Saddam Hussein: rechaçar a presença de exércitos estrangeiros

A instalação da embaixada de Israel no Cairo — a primeira numa capital árabe —, as diversas posições dos governos do Oriente Médio ante os sucessos do Afeganistão e os diversos conflitos de fronteiras que enfrentam entre si os países da região parecem indicar que a década de 80 se inicia com perspectivas não muito animadoras para a causa e a unidade árabes.

Para enfrentar essa situação, o governo iraquiano propôs à Liga Árabe, no dia 8 de fevereiro passado, a adoção de uma declaração de unidade e neutralidade do mundo árabe. Nela se reafirmam princípios políticos comuns: luta contra o sionismo e neutralidade no conflito das superpotências. Foram sugeridas, aos países árabes, a solução pacífica e rápida dos conflitos entre si, a condenação de todas as ins-

talações de bases estrangeiras na região e a normalização das relações com os países vizinhos não árabes sobre bases de respeito mútuo, não intervenção e solução pacífica das controvérsias.

Esse último ponto é particularmente relevante para Bagdá, já que, desde os tempos do Xá, suas relações com o Irã eram muito tensas, distraindo sua atenção da luta anti-Israel. Além disso, o apoio iraquiano às reivindicações das minorias kurdas e árabes no Irã provocou, nas últimas semanas, estremecimentos nas relações entre Bagdá e Teerã. Portanto, aí está a importância do aspecto da proposta, que demonstra uma tentativa de resolver diferenças secundárias em benefício da luta comum.

Teerã não se pronunciou oficialmente sobre a proposta iraquiana — o que na realidade não lhe diz respeito, pois o Irã

não é um país árabe — mas provavelmente o governo iraniano compartilha do ponto de vista do presidente Saddam Hussein sobre a intervenção soviética no Afeganistão: condenar a intervenção, como também as intenções dos Estados Unidos de utilizar, como pretexto, a presença russa para ampliar a influência norte-americana na área. Nesse sentido, a proposta de neutralidade e oposição a toda tentativa de instalação de bases militares na região enfrenta claramente os planos norte-americanos no mundo árabe em geral e no Golfo em particular. Até o momento, a proposta iraquiana recebeu o apoio expresso dos governos da Jordânia, Kwait, Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Catar, Bahrein, Iêmen, Argélia e Mauritânia, o que já é uma maioria no seio da Liga Árabe. Ela celebrará, este ano, sua décima-primeira reunião de cúpula e um dos pontos de sua agenda será, precisamente, a revisão da carta que a rege desde 1950.

Em declarações à imprensa, Saddam Hussein, que a partir de 1982 presidirá o Movimento dos Países Não-Alinhados, afirmou que “já é hora de os árabes deixarem de correr atrás dos acontecimentos e adotarem uma estratégia que lhes permita antecipá-los, influenciá-los e controlá-los”. Atacou também os “elementos vacilantes” dentro do mundo árabe, assinalando que “se déssemos a metade do que eles pedem, a Palestina já estaria libertada”. □

Os princípios básicos da nova Carta Árabe

NÃO
ALINHAMENTO E
SOLIDARIEDADE

A declaração proposta pelo presidente iraquiano Saddam Hussein aos demais países árabes diz em seu primeiro parágrafo: "rechaçar a presença de exércitos, forças militares ou bases estrangeiras na Pátria Árabe sob qualquer forma, pretexto, ou motivo e isolar qualquer regime árabe que não se comprometa com esse princípio, boicotando-o política e economicamente."

No segundo parágrafo, se decide "proibir a utilização das forças armadas de qualquer país árabe contra outro país árabe", sugerindo a solução pacífica dos conflitos que possam surgir entre eles, "aplicando os princípios da ação nacional comum e a defesa dos altos interesses árabes".

Esse princípio — continua a declaração no seu terceiro parágrafo — "será aplicado nas relações das nações árabes com os países vizinhos". Em caso de conflito, "não será permitido fazer uso da força armada, salvo em casos da defesa da soberania contra ameaças que possam afetar a segurança dos países árabes e seus interesses essenciais".

Diante dessa situação, propõe-se "a solidariedade total dos países árabes frente a qualquer agressão ou violação realizada por país estrangeiro contra a soberania dos países árabes". Se uma agressão desse tipo resultar numa guerra, todos os países da Liga Árabe fariam "frente comum" para se defender "por todos os meios e formas, incluindo a ação militar, adotando medidas de boicote político e econômico e tudo o que exijam a necessidade e o interesse nacional".

Sem dúvida, o propósito da proposta não é belicista, pois seus autores a concebem como uma garantia de paz para a região. Para eles, o quinto parágrafo confirma essa intenção, citando "o compromisso dos países árabes de aplicar as leis e os costumes internacionais" a respeito das águas internacionais que como o Nilo, o Tigre e o Eufrates — vitais nessas zonas áridas — percorrem países árabes e não árabes. Excluem-se expressamente os países "que estão em estado de guerra com qualquer país árabe", o que obviamente é uma alusão a Israel.

Com relação à guerra fria, o sexto parágrafo propõe "o alijamento dos países árabes dos conflitos ou guerras internacionais", reafirmando o "compromisso de manter a neutralidade total

e o não-alinhamento frente às partes envolvidas, salvo se uma delas violar a soberania territorial árabe ou os direitos permanentes dos países árabes consagrados pelas leis e costumes internacionais". Destaca-se, além disso, a intenção dos países árabes de "abster-se" de participar com suas forças militares, na região ou fora dela, representando qualquer país ou parte estrangeira". Com isso, se evitaria, por exemplo, que se repita o caso do Zaire, quando forças marroquinas e egípcias, junto com a França e os Estados Unidos, defenderam o regime de seu aliado Mobutu, em 1978.

Esses conceitos se estendem ao plano econômico no parágrafo sétimo, comprometendo todos os países que assinaram a Carta a "estabelecerem relações econômicas construtivas entre eles e evitar qualquer comportamento que possa prejudicar-lhes ou impeça a sua continuidade, observando a diferente natureza dos vários regimes e as diferenças políticas marginais que os separam, sempre que as partes estejam comprometidas pelos princípios desta Declaração". Mesmo assim, "os países árabes se comprometem a aplicar o princípio da solidariedade e integração econômica" nessas relações. As nações com excedentes de petróleo — que não são todos os países árabes — "se comprometem a proporcionar todo tipo de ajuda econômica aos demais países árabes, de forma a evitar que eles dependam de forças estrangeiras que afetem sua independência e soberania nacional".

Enquanto essa declaração não é definitivamente adotada, "o Iraque confirma sua disposição de comprometer-se com ela", declara-se disposto a "discuti-la com os irmãos árabes e escutar suas observações sobre tudo que possa aprofundar seu conteúdo e fortalecer efetivamente os seus princípios de libertação". Frisou-se que a declaração não pretende substituir o Pacto da Liga Árabe nem as convenções de defesa comum e cooperação econômica estabelecidas entre os países membros, mas sim procura "consolidar e desenvolver" esses acordos "de forma que se possa responder às circunstâncias internacionais atuais e seus perigos" num momento em que surgem "novas ameaças contra a nação árabe e seu futuro".

EGITO

Campo David: um instrumento das multinacionais

Um jornalista, com longa militância política, analisa as conseqüências dos acordos egípcio-israelenses para a economia de seu país

Neiva Moreira



Sadat e Begin: um complô para apoiar as multinacionais

Para Saad El Tayeh, a semente da situação atual do Egito começou a germinar na época de Nasser: “o centro da questão nacional – e todos estavam de acordo, da esquerda à direita – era a construção de um país independente”. Jornalista desde a sua juventude, El Tayeh foi editor de importantes publicações progressistas do Egito e esteve preso duas vezes durante os anos do regime nasserista. Atualmente está exilado. Continua escrevendo e segue de perto a situação social, apesar de estar consciente que a Administração Carter pode favorecer, da mesma forma como está favorecendo em outras partes do Terceiro Mundo, uma mudança apenas de fachada, substituindo Sadat mas assegurando o fundamental: “que tudo continue como está”. Quanto a Campo David, El Tayeh não o considera somente um acordo tendencioso que nega aos palestinos seus direitos nacionais, mas também e principalmente “uma forma de conquistar o Egito para as multinacionais”.

Nasser no caminho correto

— Todos estavam juntos, apoiando o regime, no período nacionalista de Nasser. Da esquerda à direita. E esse era o caminho correto. Fazíamos alianças, mas a luta continuava. Foi nessa época que estive preso duas vezes, em vaivéns da luta entre a esquerda e direita. No entanto, a esquerda egípcia nunca entendeu corretamente o período de Nasser, a etapa da luta nacionalista. O nacionalismo como um passo para o socialismo.

Com esta visão, Saad El Tayeh explica como um regime de vanguarda do Mundo Árabe, como foi o de Nasser, degenerou-se depois da sua morte, chegando até a situação atual, de total aliança e submissão aos interesses norte-americanos e sionistas.

— Durante o período da luta nacionalista, não só os elementos de direita mas também os fascistas se declaravam a favor da questão nacional. E, lamentavelmente, de todos os oportunistas que rodeavam Nasser, foi eleito para sucedê-lo o pior: Sadat. Anwar El Sadat é uma pessoa de ideologia fascista que colaborou com os nazistas na guerra. Antes de tomar o poder, ele se mantinha silencioso e demonstrava estar de acordo com tudo que Nasser fazia ou dizia. É que esses oportunistas, quando estão juntos de uma pessoa como Nasser, sempre fazem tudo o que lhes é pedido. E Sadat era o mais desonesto de todos.

Pode-se interpretar a escolha de Sadat para suceder Nasser como uma derrota da esquerda egípcia?

El Tayeh nos conta que desde 1922 funciona o Partido Comunista Egípcio, que tinha uma

quota do poder durante o período nasserista. Como conseqüência, toda a direita queria destruí-lo. E conseguiram, na sua opinião, por um caminho muito especial.

— Pouco a pouco os sionistas começaram a se infiltrar no Partido e, apesar do sacrifício dos elementos mais honestos e radicais, pouco se pôde fazer depois da cúpula estar infiltrada.

Uma das explicações dessa infiltração estaria na “falta de uma análise marxista, por parte dos dirigentes, da etapa que se vivia no plano político e econômico”. Segundo El Tayeh, “eles não entendiam a situação do país e, assim, os oportunistas puderam tomar de assalto o poder : escolheram Sadat pensando que seria uma pessoa manejável, mas ele e as multinacionais tinham seu próprio projeto.”

Ao lembrar que, durante o período de Nasser, os camponeses e os trabalhadores receberam uma série de benefícios, El Tayeh afirmou: “O nacionalismo deu direitos aos camponeses e trabalhadores, mas eles não puderam avançar muito. Na verdade, apesar dos trabalhadores e camponeses receberem alguns benefícios no plano econômico, a direita se afirmava no poder político. Era a alta burguesia que estava ganhando as maiores quotas do poder. A direita (com Sadat) representava a alta burguesia interna e o imperialismo. Assim começou tudo.”

Temos que entender que a situação no Egito é reflexo da crise internacional do sistema capitalista, frisou El Tayeh.

— O imperialismo está consciente da crise e não dá à burguesia nacional a oportunidade de progresso. Eles sabem que não vão durar muito e, por isso,

não constroem nada que não possam controlar diretamente. Já não é possível uma aliança com a burguesia nacional. Só podem estabelecer alianças com os parasitas, a burguesia vinculada ou dependente do capital internacional. São esses setores que dominam o poder atualmente no Egito.

E a burguesia nacional?

— Sofrendo. Todas as classes sociais estão sofrendo, menos os que estão ligados ao comércio de exportação e ao sistema bancário. Vejamos alguns exemplos: as nossas indústrias de refrigerantes e derivados de leite acabaram.

E as indústrias que no período de Nasser estavam nas mãos do Estado?

— Essa é uma questão muito importante. Também foram entregues em muitos setores às multinacionais. E estão tentando entender esse controle. Buscam, com prioridade, as indústrias de alta rentabilidade. Por exemplo, o caso dos têxteis. Muitas indústrias já passaram para as mãos do capital estrangeiro. E a indústria pesada, de aço, que era assessorada pelos soviéticos, parou. Todos os países árabes estão cheios de engenheiros, médicos, especialistas, trabalhadores egípcios. Por um lado, porque no Egito não há empregos, e por outro, porque os salários são miseráveis. Não estão de acordo com o custo de vida.

Para El Tayeh, temos que interpretar a luta do mundo de hoje como um questionamento ao imperialismo e seus parasitas.

— Em 1882 houve no Egito uma revolução que durou dois anos. É conhecida como “A Revolução Árabe”. Por ter sido tão rápida, não se pôde fazer grandes coisas. Mas teve conseqüên-

cias, já que o imperialismo britânico a partir dessa experiência fez algumas mudanças, como, por exemplo, na agricultura. Foi quando o Egito se transformou num imenso campo de algodão.

Eles criaram mais empregos e deram aos trabalhadores melhores condições de vida. Mas, na verdade, o grande beneficiado seria o capitalismo inglês, que após 5 anos, recuperava todo o seu investimento e auferia grandes lucros.

— Atualmente, o imperialismo enfrenta dois problemas no Egito, explica El Tayeh: “ele não pode fazer o que o velho imperialismo inglês fez, porque tem medo do futuro (querem ganhar o máximo de dinheiro o mais rápido possível); e tem que enfrentar a herança de 20 anos de governo de Nasser, que criou uma consciência em nosso país.

Uma mudança de fachada

— Quando Sadat anunciou que ia dar liberdade para organização dos partidos políticos, a esquerda, em geral, se alegrou equivocadamente. Na verdade, era uma abertura aparente, na medida que ia contra os interesses do povo e sua verdadeira participação no poder. Nasser havia reservado 50% das cadeiras do Parlamento aos camponeses e trabalhadores urbanos, medida que Sadat iria revogar. O correto teria sido exigir, naquele momento, quando se anunciava uma reforma política, a criação de um partido dos trabalhadores, para os trabalhadores. E perderam a oportunidade de se organizarem eficazmente, escolhendo soluções dogmáticas que, com a aparência de marxistas, eram, na prática, a sua negação. Os trabalhadores e camponeses fizeram muitas ma-

nifestações contra a proposta de Sadat, mas, infelizmente, eles não estavam organizados politicamente e não opuseram uma resistência eficaz — afirmou El Tayeh.

O jornalista egípcio acredita que a situação no seu país tende para um desenlace revolucionário, uma revolução de camponeses e trabalhadores. Mas não é provável que isso aconteça a curto prazo, pois os trabalhadores não estão organizados, explica El Tayeh. O seu maior temor, revela o jornalista, é que os norte-americanos tentem — como estão fazendo com alguns regimes da Ásia, África e América Latina — uma mudança de fachada, porque Sadat está muito desgastado.

— Se isso ocorrer, corremos o risco de certos setores árabes considerarem a mudança como uma vitória, sem se dar conta de que a simples saída de Sadat não rompe a nossa dependência do imperialismo. E acredito que os norte-americanos vão apelar para uma solução deste tipo para ganhar dois ou três anos, enquanto duram as expectativas criadas.

— Sem dúvida, o povo egípcio tem sofrido muito. Milhares de pessoas abandonaram o país. Mas podem 40 milhões de pessoas tomar um avião e abandonar o Egito? É impossível.

Campo David e as multinacionais

— Durante o período de Nasser, o *fellah* (camponês sem terra) pobre tinha possibilidade de mandar seu filho para a Universidade. O pai ignorante e descalço dava ao seu filho a oportunidade da formação universitária. Hoje, esse jovem, saído da Universidade, não pode assegurar ao seu filho uma educação superior.

Vejamos outro aspecto do problema, continua a sua análise o jornalista egípcio.

— O que é a luta revolucionária? O que é a política? É dar comida a uma criança. É assegurar o pão para todos. Como sempre falamos da luta contra o imperialismo, às vezes não paramos para pensar o que significa isso. Lutar contra o imperialismo é lutar pelos direitos dos povos. Cada homem deve poder desfrutar, ao menos, dos direitos de todo animal: ter comida, casar-se, ter um lar. Por isso, ele luta. Quando denunciemos e lutamos contra Campo David não estávamos somente defendendo a Palestina, não estávamos somente defendendo o povo palestino, estávamos defendendo nós mesmos.

“Historicamente a Palestina foi usada como ponte para alcançar o Egito”, explica El Tayeh.

— O pior para o povo palestino é que eles estão na linha de frente. Mas o principal objetivo de Campo David é permitir que os israelenses instalem seus negócios no Egito. Além de abrir as portas para as multinacionais e para a exploração do nosso povo. E, entrando no Egito, a ponte está formada para alcançar os demais países árabes.

— Possivelmente Sadat pode convencer nosso povo por algum tempo de que a aproximação com Israel significa a paz, mas o que está ficando claro frente aos olhos de nossa gente é o real significado da luta contra o sionismo durante todos esses anos — afirmou El Tayeh.

— Era a forma de assegurarmos a comida. Temos que ir ao fundo da questão: hoje os sionistas estão demonstrando que vieram explorar nosso povo. Nossa

gente compreende que Campo David significa mais pobreza, mais sofrimentos.

O papel das Forças Armadas

Quanto ao papel das Forças Armadas, frisou o jornalista egípcio, "devo dizer que no Terceiro Mundo o que necessitamos é que elas não reprimam o povo, que não tentem ser vanguarda dos processos políticos".

Que papel lhes caberia então?

— Não deixar que sejam conquistadas pelos imperialistas, defendendo seus interesses, e quando os povos começarem a se mover, manterem-se neutras e deixá-los decidir seus caminhos. Temos o exemplo da Índia. Creio que ele é o melhor para ilustrar esse assunto. Quando as Forças Armadas se mantiveram neutras, o povo elegeu para go-

verná-lo elementos nacionalistas. E mesmo que o povo se decida por um caminho equivocado, como também aconteceu na Índia, elas devem manter-se neutras. Eles elegeram, primeiro, os direitistas para resolverem os seus problemas. Depois de poucos anos ficou claro porquê estavam sofrendo. Veio a crise e as novas eleições. As Forças Armadas mantiveram-se neutras e o povo, então, votou corretamente. Se as Forças Armadas não reprimem o povo, deixam que os verdadeiros políticos cumpram o seu papel.

Segundo El Tayeh, as Forças Armadas, por sua natureza, não estão acostumadas à vida democrática. Por isso, "é fácil para o imperialismo usar (nas Forças Armadas) a corrupção, se infiltrar através da CIA, evitar que os militares aprofundem seu contato com o povo".



O jornalista El Tayeh (direita) com um colega da Síria

A crescente influência islâmica

Como você vê a influência islâmica no Egito?

— É verdade que os movimentos islâmicos fundamentalistas estão tendo cada vez maior influência no Egito. A debilidade dos grupos marxistas e revolucionários faz com que muita gente veja nesses tipos de movimento uma solução para seus graves problemas. Mas esses homens e mulheres, depois de certo tempo, não poderão deixar de compreender que esse não é o caminho e encontrarão a via correta.

Em relação à pequena burguesia, El Tayeh acredita que ela possa ser enganada com *slogans* durante algum tempo. No Terceiro Mundo, diz ele, o capitalismo e a classe burguesa norte-americana tentam dominar-nos com o fascismo.

— Depois que a Alemanha, Itália, Espanha e Portugal tiveram suas experiências e derrotaram o fascismo, o imperialismo tenta exportá-lo para o Terceiro Mundo. Mas, como na época de Hitler, a pequena burguesia depois de algum tempo começa a reclamar por seus direitos. Hitler, Franco, Mussolini, não conseguiriam se manter no poder sem o apoio dos monopólios. Porém, historicamente, está demonstrado que isso tem um fim. O que puderam fazer os monopólios para evitar a queda do Xá? Foram derrotados. E também vão perder agora, como demonstra o exemplo do Irã.

O que pode acontecer agora no Irã?

— O Governo tem que chegar a um acordo com a Frente Nacional. Caso contrário, terminará por cair. Se cairá nas mãos da CIA ou de um movimento popular, não posso sabê-lo". □

COMUNICAÇÃO

terceiro



Com o auditório superlotado, Neiva Moreira conta a história da criação de *cadernos* e o caminho percorrido até o dias de hoje.



Na mesa, da esquerda para a direita: Nilton Caparelli, Barbosa Lima Sobrinho, Neiva Moreira, Altair L. Campos, José Gomes Talarico e José Ramos Horta, representante da Frente de Libertação do Timor Leste (Fretilin), em visita ao Brasil.

Em reuniões no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, a primeira edição brasileira de **cadernos do terceiro mundo** foi apresentada a jornalistas, políticos, líderes sindicais, religiosos e um número expressivo de pessoas preocupadas com a luta antiimperialista e com uma informação alternativa não comprometida com os interesses das grandes multinacionais da informação.

O primeiro ato foi realizado no dia 16 de junho, na sede da Associação Brasileira de Impren-

o mundo chega ao Brasil



João do Vale, um dos pontos altos da festa, relembrando novos e antigos sucessos

sa (ABI), com a presença de mais de mil pessoas, que superlotaram o auditório principal da casa dos jornalistas. A mesa foi composta pelos nossos companheiros Neiva Moreira, Altair Campos e Nilton Caparelli, tendo como convidados especiais o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, o vice-presidente da Federação Latino-Americana de Jornalistas - Felap (com sede no México e mais de 40 mil filiados), José Gomes Talarico e o representante da Frente de Libertação do Timor Leste (Fretilin) nas Nações Unidas, José Ramos Horta.

Neiva Moreira fez a apresentação da revista, além de um breve informe sobre sua história. Disse que, para toda a equipe de "Cadernos", tanto aqui como no resto do mundo, aquele momento era de grande satisfação, não apenas pelo lançamento da revista no Brasil, um sonho que se tornava realidade, mas também pelo fato simbólico do acontecimento se realizar na ABI, baluarte das liberdades públicas no país e, com a presença de seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, um símbolo das grandes lutas do jornalismo latino-americano.

O representante da Fretilin mencionou a importância que **cadernos do terceiro mundo** tem hoje para os movimentos de libertação e os processos revolucionários ou progressistas da Ásia, África e América Latina. Explicou a razão de sua missão ao Brasil e pediu compreensão e apoio à causa de seu país, invadido pela ditadura indonésia.

Barbosa Lima Sobrinho encerrou a reunião destacando a sua satisfação pela presença de "Cadernos" no Brasil, "um veí-



O folclore também esteve presente à festa: o Bumba-meu-boi e o conjunto de Rogério do Maranhão.



A alegria, a espontaneidade, a música popular do interior brasileiro: Julinho do acordeon e os seus companheiros.



Os operários do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ apresentaram uma cena de um de seus trabalhos de criação coletiva.

culo de comunicação fundamental para todos os que, no país, se preocupam com uma informação internacional correta e oportuna". Referiu-se ainda, com entusiasmo, aos êxitos da publicação em todo o mundo.

O lançamento contou também com um programa artístico, com a colaboração solidária de destacados artistas brasileiros, reunidos nos conjuntos do grande autor e cantor popular João do Vale e do jovem artista Rogério do Maranhão.

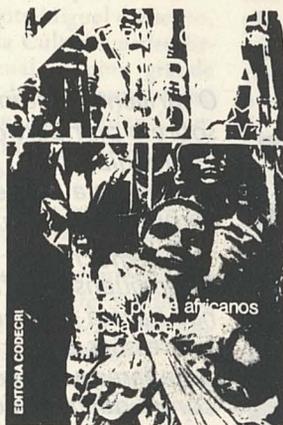
Um grupo de teatro do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, integrado por operários, representou uma pequena cena de uma das peças que está apresentando atualmente. Todos os artistas foram calorosamente aplaudidos. Ao final, houve conagração geral num coquetel que encheu os salões da ABI.

São Paulo e Brasília

No dia 17, a revista foi apresentada a um grupo de mais de 40 representantes dos meios de comunicação de São Paulo, numa reunião realizada no Sindicato dos Jornalistas do Estado. Nossos companheiros Altair Campos e Paulo Cannabrava Filho fizeram uma exposição sobre a revista — suas origens, êxitos e dificuldades de uma atuação independente e o alcance internacional de suas edições.

Em Brasília, um grande número de jornalistas, parlamentares, dirigentes sindicais, estudantes, funcionários e pessoas de diferentes setores prestigiou o lançamento de "Cadernos". A reunião, realizada na livraria Galileu/Galilei, com a presença dos companheiros Neiva Moreira e Clóvis Sena, não teve oradores mas se converteu em verdadeira noite de autógrafos. □

Livros



Inteiramente dedicado às lutas de libertação dos povos africanos, foi editado no Brasil pela "Codecri", o livro do nosso colaborador Carlos Comitini.

Carlos Comitini analisa, nesta obra, todo o processo revolucionário que tem lugar em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e onde se cons-

tróem, no continente africano, sociedades justas para as quais o bem estar e a felicidade do homem são elementos primordiais.

Comitini fala, na sua obra, do Pan-Africanismo e de todas as componentes políticas ou econômicas que influem na vida dos povos africanos.

"África Arde" é ainda um relato político objetivo das lutas que se travam no Saara Ocidental, onde os guerrilheiros da Frente Polisário reduzem a quase nada o todo poderoso poderio bélico do regime expansionista de Marrocos.

Nesse livro, Carlos Comitini decifra toda a cabala internacional urdida contra o povo saarauí, e sua análise vai mais longe: desce para o sul da África e passa em revista as lutas que se travam na Namíbia, na África do Sul e no Zimbabwe, hoje já independente.

Está ainda incluído no livro, um importante mapa cronológico anticolonialista sobre os países africanos de expressão portuguesa, com início em 1919. Nesse mapa, estão inseridas todas as datas que se revestem de significado para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

"África Arde" expressa também uma luta quase ignorada, e à qual poucos prestam a atenção, que é a luta contra o neocolonialismo, focalizando países onde as velhas relações entre dominador e dominado ainda não foram inteiramente extirpadas. □

**Distribuindo jornais, revistas e livros,
bem como material didático e escolar, a
EDIL contribui para a formação cultural
do povo de Angola. A EDIL é a
distribuidora exclusiva dos "Cadernos do
Terceiro Mundo" para todo o
território angolano.**

**Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola**



Tomás Borge: a contra- revolução



O dirigente sandinista fala sobre o pluripartidarismo, as organizações de massa e a imprensa no processo revolucionário.

"Na democracia nicaragüense — afirmou — não haverá manipulação das expressões operárias e populares nem represálias contra quem criticar os abusos e os desvios."

Roberto Remo

Ministro do Interior, membro da Direção Nacional da Frente Sandinista e o único sobrevivente entre os fundadores dessa organização revolucionária, Tomás Borge, nesta entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, fala sobre temas políticos polêmicos relativos à construção de uma nova sociedade na pátria de Sandino.

Comandante, você vem insistindo no caráter político pluripartidarista do processo na Ni-

carágua. Gostaria que você ampliasse um pouco mais essa idéia, porque, em geral, no exterior, se tem a noção de que a Frente Sandinista é a única força com participação ativa na conclusão do processo nicaragüense.

— A Frente Sandinista é a força mais importante, a que teve sobre os seus ombros o peso fundamental da guerra, à qual deixaram, também sobre os seus ombros, a tarefa extraordinariamente

diffícil da reconstrução do país e da condução do processo revolucionário. Mas junto à FSLN há outras forças políticas. Concretamente, no Movimento Democrático Nicaragüense, estão ligados altos funcionários do governo: o Partido Liberal Independente, onde, entre os funcionários importantes, encontramos o ministro do Trabalho, Virgílio Godoy, e o magistrado da Corte Suprema de Justiça, Rodolfo Robelo;

o Partido Popular Social Cristão, do qual faz parte o vice-ministro do Trabalho, Há, também, a participação ativa, em todos os níveis, dos cristãos revolucionários do nosso país, como é o caso do ministro das Relações Exteriores, o sacerdote Miguel d'Escoto, o ministro da Cultura, padre Ernesto Cardenal, e uma grande quantidade de religiosos, como o padre Fernando Cardenal, um jesuíta que dirige a campanha de alfabetização.

Consciência dos trabalhadores

Você anunciou a intenção de transformar a Frente Sandinista num partido político. Em que implicaria essa mudança?

— A FSLN é um partido político; é um grupo político que tem seus estatutos, seus programas, sua linha estratégica, sua direção. Não se trata de transformá-lo e sim de consolidá-lo e desenvolvê-lo como partido político.

Nesse processo, seria possível a incorporação de outras forças à Frente, como, por exemplo, o Partido Socialista?

— O Partido Socialista se dissolveu e se incorporou à Frente. Se há algum outro organismo que se identifique plenamente com a estratégia política da Frente, com seu programa político, então entraremos em conversações com eles. Inclusive fazemos esforços para integrar dentro da Frente Sandinista o Partido Comunista da Nicarágua, porque consideramos que em nosso país só podem existir duas grandes forças políticas: a força revolucionária e seus aliados e a contra-revolução. Dentro do contexto revolucionário, pretendíamos integrar o Partido Comunista¹; mas desgraçadamente ele

1 — O Partido Comunista da Nicarágua foi criado há dois anos devido a uma cisão no seio do Partido Socialista, que tradicionalmente reunia os comunistas nicaraguenses.

é dirigido por elementos oportunistas que pretendem ser a vanguarda do processo revolucionário em nosso país e que pretendem tomar o lugar da Frente Sandinista. Então, como não têm espaço político nem apoio popular nem história revolucionária, aproveitam-se das limitações do momento, da crise econômica que é produto do passado e lançam alguns setores de trabalhadores em lutas economicistas. Eles tiveram uma grande responsabilidade na formação dos hábitos da classe operária no passado, fixando-se em reivindicações exclusivamente economicistas. Nos últimos anos, fizemos esforços extraordinários e conseguimos transformar as lutas da classe operária em lutas políticas.

O Partido Comunista fracassou porque conseguimos nos aproximar da classe operária. Falamos com os trabalhadores e lhes explicamos a realidade do nosso país e o projeto político revolucionário. Os trabalhadores, com sua especial intuição revolucionária, entenderam tudo perfeitamente. Os trabalhadores do nosso país foram um setor social atrasado do ponto-de-vista político. Uma das tarefas fundamentais da Revolução Nicaraguense é elevar o nível ideológico e político dos trabalhadores.

Movimento sindical autônomo

O Conselho de Estado, que se instalará brevemente, terá também como norma o pluripartidarismo político a que você se refere?

— O que se projeta é um Conselho de Estado que seja um foro de discussão dos problemas do país e onde tenham voz diferentes organizações políticas. Nós, de uma certa maneira, não gostamos muito da idéia, pois é uma perda de tempo estar discutindo. Já criamos mecanismos executivos suficientemente ágeis para

que não se criem obstáculos ao trabalho do governo, saturado de emergências nesse momento.

É claro que haveremos de implementar a democracia em nosso país: a vontade do povo expressada através de suas organizações. Essa é a melhor democracia. Os sindicatos, as organizações de massa devem ter sua voz, devem ter influência decisiva nas decisões do governo. Nos últimos tempos, temos tido uma relação muito mais estreita com os trabalhadores e reconhecemos a necessidade de se criar um movimento sindical independente, um movimento sindical autônomo, que não seja um instrumento do governo, um apêndice do governo, nem tampouco da Frente Sandinista, e sim que seja um movimento sindical capaz de dizer “não” ao governo, mas dentro de um marco revolucionário. Não um movimento sindical contra a revolução, e sim um movimento sindical que estando dentro da revolução seja capaz de ter contradições com a linha revolucionária. Essas contradições serão as que impulsionarão o nosso processo.

Originalmente, houve uma intenção um pouco fora da realidade que defendia um desenvolvimento de um movimento sindical “oficialista”. Essa nossa posição, que desenvolvemos em assembleias sindicais, teve seus frutos, pois conseguimos a unidade dos trabalhadores em certa medida. A grande massa deles já se integrou nas organizações sindicais. Criou-se uma intersindical. Conseguimos a unificação total dos trabalhadores da construção civil e de um outro forte e combativo setor, que é o da saúde.

A verdadeira democracia

Em termos concretos, como se vai estabelecer e em que limites se dará o pluralismo político?

— O pluralismo já está estabelecido. A Revolução Sandinista nasceu pluralista e vamos tratar

de manter esse caminho dentro da Revolução. Não se pode falar de um pluralismo político em geral, mas sim de um pluralismo concreto, específico, dentro de um processo revolucionário, como o nosso, porque existem alguns setores que não podem ser admitidos dentro do conceito de pluralismo político. Não podemos admitir os somozistas, por exemplo. Não podemos admitir a existência de organizações contra-revolucionárias. Têm que ser organizações que se integrem dentro do projeto revolucionário.

Desde o triunfo da Revolução, é notória o esforço por se criarem novas organizações de massas e ampliar as existentes. Como você analisaria as conquistas neste setor?

O desenvolvimento organizativo é importante. É a forma de expressão das massas. As mulheres organizadas, os moradores dos bairros organizados através dos Comitês de Defesa Sandinistas, as crianças organizadas, os jovens organizados, os camponeses organizados. Todo esse conjunto de organizações de massa constituem a base social da revolução. Consideramos que é assim que se estrutura uma verdadeira democracia. Não uma democracia formal, hipócrita, mentirosa, e sim uma democracia real. Uma democracia que consiga projetar a vontade do povo.

Não manipular as massas

Não se corre o risco de infiltração dos contra-revolucionários?

Não. Nos Comitês de Defesa Sandinistas (CDS), por exemplo, aos quais vamos dar prioridade, há vários escalões, vários níveis. Somente em Manágua existem 50 mil CDS. Quase toda a população está integrada neles. Alguns comitês surgiram espontaneamente, um tanto desorientados. Não houve capa-

cidade para se controlarem tantas organizações e alguns comitês estão um pouco confusos, mal orientados. Há, no entanto, alguns manipulados por elementos contra-revolucionários, apesar de serem minoria, uma exceção. As massas são revolucionárias por natureza, mas, naturalmente, suas organizações requerem mecanismos de controle político.

Como funciona esse controle?

As organizações de massa não devem ser manipuladas. Devem ser a expressão real do sentimento das massas. Mas a organização revolucionária, a vanguarda revolucionária, está obrigada a dirigir essas massas e a aprender com elas. E nessa confluência, nesse ir-e-vir, se aprende com as massas para educar as massas. Elas são uma fonte de sabedoria. Porém, não podemos deixá-las nas mãos da reação, não podemos deixá-las anarquicamente. É preciso que haja uma direção política revolucionária. E as massas apoiam a Revolução, apoiam a Frente Sandinista. Há, então, uma relação natural, há uma grande confiança na organização revolucionária. Não é nada artificial. Mas, ao mesmo tempo, elas devem conservar a sua autonomia, no sentido de que possam expressar realmente os seus interesses.

Quais são os inimigos da Revolução Nicaraguense?

— Em primeiro lugar, o imperialismo. O imperialismo está derrotado, não tanto pelo acontecimento em si da Revolução em nosso país, mas sim pelo exemplo que significou para a América Latina. Ao imperialismo, inclusive, não convém destruir-nos militarmente. Não somente porque lhe é difícil realizar uma intervenção direta, como também porque ele pode destruir-nos mas não nos poderá conquistar. Além disso, se ele consegue desestabilizar o nosso país, destruir o apoio social, fazer fracassar a Revolução por

vias não militares, seria uma grande vitória para o imperialismo. Por isso, nosso principal dever com os povos da América Latina, e não somente com nosso próprio povo, é consolidar o processo revolucionário.

Entre as forças internas, nosso inimigo principal é a burguesia entreguista e traidora que está descapitalizando empresas para contribuir para a desestabilização. Elas não têm um órgão coeso do ponto-de-vista político, mas provavelmente estão-se introduzindo no Partido Social-Cristão. Seguramente, os somozistas, derrotados, os neosomozistas, os contra-revolucionários e o imperialismo, devem unir-se dentro de um mesmo projeto que tentará a desestabilização do regime. Alguns tiveram ilusões de que poderíamos vender-nos, que podiam atemorizar-nos. Agora já estão convencidos de que nem nos vendemos nem nos rendemos.

A clausura do povo

Na Nicarágua se vem criticando a ultra-esquerda...

— Existem alguns grupos ultra-esquerdistas que foram afastados pela Revolução e já não têm nada que fazer no nosso país. Advertimos esses grupos que iríamos fazer uso do poder e parece que eles não acreditaram. Tivemos que usar o poder revolucionário e as leis naturais da Revolução. As vezes não há leis escritas, e sim leis não-escritas... A Revolução é uma fonte de direito e tivemos que fazer uso do poder revolucionário para enfrentá-los e desbaratá-los, como o faremos também no futuro, se necessário. Não podemos dar-nos ao luxo de permitir que se ponham em perigo as vitórias, as conquistas alcançadas por nosso povo. Esta é uma Revolução irreversível.

O fechamento do diário "El Pueblo", que, sem dúvida, faz parte desse afastamento da ultra-

esquerda, foi criticado no exterior como um ataque à liberdade de imprensa...

— “El Pueblo” era um jornalzinho da ultra-esquerda, radical, de um radicalismo idiota, totalmente divorciado da realidade. Fechamos o jornal, porque ele começou a estimular uma luta contra o Plano de Reativação Econômica. Não podemos dar-nos ao luxo de permitir isso. Além do mais, os integrantes desse diário começaram a conspirar contra a Revolução. Tinham suas células. Reuniam-se clandestinamente. Conspiravam e tinham “buzones”, como chamamos os depósitos de armas. Tinham cerca de 400 armas e provavelmente mais, porque não creio que descobrimos todas. Num país pequeno como o nosso, 400 armas é uma quantidade considerável. Eles estavam preparando o terreno através do seu jornal, através da desestabilização do país, através da pregação contra-revolucionária. Faziam campanhas para desacreditar os dirigentes da Revolução. Chegaram até à calúnia e à obscenidade. Mas, além disso, estavam preparando atividades militares. Muito se falou dos instigamentos por parte das *milpas*, que é a organização armada deles. Realmente não se pode afirmar que isso esteja comprovado, porque é possível que os somozistas armados utilizem a mesma sigla. Mas não há dúvida de que, pelo menos, eles tinham projetos militares.

Insisto nesse ponto, porque no exterior...

— Creio que isso foi um pretexto para atacar nossa Revolução.

Estimular a crítica

Mas isso não implica que o processo tema a crítica...

— Ao contrário, estamos estimulando a crítica. Não queremos jornais que se convertam em apologistas das medidas revolu-

cionárias e das atividades do governo ou da Frente Sandinista de Libertação Nacional. É útil e necessária uma crítica construtiva, que toque a fundo os males inevitáveis de um processo, que ataque a burocracia, os abusos que às vezes são cometidos. Todas essas coisas nós mesmos temos sido os primeiros a combater. Que os jornais sejam um protetor do descontentamento que possa surgir por determinadas medidas e que reflitam o pensamento do povo. Que não tenham temor de criticar. Ao contrário, vamos estimulá-los.

Todo processo tem suas dificuldades, seus remanescentes do passado. A herança do passado

pesa muito. Os hábitos negativos, o abuso de alguns, os que querem aproveitar-se do poder, o oportunismo, os desvios, a prepotência... Temos como qualidades a sensatez, a modéstia revolucionária, a austeridade na vida pessoal. Os dirigentes revolucionários devem estar como numa vitrina onde são visíveis. E a imprensa deve ser como um projetor que os ponha ainda mais visíveis. Os dirigentes não podem dar-se ao luxo de desviar-se nem deformar-se, nem sequer de ter uma conduta pessoal inadequada.

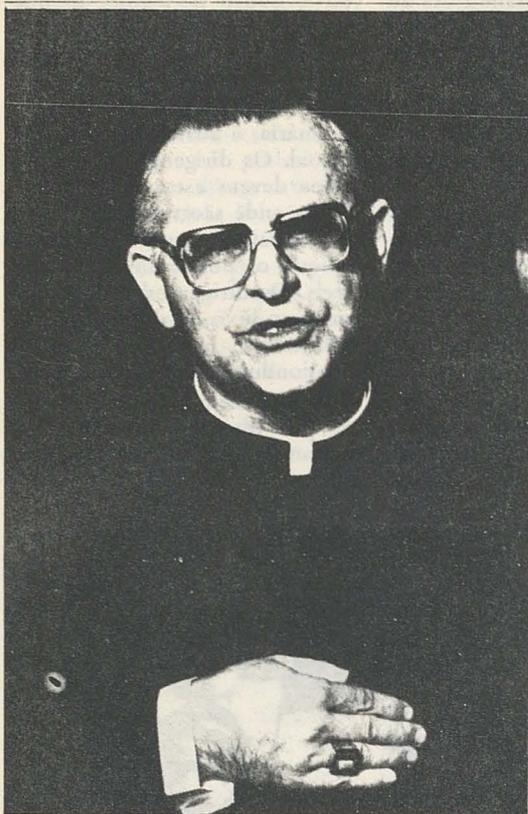
Devem ser revolucionários 24 horas por dia, até quando estão roncando... nem os sonhos podem pecar contra a Revolução. □



Os guardas de Somoza

Entre sete a dez mil ex-guardas do general Somoza (Guarda Nacional) estão atualmente refugiados na América Central, particularmente em Honduras e Guatemala, criando graves problemas com atos de vandalismo, seqüestros e assassinatos, ocorridos nos últimos meses. Recentemente em Honduras seqüestraram um rico comerciante e exigiram resgate. Assassinarão também um dirigente sindical. O Comandante Borge, da Junta de Reconstrução Nacional da Nicarágua, denunciou a existência de quatro mil ex-guardas em Honduras e os locais que utilizam para treinamentos, preparando-se para atacar a Nicarágua. Até agora, o governo de Tegucigalpa não pôde dar uma resposta às diversas acusações da Nicarágua sobre a liberdade com que os somozistas circulam pelo país.

Igualmente perigosa é a impunidade com que os ex-soldados de Somoza se movimentam na Guatemala, de onde saíram para participar de operações em territórios de El Salvador e na própria Nicarágua. Segundo informações oficiais, eles “assassinaram dezenas de camponeses e um alfabetizador”. Em El Salvador a comissão do Arcebispo, que estuda o caso do assassinato do Arcebispo Arnulfo Oscar Romero, acredita que o assassino foi “um matador profissional nicaraguense”.



Dom Paulo Evaristo e o Papa João Paulo II

D. Evaristo Arns: reino dividido é reino destruído

A situação política, econômica e social brasileira. A necessidade de uma constituinte, de um novo sistema. As Comunidades Eclesiais de Base, as relações Igreja-Estado, o Papa no Brasil — uma entrevista exclusiva com o Arcebispo de São Paulo

Paulo Cannabrava Filho

Jornalista militante e autor de 29 livros sobre a ação pastoral da Igreja nas grandes cidades e estudos da literatura cristã nos primeiros séculos, D. Paulo Evaristo Arns é hoje um dos expoentes da Igreja no Brasil pelas suas posições firmes em relação aos direitos humanos e pelo seu trabalho em prol da justiça e da liberdade no grande São Paulo.

Do interior de Santa Catarina, onde nasceu, até o Arcebispado de São Paulo, D. Paulo passou por Curitiba, Petrópolis e Paris (Sorbonne), onde fez seus estudos de filosofia, teologia e doutorado em letras, respectivamente. No Brasil, foi professor em seminários e universidades, chegando a fundar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru (São Paulo) a cadeira de Língua e Literatura Francesa. Atuou também como sacerdote nos morros de Petrópolis durante dez anos, onde sedimentou o seu compromisso com os pobres e oprimidos.

Nomeado Bispo pelo Papa Paulo VI, em 1966, foi exercer a função de Auxiliar do Cardeal-Arcebispo de São Paulo. Quatro anos depois

D. Paulo, há crise entre a Igreja e o Estado neste momento? Pode-se falar nisso?

— Sempre digo e gostaria de repetir que não acredito que haja crise entre a Igreja e o Estado. Acredito que haja crise entre o povo e o Estado. Uma vez que há crise entre o povo e o Estado e o povo sendo Igreja (a Igreja se define como povo de Deus), então, aparentemente, é a Igreja que sofre o impacto. Mas quem sofre mesmo com a crise é o povo. Há um distanciamento muito grande entre o Estado e a Nação. É aí que está a crise.

Como o senhor vê a conjuntura sócio-política e econômica brasileira?

— O que o episcopado propôs é também o meu ponto de vista: o regime que não for participante, nesse momento da história, não terá êxito, porque o serviço ao povo tem que ser feito com a participação do povo. O problema mais urgente se situa em três campos:

No campo social, no sentido de fortalecer as organizações sociais intermediárias, sindicatos, associações. Sem isso, nós só

teremos privilegiados e líderes carismáticos que prejudicam demais. Mas é através de sindicatos, de associações, que o povo pode analisar o que toca à classe, o que toca ao povo todo.

Em segundo lugar, o campo político. A organização partidária feita da cúpula para baixo depois de 16 anos não é a solução. O povo tem que começar a organizar-se pelas bases e então ir subindo com as suas lideranças. Só assim terá uma representação legítima.

Em terceiro lugar, no campo econômico, eu acredito na pequena e média empresa e em soluções brasileiras para os nossos problemas. Está comprovado que as multinacionais interferem negativamente no aspecto político, no social e no econômico. Então me parece que toda ênfase deve ser dada às pequena e média empresas com a finalidade de sustar a inchação das cidades, o esvaziamento do campo, o empobrecimento das classes mais baixas e da própria alegria do povo. O povo só terá alegria quando puder participar da administração e do gosto de pisar na

terra ou de tocar uma máquina e dizer: isto é meu ou isto é do Brasil.

assumiria o cargo que ocupa até hoje: Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Cardeal desde 1973, D. Paulo é hoje também Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e exhibe com orgulho o título de "Doutor Honoris Causa em Lei", que recebeu em 1977 na Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos, como reconhecimento pelo seu empenho na defesa dos direitos humanos.

Aos 59 anos, D. Evaristo Arns é um jovem quando fala do trabalho da sua Arquidiocese, das Comunidades de Base nos bairros, na periferia de São Paulo. Mantém o mesmo ímpeto jornalístico dos tempos da juventude, quando o assunto é "O São Paulo", uma imprensa alternativa cristã da sua Arquidiocese que, apesar de perseguida, censurada e sabotada nos anos mais difíceis da ditadura, sobreviveu diante da determinação de seus editores.

Nesta entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, com voz pausada e paciente, como é seu hábito, ele falou da Igreja no contexto da crise brasileira.

teremos privilegiados e líderes carismáticos que prejudicam demais. Mas é através de sindicatos, de associações, que o povo pode analisar o que toca à classe, o que toca ao povo todo.

Em segundo lugar, o campo político. A organização partidária feita da cúpula para baixo depois de 16 anos não é a solução. O povo tem que começar a organizar-se pelas bases e então ir subindo com as suas lideranças. Só assim terá uma representação legítima.

Em terceiro lugar, no campo econômico, eu acredito na pequena e média empresa e em soluções brasileiras para os nossos problemas. Está comprovado que as multinacionais interferem negativamente no aspecto político, no social e no econômico. Então me parece que toda ênfase deve ser dada às pequena e média empresas com a finalidade de sustar a inchação das cidades, o esvaziamento do campo, o empobrecimento das classes mais baixas e da própria alegria do povo. O povo só terá alegria quando puder participar da administração e do gosto de pisar na

terra ou de tocar uma máquina e dizer: isto é meu ou isto é do Brasil.

Agora, do ponto de vista da Igreja, acho que o aspecto mais amplo é o cultural. O Brasil tem diminuído de maneira constante e surpreendente todo o apoio à educação do povo. Ocupamos os últimos lugares entre as nações quanto ao orçamento para a educação e a cultura. Do ponto de vista da Igreja isto é catastrófico. Um povo que não investe na criança, no jovem e no adulto, no aspecto cultural e espiritual, e também técnico para ajudar o crescimento nacional, é um povo que perde a chance da História.

Acho que, se acrescentarmos a este aspecto o problema da saúde, teríamos os pontos de maior conflito. O Ministério da Saúde existe praticamente para manter seus funcionários, e não para executar programas. Aliás, não existe programa de saúde para a população. Este é um país que está doente. Não há medicina preventiva, não há nem mesmo medicina curativa no sentido popular de ter no próximo o povo. Eles pensam no Ibop, não

pensam na criança nem analisam a saúde.

E qual seria o caminho mais rápido para se reencontrar o pensamento brasileiro, para superar os problemas que o senhor assinalou? Existiria uma fórmula institucional para isso? O senhor crê que uma Constituinte poderia resolver o problema a curto prazo?

— Eu creio que é imprescindível uma Constituinte. Imprescindível. Mas que também haja uma conscientização para os problemas enquanto se prepara essa Constituinte para que essa idéia não fique apenas no papel, como acontece tantas vezes. A Constituinte deve ser a tradução daquilo que a juventude, que a geração nova, sobretudo o povo, está querendo e precisando. É fundamental o encontro com a juventude.

E qual a política ou modelo que o senhor acha mais eficiente para resolver os problemas do país?

— Eu acho que sempre há alguns elementos que são geradores de outras forças. Primeiro, é preciso compreender o sentido da democracia, que não é apenas o voto, mas também as pressões populares, legítimas, não violentas, organizadas. Na parte socioeconômica e política acho que esse é um ponto de vista fundamental. Segundo, criar órgãos de participação em todas as camadas e em todos os níveis, desde as empresas até o governo, desde os campos até as molas do progresso nas cidades. Eu acho que aí, nesse ponto, a criatividade do brasileiro terá que entrar de uma vez, para valer. Afinal, o que a juventude quer é isso mesmo e é capaz disso.

Seria um projeto socializante?

— Não. O termo é sempre ambíguo. Alguns o caracterizam de comunista, portanto, de um partido único. Eu não iria, evidentemente, como católico, para

esse campo. Eu acho que deve ser com todas as liberdades possíveis, com toda a participação possível. Não se caracterizaria pela luta de classe mas pela superação da luta de classe. Uma sociedade onde de fato cada um, na medida de sua capacidade, de sua brasilidade, pudesse dar o máximo de si. Que houvesse mais idealismo de novo neste mundo...

E as revoluções que estão sendo desenvolvidas em todo o Terceiro Mundo atualmente, as explosões populares como a da Nicarágua, por exemplo, contrariam ou se chocam com o ideal revolucionário da Igreja?

— A Conferência Latino-americana dos Bispos (Celam) se definiu por um sistema novo que não fosse o capitalismo existente e nem fosse o comunismo como ele está sendo praticado, sem liberdades, em outros países. Seria um sistema novo. Mas a Igreja não vai definir esse modelo. Ela pede a todos os cristãos a sua colaboração, sua participação, seu engajamento total. Primeiro, para descobrir os elementos, depois para construí-lo em favor do povo, com justiça social e com os mecanismos necessários para manter o equilíbrio dessa sociedade. E pedimos que o faça com urgência, que não espere uma ocasião, que o faça logo. Insistimos também, e isso é uma constante em todas nossas declarações, que se faça o quanto possível sem violência. Sem violência maior ou com a menor possível. Com o menor desgaste possível para o povo, porque no fundo a violência é sempre sobre o povo.

— Mas o senhor não acha que a violência do povo é sempre uma resposta?

— Nós gostaríamos que essa resposta traduzisse a índole do povo, a índole brasileira que é de muito jeito, de muito mais criatividade do que se imaginou até hoje. E também de muito maior

maturidade do que se costuma dizer.

Nessa sociedade de novo tipo haverá lugar para os comunistas?

— Eu acho que deve haver liberdade de expressão conforme os direitos humanos. Há lugar para todos que não usem de violência, não destruam a sociedade e não coíbam as liberdades.

Sabe-se que a Igreja está hoje organizada e trabalha fundamentalmente em torno das Comunidades de Base, a organização das populações das periferias... O senhor acha viável a filiação dessas Comunidades de Base a partidos do tipo social-cristão ou democrata-cristão?

— Jamais... jamais... jamais. A Comunidade de Base não vai perder a sua identidade. Agora, as pessoas mais capazes das comunidades vão participar de toda atividade política. Mas não como comunidade. A Comunidade pode fazer opções político-partidárias das mais diversas e deverá fazer. Mas quando o indivíduo volta à Comunidade, ela se identifica como Comunidade Evangélica, não como Comunidade Política. Jamais. Os políticos tentaram mas fracassaram. Porque as Comunidades já têm a sua imagem bem elaborada, já têm os seus princípios de vida bem assentados. Mas insisto em que os melhores entre os seus membros devem trabalhar politicamente e devem eleger deputados como já elegeram aqui em São Paulo, mas não como Comunidade. Elas não tem opção político-partidária, como a Igreja não pode ter como Igreja.

Porém, em alguns outros países, a Igreja está bastante ligada a atividades políticas institucionais...

— Nós achamos que isso não é útil, sobretudo no Brasil. Nós achamos que não é útil em nenhum lugar, porque, afinal, é um comprometimento que esvazia o espírito da fé e o conteúdo generoso e abnegado da religião.

Como são organizadas as Comunidades de Base e como a Igreja desenvolve seu trabalho através delas?

— As Comunidades de Base em si não são novidades. Elas são as coisas mais antigas que existem na Igreja. Elas são do tempo dos próprios apóstolos quando, descobrindo o que Cristo queria, eles reuniam o povo em pequenas Comunidades onde se votava praticamente tudo e onde se refletia sobre a realidade a partir da mensagem de Jesus. Isso está nos atos dos apóstolos, capítulo II, capítulo IV, e é executado quase ao pé da letra nos dias de hoje. É uma das coisas mais populares, mais espontâneas, mais profundamente cristãs e também mais revolucionárias que temos. E, por outro lado, também, mais pacíficas do que se possa imaginar. É uma revolução mesmo a partir do amor, se a gente não tiver vergonha de usar esse termo no sentido profundo que ele tem.

No que se refere ao trabalho, existe agora, em quase todas as Dioceses, nas Igrejas e inclusive nas comunidades menores, um planejamento que tem sua parte de intuição e sua parte técnica. Por exemplo: em São Paulo nós perguntamos ao povo das comunidades menores, depois isso vai subindo à conscientização das maiores, da região, até chegar à Arquidiocese. Assim se processa o princípio de participação, que nós chamamos de hierarquia, ou seja, o pensamento que a Igreja elabora. Então, por esse procedimento, nós perguntamos ao povo: quais são os três grandes problemas que vocês sentem? Quais seriam as respostas para os três problemas que a Igreja como Igreja deveria dar? E o povo reflete meio ano sobre isso, indo e vindo de comunidade para comunidade. Depois, chega à votação. Cada setor (são 53 Arquidioceses) elege cinco delegados e esses votam. Por duas vezes votaram

por quatro prioridades: a primeira, Direitos Humanos; depois a Justiça no Mundo do Trabalho; em terceiro lugar, o cuidado pela periferia; e a quarta, a formulação ou formação de Comunidades Eclesiais de Base. Essas foram as quatro respostas que resultaram dessa consulta a nível popular.

Mas também há um conflito muito grande nas áreas em que a Igreja está relacionada com o problema da terra. Qual é a solução que a Igreja preconiza para o problema da terra?

— Bem, nós elaboramos os princípios e eles estão contidos nos documentos de nossa Assembléia de fevereiro último. Seria longo repeti-lo agora. Mas o princípio fundamental é a distinção entre a terra que alimenta e a terra de especulação. A terra que alimenta, que é produtiva, que o possessor administra, que o pequeno proprietário tem, esse é uma terra sagrada. É realmente parte do homem. Agora, a terra de especulação, essa é a que deve ser controlada de maneira bem severa porque senão nós vamos transformar a nossa terra num objeto de ganância da história, como está acontecendo no momento.

em prejuízo do homem, do homem pequeno e simples.

O senhor poderia explicar o motivo da viagem do Papa ao Brasil?

— Bem, o Papa, ele mesmo tem dito sempre, só pode vir no intuito de evangelizar, quer dizer, trazer esperanças para os pobres. Essa é a missão dele: homem sofrido, operário por longos anos, como ele mesmo explicou. Ele sabe acertar o tom e a palavra. Acho que é isso que ele vai fazer.

Há setores que querem aproveitar politicamente essa visita, inclusive com a clara intenção de provocar divisões no seio da Igreja, querendo ver o Papa identificado com um ou com outro setor da Igreja...

— É evidente que o reino dividido entre si mesmo cairá por terra. É palavra do Evangelho. Se o Papa estivesse dividido com os bispos, dessa divisão ele sairia destruído. E isso ele não faz, porque o primeiro propósito que ele exprimiu quando foi eleito, imediatamente, espontaneamente, foi o de construir a unidade da Igreja na sua expressão múltipla, como ela é exercida conforme as circunstâncias, em cada lugar. □



"Este é um país que está doente. Não há medicina preventiva nem mesmo medicina curativa"

COLÔMBIA

Vinte anos de guerrilha

Com características muito diferentes das outras organizações armadas latino-americanas, o movimento armado colombiano sobrevive e cresce mas não se preocupa com uma vitória a curto prazo

José Antonio Jaramillo



O "Comandante Uno", responsável pela mais recente e espetacular operação do M-19: o seqüestro dos diplomatas na embaixada dominicana na Colômbia

A guerrilha colombiana tem cinco organizações em atividade, está presente no campo e nas grandes cidades, tem experiência histórica e capacidade de sobrevivência. É uma realidade difícil de ser compreendida para quem não está familiarizado com suas características específicas, que a diferenciam das outras experiências de luta armada na América Latina.

A primeira diferença é a sua durabilidade. Os primeiros grupos armados começaram a atuar na Colômbia logo depois da *crise do Caribe* de 1962. Embora derrotados ou desintegrados, seu lugar foi rapidamente ocupado por novos grupos que, de fato, representam o início de um movimento que se mantém ininterrupto até hoje. Na realidade, era um reinício. A guerrilha dos

anos 60 (estudantil, de inspiração castrista), foi precedida, tanto no método de luta quanto no sentido popular de seus objetivos, pelas guerrilhas da década de 50 organizadas pelos camponeses como defesa ante a repressão brutal de que eram vítimas.

A segunda diferença é a coexistência, durante todo esse tempo, entre a guerrilha e um regime

que a tolera, ainda que com dificuldade. Em outros países do continente, a luta guerrilheira iniciada nos anos 60 foi deflagrada contra regimes que respeitavam certa legalidade liberal. Em pouco tempo, deu-se uma das três alternativas: ou a guerrilha foi completamente derrotada (o que demonstrou sua inoportunidade), ou o regime "endureceu" completamente (como aconteceu no Uruguai, em 1972), ou foi substituído por uma ditadura militar (como é o caso da Argentina). Na Colômbia, até agora, a legalidade liberal não cedeu e nenhuma dessas direções e a permanente vitalidade do movimento guerrilheiro não permite considerá-lo um fenômeno passageiro ou arbitrário, como mais uma manifestação do aventureirismo de certas camadas da pequena burguesia urbana ou do movimento estudantil.

A terceira diferença é de ritmo. Ao mesmo tempo em que a guerrilha colombiana demonstra incrível resistência, é muito lenta a forma de como amplia e organiza sua influência entre as massas. Nos seus quase 20 anos de existência, cabem com folga os anos que o Movimento 26 de Julho levou para nascer, crescer e triunfar, em Cuba; o tempo em que os vietnamitas venceram a maior potência militar do mundo, ou a duração da luta que levou os nicaraguenses a derrubar a dinastia Somoza. Embora não haja regras ou modelos para os movimentos de transformação social, compará-los permite constatar, no caso da guerrilha colombiana, uma temporalidade própria, que freqüentemente confunde o observador estrangeiro: pode-se considerá-la completamente derrotada e, logo a seguir, prestes a tomar o poder.

"Aí vem o M-19..."

Durante a segunda semana de abril de 1974, o jornal de Bogotá *El Tiempo* (órgão mais impor-

tante da oligarquia liberal), publicou uma série de anúncios publicitários. O primeiro dizia, "Aí vem o M-19", letras brancas em fundo preto; o segundo, "Espera o M-19"; o terceiro, quarto e quinto eram similares, visando despertar o interesse dos leitores para um eventual novo produto comercial. O último aviso, que traria a chave do enigma, nunca chegou à redação de *El Tiempo*.

Mas ao meio dia de 19 de abril, surgiu uma notícia que esclarece o assunto: um comando guerrilheiro tomou a casa de Bolívar (residência do Libertador, transformada em Museu), de onde levou uma das espadas de seu antigo morador e pixou as paredes com o seguinte lema:

— "Com o povo, com as armas, ao poder. M-19". O novo grupo deixou, por todos os lados, folhetos contendo sua primeira proclamação ao povo colombiano, explicando que a espada de Bolívar era novamente empunhada "para lutar pela segunda e definitiva independência da Colômbia".

A originalidade do lançamento e o tato político demonstrado na escolha do primeiro objetivo criaram um impacto favorável à opinião pública. Por outro lado, houve grande apreensão nos altos comandos militares e nos círculos políticos dominantes.

Para os militares, depois de tentar durante dez anos liquidar a guerrilha rural, o surgimento de um novo grupo armado só trazia mais complicações: enfrentar uma "guerra irregular" num terreno inédito, Bogotá, com seus cinco milhões de habitantes, imensas zonas de população marginalizada e descontentamento cada vez maior com o regime.

Para os círculos políticos dominantes, a ameaça tinha outra dimensão. O M-19 reivindicava o caráter de "braço armado do povo *anapista*", demonstrando

sua decisão de inserir-se no coração dos grandes problemas políticos do país.

Os *anapistas* são seguidores da *Aliança Nacional Popular* — Anapo, movimento político populista, organizado pelo General Gustavo Rojas Pinilla nos anos 60, com um programa anti-oligárquico que ganhou rapidamente o apoio da maioria das populações urbanas e, principalmente, das massas marginalizadas.

Em 1970, o general Rojas Pinilla candidatou-se à presidência e teve tantos votos ou mais que seu rival, apoiado pelos partidos liberal e conservador. Sua vitória foi escamoteada pelo presidente em exercício, um liberal, que proibiu terminantemente à imprensa o acesso à contagem dos votos, implantou a Lei Marcial, decretou a prisão domiciliar de Rojas Pinilla e dos candidatos menos submissos da Anapo e divulgou, dias depois, resultados eleitorais favoráveis ao candidato oficial, um conservador.

Depois dessa frustração, o povo caiu no ceticismo. Aumentou a desconfiança quanto a um regime formalmente liberal, mas instrumento de fato do bloco dominante. Desde a reforma constitucional de 1957, o sistema conseguiu implantar a *alternância*, um mecanismo legal que permite a liberais e conservadores ocuparem o poder por turnos, prescindindo dos demais partidos políticos e mesmo do resultado das eleições.

O surgimento do M-19 era inquietante por dar uma perspectiva às massas *anapistas* humilhadas no pleito de abril de 1970: a luta armada como única alternativa viável para conseguir a instauração de um governo popular.

Mas a resposta das massas não foi tão rápida e maciça quanto esperavam os guerrilheiros. Com a morte do general Rojas Pinilla, o movimento, que sempre fora

conduzido com grande verticalismo, passou a ser dirigido por sua filha Maria Eugênia e seu marido e pelo senador Samuel Moreno Díaz, direitistas, que passaram a hostilizar os setores de esquerda da Anapo. Além disso, o movimento iniciou uma fase de declínio, abandonado pelas massas decepcionadas com os acontecimentos de 1970.

A luta armada e a reação do regime

A resposta do M-19 ao declínio da Anapo foi adotar uma linha de ação cada vez mais independente. Apoderou-se de caminhões de supermercados e realizou distribuição de gêneros, interceptou transportes de fábricas e distribuiu folhetos aos operários; realizou ainda uma série de seqüestros com objetivos políticos. Os mais notórios foram os de José Raquel Mercado e Benicio Ferreyra. Mercado era presidente da Central de Trabalhadores Colombianos, uma das quatro organizações sindicais do país, e era uma exemplar típico do sindicalismo "amarelo", no estilo burocrático e no gangsterismo. Ficou detido numa "prisão do povo", foi julgado e condenado como "traidor da classe operária e do povo" e justicado na fria madrugada de 19 de abril de 1977.

Benicio Ferreyra era gerente da poderosa agro-indústria *Indupalma*. Foi seqüestrado quando os seis mil operários da empresa estavam em greve por aumento de salários e por outros direitos elementares. O M-19 exigiu que fossem satisfeitas as reivindicações dos trabalhadores, o que foi conseguido. Ferreyra foi então libertado.

A ação mais espetacular do M-19 foi o ataque ao arsenal de Cantão Norte, em Bogotá, onde os guerrilheiros entraram por um túnel na noite de 31 de dezembro de 1978 e retiraram cerca de 5 mil fuzis e outras armas leves.

A resposta do governo e das Forças Armadas foi dura. A repressão escudou-se na suspensão das garantias constitucionais e no "Estatuto de Segurança", promulgado no final do ano, e desencadeou uma onda de prisões e torturas a fim de aniquilar o M-19. O resultado dessa operação foi a prisão de 260 pessoas, submetidas a um "Conselho de

Guerra" por pertencerem à organização armada.

"Tirofijo"

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — Farc são outra organização guerrilheira, cuja origem, campo de ação e proposições político-ideológicas são diferentes dos do M-19.



CAMILO TORRES, um exemplo que continua vivo

A 15 de fevereiro de 1966, numa emboscada a uma patrulha do exército colombiano, Camilo Torres Restrepo é alcançado por dois tiros de fuzil e morre quase imediatamente. Seus companheiros do ELN tentam resgatar o corpo, mas a inesperada reação do adversário os impede e têm de retirar-se para a selva. Os soldados dão pontapés no cadáver, fotografam-no, tiram suas impressões digitais e enterram-no num lugar que é, até hoje, segredo militar.

A notícia é divulgada logo e comove profundamente a opinião pública, que descobre de repente a dimensão exata do compromisso revolucionário de um padre, cuja origem familiar e vinculações com a rede do poder o preparavam para um destino privilegiado. Seus inimigos mais imediatos, os oligarcas, não acreditaram na firmeza de suas convicções políticas e, na véspera da passagem de Camilo à clandestinidade, renovaram sem sucesso suas tentativas de suborno. Mas nessa questão, como em tantas outras, se equivocaram.

Num certo sentido, somente as Farc constituem uma linha de continuidade direta com a guerra civil não declarada dos anos 50. Naquela época, a violência oficial obrigou os camponeses a se organizarem em guerrilhas de orientação liberal — filiação política da maioria de seus integrantes. Apesar da falta de comando único e outras deficiên-

cias, foram os principais protagonistas da resistência popular nos anos 50.

Mas houve outras guerrilhas na época. Os comunistas, ainda mais reprimidos, tiveram que se refugiar nas montanhas para sobreviver e integraram-se em grupos armados. Sempre foram poucos e sua importância militar foi relativa, mas seu grau de dis-

O primeiro gesto de inconformidade de Camilo foi sua entrada para o seminário. A família queria um advogado ou um médico. Depois desse, teve outros gestos mais consistentes e talvez mais significativos para o destino de seus compatriotas. Em 1962, quando capelão da Universidade Nacional, em Bogotá, celebrou, a pedido dos estudantes, uma missa pelos que foram mortos pelas balas do regime. No sermão afirmou: "Embora alguns estudantes não tenham sido católicos, se viveram e morreram em boa fé nas suas crenças, podem estar salvos". Essas palavras provocaram uma campanha de calúnias e uma advertência severa de seu superior, o cardeal.

Dois anos depois, dedica todas as suas energias à criação de uma granja-escola no município de Yopal, destinada a capacitar líderes camponeses. Esse pacífico objetivo irrita os latifundiários da região que o acusam de dar "treinamento de guerrilhas" na granja.

Na mesma época, enquanto membro da Direção do Instituto Colombiano da Reforma Agrária, opõe-se a uma decisão desse organismo, favorável a um grande latifundiário, e é impugnado por Alvaro Gómez Hurtado, uma das cabeças visíveis do Partido Conservador. Pouco depois une-se a uma série de intelectuais e personalidades políticas progressistas que tentam impedir a "Operação Marquetália", um movimento militar em que 16 mil homens fazem uma guerra de extermínio aos camponeses do sul do Tolima e Hila.

Finalmente, Camilo rompe audaciosamente o compromisso histórico da hierarquia eclesiástica com a oligarquia e irrompe no cenário político nacional com a Frente Única do Povo, que em curtíssimo espaço de tempo consegue unificar todos os grupos e partidos da oposição e aglutinar em torno de si o descontentamento popular. A resposta ao apelo de Camilo é impressionante: o semanário do movimento vende 50.000 exemplares, os comícios e as manifestações públicas se sucedem em todas as cidades do país, as centrais sindicais dialogam com o sacerdote revolucionário em torno da plataforma da Frente Única. Há um clima febril e, influenciado por ele, Camilo se incorpora à guerrilha no final de 1965.

A 7 de janeiro de 1966, por ocasião do primeiro aniversário do ELN, divulga seu "Manifesto das Montanhas", em que explica os motivos que o levaram a empunhar as armas. A 15 de fevereiro participa de sua primeira ação e morre. Mas seu exemplo permanece e multiplica sua ressonância na Colômbia e na América Latina.

ciplina e a ênfase posta nas lutas sociais e econômicas dos camponeses raramente foram alcançados pela guerrilha liberal, com sua perspectiva limitada a questões puramente políticas. Onde a guerrilha comunista funcionou, houve auto-governo das massas, organização de milícias e certa distribuição de terras.

Os destacamentos comunistas tiveram ainda uma atitude diferente na questão da paz. A guerrilha liberal aceitou, praticamente sem condições, o acordo político pelo qual liberais e conservadores puseram fim ao conflito armado e depuseram suas armas. A experiência dos anos seguintes demonstrou que o preço da paz foi a volta ao poder da velha oligarquia e a instauração de um regime político dominado pelo monopólio de liberais e conservadores.

Os comunistas foram mais cautelosos. Não ficaram à margem do acordo de paz, suspenderam as atividades militares, mas tentaram preservar as conquistas conseguidas, os organismos de poder autônomo incluindo as milícias.

A oligarquia, em convivência aberta com a embaixada norte-americana, investiu contra essa situação. O dirigente conservador Alvaro Gómez Hurtado, senador, denunciava a existência de "repúblicas independentes", que eram as comunidades camponesas de Marquetália, El Pato, Guayabero e Riochiquito. Paralelamente montou-se uma campanha de imprensa destinada a provar que naquelas regiões reinava a anarquia e o terror. O resultado dessa campanha foi o emprego de fuzis, canhões e *napalm*.

A 18 de maio de 1964, o exército colombiano atacou, empregando 16 mil pessoas pertencentes a unidades combinadas aéreas e terrestres. Os camponeses não puderam resistir ao maior poder

de togo do governo e abandonaram uma vez mais suas terras em direção às florestas da cordilheira dos Andes. Formaram três destacamentos guerrilheiros, sob o comando de Manuel Marulanda Velez, Ciro Castaño e Oscar Reyes.

Nos anos seguintes, Marulanda Velez transformou-se num dirigente guerrilheiro lendário, "Tirofijo", uma alusão à sua capacidade de atirador certeiro.

Em abril de 1966 os três destacamentos se unificaram sob o nome de Farc. O programa adotado nessa ocasião compreendia: a) realização de uma reforma agrária; b) distribuição de títulos de propriedade; c) industrialização das zonas rurais; d) ampliação do crédito; e) garantia de preços aos produtos agropecuários. O programa exigia ainda proteção para as comunidades indígenas e devolução de suas terras.

Nesses 14 anos as Farc cresceram lenta mas constantemente. Suas ações militares centrais são contra as patrulhas governamentais que atuam no campo. Ampliaram sua área de operações, inicialmente concentradas ao sul, e atuam hoje na região dos rios Magdalena (no centro do país), Caquetá e Meta (no Oriente) e em Urabá, região na costa do Caribe perto da fronteira com o Panamá.

A maioria dessas regiões é constituída de fronteiras de expansão agrícola, onde os conflitos sociais são muito agudos. São povoadas em geral por camponeses sem terra, que têm de ceder os terrenos que prepararam ao comerciante com o qual se endividaram. Atrás da primeira linha de colonização vem o latifundiário, forçando os proprietários a venderem suas terras. As autoridades se omitem ou estão do lado dos grandes fazendeiros e a violência explode frequentemente. A guerrilha vai se transformando na única proteção real

de camponeses e posseiros, vítimas das arbitrariedades dos grandes proprietários e seus capangas.

O exemplo da Sierra Maestra e o ELN

O Exército de Libertação Nacional (ELN) foi o grupo que mais se aproximou da ortodoxia do exemplo cubano. Foi fundado em 1964, sob o impacto da revolução cubana. Iniciou operações militares a 7 de janeiro de 1965, ocupando Simacota, pequena vila da província de Santander. Ganhou rapidamente muita simpatia no meio universitário e vários dirigentes da hoje extinta Federação Universitária Nacional (FUN) ingressaram em suas fileiras.

O raio de influência do ELN ganhou nova dimensão com a adesão do Padre Camilo Torres, em fins de 1965. Camilo Torres tinha grande penetração nas massas e sua decisão de incorporar-se à luta armada, abandonando a Frente Única que fundara, estremeceu o país e deu ao ELN envergadura nacional. Infelizmente Camilo Torres morreu logo depois, durante uma ação armada, e sua influência sobre o povo não pôde ser absorvida organicamente pela guerrilha. Apesar disso, o ELN conseguiu



O Presidente Turbay Ayala: sem resposta para a guerrilha

enraizar-se em alguns núcleos camponeses e no meio operário (principalmente entre os trabalhadores do petróleo) e estabeleceu vínculos com movimentos cristãos de base.

Entre 1965 e 1972, o ELN atuou principalmente na região do médio Magdalena e, em 1973, decidiu estender sua ação, criando uma segunda frente a noroeste, numa região selvagem entre a cordilheira e as planícies da costa do Caribe. Empenhou muitos recursos nesse projeto que culminou com uma fragorosa derrota militar em que morreram dois dos irmãos Vásquez Castaño, que eram dirigentes do movimento, e muitos combatentes.

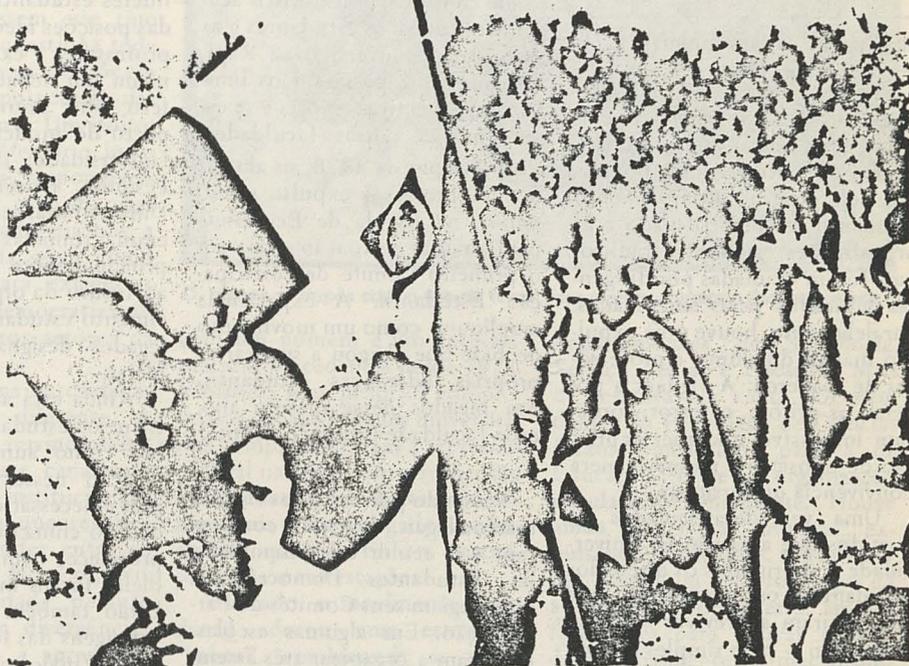
Essa derrota levou a uma grave crise interna e o comandante Fábio Vásquez retirou-se. O movimento encontra-se em fase de total reorganização.

O Movimento de Auto-Defesa Operária

Num certo sentido, o Movimento de Auto-Defesa Operária (MAO), é o *enfant terrible* da guerrilha colombiana. É o mais recente (1978), provavelmente o menor e seu campo de ação é exclusivamente urbano. Surgiu publicamente com o justicamento do ex-ministro do Interior Rafael Pardo Buelvas, ação considerada inoportuna pela esquerda e muito mal recebida por consideráveis setores da opinião pública.

Mas o MAO impôs-se com golpes de audácia e imaginação. Quando seu principal dirigente foi preso, em 1979, o grupo dinamitou o muro da penitenciária, numa ensolarada manhã de domingo, e libertou o dirigente e mais cinco camaradas. Recentemente, uma de suas militantes foi resgatada por um comando quando era transferida, presa, para o hospital militar. São as primeiras ações desse tipo bem sucedidas na Colômbia. □

Renasce o movimento estudantil



Apesar da repressão, a atividade política dos universitários é cada vez mais intensa

José Rojas

Mais de 25 mil estudantes da Universidade do Chile participaram, a 25 de abril passado, das eleições de 450 delegados de cursos, faculdades e departamentos. Esses delegados integrarão os Centros de Alunos, órgãos máximos de cada faculda-

de. Esses Centros se unem num Conselho e têm prerrogativas limitadas. Estão autorizados so-

mente a propôr às autoridades universitárias assuntos de interesse estudantil e não têm poder de decisão. Por outro lado, as eleições não são verdadeiramente democráticas. Não há indicação de candidatos, nem definição de plataformas. Cada aluno vota em quem quiser, e os resultados são proclamados pela Federação dos Estudantes, organismo biônico, cujos membros são nomeados diretamente pelo reitor.

Apesar de todas as restrições, os estudantes participaram do processo eleitoral, que já é uma pequena vitória arrancada à direção das oito universidades estatais, mantidas sob controle repressivo desde o golpe militar de 1973.

O resultado eleitoral dado pela Federação limita-se a divulgar os nomes dos estudantes vitoriosos. As primeiras avaliações indi-

cam claramente que há entre os eleitos uma maioria que se opõe à ditadura, o que transforma essas eleições numa vitória das forças democráticas. Quando houve as primeiras eleições desse tipo, em 1979, 14 dos 16 Centros de Alunos ficaram nas mãos da oposição. Isso demonstra um inesperado — e praticamente desconhecido fora do Chile — vigor do movimento estudantil nesse país.

Das “peñas” às assembléias

Após o golpe de 1973, houve intervenção na universidade chilena e seus reitores foram substituídos por interventores nomeados pelo governo. O movimento estudantil foi desarticulado e as organizações estudantis tradicionais foram ocupadas por dirigentes indicados pelas autoridades. Paralelamente, houve uma expulsão maciça de alunos e professores de esquerda. A vigilância policial, as prisões, o terror, tornaram impossível qualquer expressão de oposição e mesmo a mera convivência universitária.

Uma vez desarticulados os partidos que atuavam na Universidade e suprimidos os diretórios estudantis, os organismos que conseguiram sobreviver se transformaram — pelo simples fato de existirem como órgãos “não-oficiais” — em canalizadores da vontade de contestação.

Entre 1973 e 1978, proliferaram os acontecimentos culturais,

as “peñas” (espécie de bares tradicionais chilenos em que a atividade principal é a música e a dança folclórica) e diversos tipos de atividades acadêmicas extracurriculares; os “talleres” (oficinas, laboratórios de poesia, teatro e artes plásticas) e grupos “pastorais” cristãos.

No final de 1977, começam a surgir conflitos, por motivos acadêmicos, entre os estudantes e as autoridades universitárias. Rapidamente, ultrapassaram os limites das respectivas escolas e se estenderam a outras faculdades. No princípio de 1978, os alunos de um professor expulso reuniram-se na Escola de Economia para analisar a situação e criaram o primeiro Comitê de Participação Estudantil. A experiência ampliou-se como um movimento de base que chegou a superar as próprias lideranças estudantis. Em meados desse mesmo ano, cada faculdade tinha seu comitê.

Passando por cima dos rígidos marcos legais, os jovens começaram a se reunir em Assembléias de Estudantes Democráticos, que elegiam seus Comitês de Participação. Em algumas escolas, chegaram a organizar três assembléias num só semestre. Os comitês promoviam qualquer tipo de atividade extracurricular que permitisse ampliar a participação dos estudantes, sensibilizá-los

para a situação de todo o povo chileno e mesmo prestar solidariedade aos estudantes nicaraguenses, numa manifestação que, evidentemente, foi reprimida.

Eleições

Nos primeiros meses de 1979, dá-se um novo passo, com as Jornadas pela Democratização Universitária, em que mais de 140 líderes estudantis das mais variadas posições ideológicas — alguns professores e ex-alunos — mantinham um debate franco e frutífero sobre assuntos como: o impacto do modelo econômico na Universidade; situação atual da Pesquisa, Docência e Extensão Universitária, etc. As decisões eram tomadas por consenso, principalmente no que se referia ao futuro da organização do movimento estudantil, sendo os delegados designados por assembléias.

Ainda está aberta a discussão, entre os estudantes chilenos, sobre como aumentar sua participação nesses acontecimentos, pois é necessário reconhecer que, dado o clima de terror que ainda prevalece, nem todas as assembléias foram muito concorridas. Estão também em discussão as vantagens das formas “parlamentares” (maior poder para os delegados) ou da “democracia direta” (maior poder para as assembléias e revogabilidade dos representantes). Mas o que merece destaque é o simples fato de que um debate desse tipo esteja existindo.

Perante essa pressão democratizadora, a Federação dos Centros Estudantis (Fecech), *biónica*, decide, repentinamente, em abril de 1979, convocar eleições para os Centros Estudantis. Mesmo com as limitações dessa “abertura”, os estudantes participam, pressionam e conseguem a modificação do artigo que permitia ao presidente do Centro (designado pelas autoridades) escolher os delegados entre os



A Junta Militar: nem tudo sai de acordo com os seus planos

mais votados. Conseguem, além disso, apesar da proibição expressa de apresentar “plataformas”, realizar, em muitas escolas, “assembléias informativas”, que permitem aos estudantes conhecerem as posições de seus companheiros e identificar os “pré-candidatos” que considerem mais lúcidos.

Como foi possível que as autoridades permitissem esse tipo de consulta, que questiona toda a estrutura repressiva, ao pôr em evidência a impopularidade das lideranças impostas? Um editorial do jornal *El Mercurio* indagou se os “adultos” responsáveis pelo fato tinham avaliado suas conseqüências, e advertia que a experiência poderia servir como um precedente para exigências semelhantes de democratização por parte de outros setores da sociedade.

O raciocínio das autoridades universitárias era diferente. A proliferação das reivindicações estudantis devia ser canalizada dentro de limites institucionais. Além disso, havia que resolver os conflitos de poder entre os líderes estudantis *biónicos*, sem nenhuma legitimidade perante suas “bases”, com divergências internas e prestes a apresentar sua demissão coletiva. Por outro lado, subestimaram a possibilidade de que os estudantes de oposição, divididos cronicamente em inúmeras tendências políticas, conseguissem articular uma resposta homogênea em prazo tão pequeno. No entanto, mesmo com a vitória, o “poder” da oposição seria tão pequeno — e os mecanismos de controle e repressão tão eficazes — que não havia razão para temer que os limites fossem ultrapassados.

Escalada repressiva

Mas foi o que aconteceu. Animados pela vitória, os estudantes participaram das manifestações proibidas do 1º de Maio de 1979,



O regime se impôs com o uso da força, mas o povo começa a perder o medo

com um número e um entusiasmo sem precedentes desde 1973. Violando seus próprios compromissos, as autoridades universitárias complementaram a repressão policial nas ruas com a suspensão de dezenas de estudantes, muitos dos quais eram delegados recém-eleitos, que não tinham participado das manifestações.

Alertado, o movimento estudantil adotou uma estratégia “mista”, combinando as ações proibidas com uma atuação destinada a aproveitar ao máximo os limites autorizados.

Em novembro de 1979, realizaram-se convenções nas escolas, definindo para a Universidade o papel de “protagonista na restauração democrática”, com debates abertos nas aulas, pátios, cantinas e até através dos meios de comunicação, como a revista *Análisis*.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1980, o governo respondeu, desencadeando nova escalada de repressão. O “Campus” Macul, da Universidade do Chile, onde havia grande concentração desse novo movimento estudantil, foi desarticulado com a separação, sem comunicação entre si, dos

departamentos de Sociologia, Serviço Social e Filosofia. Mais de sessenta por cento dos estudantes da Faculdade de Ciências foram transferidos para a de Educação, onde a organização estudantil é incipiente. Houve ainda uma nova “limpeza”, expulsando estudantes e professores. Surgiu um decreto-lei que dá ao Ministério do Interior amplas faculdades para aplicar a estudantes dissidentes o mecanismo do “confinamento”. Inspirado em similares sul-africanos, esse decreto permite que, sem recorrer a uma detenção formal, uma pessoa seja obrigada a residir até três meses numa região (geralmente nas zonas mais afastadas do Sul), sem possibilidade de sair dela.

Finalmente, há a nova política denominada de “autofinanciamento”, que restringe ainda mais a entrada na Universidade de estudantes de poucos recursos, ao obrigá-los a pagar seus estudos, à vista ou a prazo, depois de dois anos de formados (tenham ou não obtido um título) e com juros reajustáveis.

A fim de protestar contra essa

nova onda de repressão e, ao mesmo tempo, chamar a atenção sobre a luta dos estudantes chilenos, no dia 24 de abril, coincidindo com as eleições, cinco estudantes suspensos ocuparam, pacificamente, a sede da Unesco em Santiago. O "Comitê de Expulsos e Punidos das Universidades Chilenas" emitiu um comunicado de imprensa explicando que não se tratava de ocupação

de um organismo das Nações Unidas, mas de uma "permanência temporária de 48 horas" (de fato, os estudantes se retiraram dois dias depois), para "chamar a atenção das autoridades sobre a grave crise que atinge as Universidades chilenas e da qual somos vítimas. (...) Não somos terroristas nem agitadores, mas alunos universitários, que reivindicamos nosso direito à educação". Os

membros do Comitê são todos eles dirigentes da União de Organizações Estudantis da Universidade Técnica do Estado.

O objetivo de conseguir a reintegração dos alunos foi atingido. Mas a luta pelo direito à educação continua. E o movimento estudantil é parte ativa da mobilização crescente pela redemocratização do Chile. □

Testemunho de um "confinado"

"Sinto renovado o compromisso de luta para que o Chile volte a um regime democrático", afirma Alejandro Goic Jerez, 21 anos, confinado numa localidade do Norte do Chile. Alejandro, filho de um conhecido cardiologista, é estudante de Teatro da Universidade do Chile e vice-presidente do Centro de Alunos de sua Faculdade. Foi eleito, democraticamente, em 79.

Acusado de infração à Lei de Segurança do Estado, por participar, em março, de uma comemoração do Dia Internacional da Mulher, que foi proibida, ele não pode sair de Freirinha, um povoado de 250 habitantes, durante três meses. Também não pode exercer cargos públicos nem continuar seus estudos.

Numa carta dirigida aos meios de comunicação, em que faz reflexões sobre sua situação Goic admite ser "militante de esquerda" e disse que seu confinamento lhe deu "a oportunidade de fazer parte de uma comunidade especial, com os jovens cristãos — apesar de eu não ser cris-

tão — e verificar que temos muito em comum quanto a projetos".

Ele considera "emocionante" a ajuda solidária do sacerdote do povoado e explica que "todos, sem exceção, me estendem a mão, tentando fazer com que o tempo me seja agradável. Oferecem-me suas casas para que viva com eles. Convidam-me para comer. Essas demonstrações dão-me grande esperança para continuar atuando, para ver, o quanto antes, meu sonho transformado em realidade: minha pátria livre e justa. Gente como esta, trabalhadores anônimos, fará parte dessa força imbatível que produzirá as transformações".

O pai do jovem punido escreveu uma carta pública ao ministro do Interior, dizendo que "se uma pacífica demonstração de rua significa para o senhor um risco para a segurança do Chile, digo-lhe que é muito precária a segurança que o senhor defende".

Oferta especial para os primeiros assinantes do Brasil
Cr\$ 900,00

Preencha o cupom e coloque no Correio.

cadernos do **terceiro mundo**

Nome _____
Rua _____
Bairro _____
Cidade _____ Estado _____
Data ____/____/____

Assinatura _____

Anexar cheque ou valor total em nome da **editora terceiro mundo ltda.**

Rua da Lapa, 180 - Sobreloja "A" - Rio de Janeiro CEP 20.021



CHILE

Pela unidade operária, em defesa da indústria nacional

Mais de 70 greves em seis meses. A comemoração do 1º de Maio. A luta pela unidade sindical e política. Quase 400 firmas nacionais foram à falência no ano passado. Empresários e industriais questionam a política econômica do governo, que vem beneficiando a indústria estrangeira em detrimento da nacional

Nilton Caparelli



Não só o movimento estudantil vem tentando se reorganizar no Chile. A classe operária, apesar de sofrer uma repressão bem mais violenta, ressurge no plano político: em seis meses foram realizadas cerca de 70 greves em todo o país, a comemoração do 1º de Maio reuniu um número expressivo de trabalhadores, mas ainda há divisões para se concretizar uma unidade das bases sindicais.

Eduardo Rojas, vice-presidente da antiga Central Unica de Trabalhadores (CUT) do Chile, é um dos que vêem com pessimismo a possibilidade de uma unidade a curto prazo entre as forças que se opõem ao regime

de Pinochet, devido a "insuperáveis diferenças a nível político". Ele deu como exemplo as comemorações do 1º de Maio, que apesar de terem sido um êxito na sua opinião, demonstraram claramente a divisão do movimento operário.

Segundo Rojas, que é também um dos integrantes do Comitê Exterior da CUT, a mobilização conseguida pela Coordenadora Nacional Sindical (CNS) e pela Frente Unitária de Trabalhadores (FUT) teve grande repercussão no país e no estrangeiro. Mas não conseguiu um acordo para comemorar unidos a data: foram convocados dois atos comemorativos, "o que reflete as

dificuldades e problemas existentes na direção do movimento democrático", afirmou. Ele acha que "há uma grande contradição entre o avanço da luta de massas a nível sindical e a capacidade da direção em relação às exigências da base social". Rojas cita as greves e a mobilização operária para criticar a direção do movimento, que "não conseguiu organizar esse repúdio à ditadura, fazer deles uma atividade organizada, ampla e unitária".

Para o ex-presidente da CUT, "estas deficiências geram tendências individualistas, com as organizações atuando por conta própria, independentemente de um

acordo mais amplo entre elas, dificultando a mobilização das bases e atrasando os entendimentos básicos a respeito do caráter da plataforma sindical, de um programa unificador do movimento operário". Rojas acredita que essa não unidade do movimento operário é também um reflexo da dificuldade que as organizações antifascistas encontram em relação a um programa único.

Reunir todas as forças

Analisando os partidos políticos, Rojas fala da democracia cristã:

— Ela só vê perspectivas para um acordo com a exclusão de parte importante do movimento popular e, além disso, porque também nela influem as consequências da situação internacional.

Em relação à crise surgida recentemente na representação exterior dos trabalhadores chilenos, o líder sindical disse que a partir dos problemas criados no Partido Socialista — divisão sofrida no ano passado, devido a uma disputa interna entre o setor chefiado por Carlos Altamirano e o dirigido por Clodomiro Almeida — criou-se uma situação extremamente delicada: "agora existem o Comitê Exterior da CUT, a Frente de Solidariedade da CUT, uma representação exterior da FUT; esta é, evidentemente, uma realidade que precisamos enfrentar e resolver".

Rojas defende a necessidade de se criar melhores condições para a unidade no país, através da força sindical mais importante, que é a Coordenadora Nacional Sindical: "o seu fortalecimento e unidade de ação são essenciais" — afirmou. A seu ver, isso implicaria num acordo em termos de direção e plataforma, incluindo todos, sem exceção, que façam parte da Coordenadora.

O dirigente sindical argumenta que não se deve recriar apenas a unidade entre a esquerda — comunistas, socialistas, radicais, operários e camponeses — mas também abrir esse caminho a outras tendências, que também têm influência sindical, principalmente a esquerda cristã e o MAPU. Sobre essas bases, concluiu Rojas, "é possível até um acordo com as tendências sindicais democrata-cristãs".

Crescem as falências

A situação econômica no Chile também vem se agravando, criando sérios problemas para a indústria nacional, em consequência do atual modelo econômico. No ano passado, foram registradas 368 falências provocadas pela abertura ao comércio exterior, beneficiada por uma redução de 10% dos impostos de importação. A última empresa afetada foi a "Textil Fabrilana", que paralizou suas atividades em 28 de maio passado, deixando desempregados cerca de 550 trabalhadores.

Diversos industriais consideram a situação econômica atual do país como deteriorada e estagnada. Eles acham que as crescentes importações, amparadas pelas reduções de impostos, estão substituindo a produção nacional. Somente no setor têxtil as importações aumentaram,

nos últimos cinco anos, de 72 milhões de dólares para 237 milhões de dólares. Uma parte importante dessas importações entraram no país a preço de *dumping* e já controlam quase 40% do mercado têxtil chileno. Os industriais reclamam também do congelamento do peso em relação ao dólar (39 pesos = 1 dólar) para as importações, desde junho do ano passado, o que mantém estável os valores dos produtos estrangeiros, enquanto os nacionais são afetados pela inflação interna.

O Governo se defende afirmando que, na década de 40, o país começou a industrializar-se através da substituição das importações e protegendo excessivamente o setor industrial. O atual modelo econômico mudou radicalmente as regras do jogo, reduzindo os impostos de importação, liberando os preços e modificando a desvalorização do peso em relação ao dólar, medidas que transferiam a responsabilidade do Estado para o setor privado, de acordo com as análises feitas pelos próprios idealizadores do sistema, economistas ligados à escola liberal de Chicago, os "Chicago Boys". Eles pedem aos industriais nacionais uma margem de tempo para que se possam obter os resultados das suas fórmulas mágicas. Mas a burguesia nacional chilena não está disposta a esperar por muito tempo.

Falências no Chile

Ano	(De 1973 • MARÇO 1980)	Falências
1973		25
1974		28
1975		82
1976		132
1977		224
1978		321
1979		368
1980		130

A internacional da repressão

As revelações sobre o caso dos uruguaios Lilian e Universindo desvendam uma trama extrafronteiras, muitas vezes denunciada e agora comprovada

Luís Rodrigues dos Santos



O Capitão Ferro

Os serviços de inteligência das ditaduras do Cone Sul que, até agora, pareciam atuar com rigorosa eficácia, devem estar surpreendidos e preocupados com seus últimos e ruidosos insucessos. Não é que tenham conseguido êxito nas suas operações, mas os fatos começaram a ser conhecidos detalhadamente. Comprovadas denúncias de imprensa, assim como confissões de pessoas envolvidas, estão desvendando toda uma trama de realidades internas e de conexões no sul do continente. Essas descobertas vão tornar cada vez mais difícil o trabalho dessa espécie de internacional repressiva, embora possa ser apenas a ponta de um imenso iceberg ainda submerso.

Não só parentes e amigos das vítimas como, também, importantes entidades como a Cruz Vermelha e a Anistia, além de associações de juristas e de eclesiásticos, denunciaram, em diferentes países e ocasiões, que (não apenas a nível da Interpol mas, também, dos serviços repressivos policiais-militares), havia se estabelecido um sistema internacional de perseguição e intercâmbio de militantes políticos. Esse sistema cobre a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai e tam-

bém o Brasil e o Peru, como acaba de ser demonstrado.

Não foram poucos os perseguidos políticos que desapareceram, com seus rastros sumindo nas fronteiras de países vizinhos. Um dos casos mais divulgados foi o do major Joaquim Cerveira, do exército brasileiro, que, exilado em Buenos Aires, foi arrancado de sua residência. Dele nunca mais se teve notícias concretas, a não ser certas informações de que fora visto em prisões brasileiras, onde estava sendo torturado depois de sua captura na Argentina.

Entre o Uruguai e a Argentina, esse procedimento se tornou rotineiro. Pessoas exiladas em um país iam aparecer no outro, presas ou boiando nas águas do Prata, sem que as autoridades uruguaias ou argentinas se preocupassem, sequer, em prestar qualquer informação esclarecedora. Ou o que é mais terrível: comandos repressivos atuavam sem qualquer objeção e, até, eram ajudados por policiais do país em que estavam suas vítimas.

Hoje, são irrefutáveis as provas de que dois dos principais dirigentes da oposição uruguiaia, os parlamentares Zelmari e Héctor Gutierrez Ruiz, exilados em Buenos Aires, foram assassinados por agentes da repressão uruguiaia com o apoio dos serviços de inteligência argentinos.

O assassinato dos generais Carlos Pratt, ex-comandante do exército chileno, e Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, ambos refugiados em Buenos Aires, podem ter sido cometidos pela repressão da ditadura, pois houve, segundo denúncias de amigos e familiares e até de algumas indiscreções de militares da Argentina, a participação de agentes dos seus respectivos países.

Enfim, a lista é longa e as vítimas têm nomes e sobrenomes.

O que faltava ao processo — apenas iniciado — desses crimes era um depoimento, na primeira pessoa, de um protagonista dessas ações terroristas. Já se conhecem determinados militares e policiais de alguns desses países que, acusados por problemas de consciência, admitem haver participado de torturas, mas temem dar o seu próprio depoimento, o que não contribui para deter esse monstruoso crime internacional.

Um torturador confesso

As confissões do ex-soldado do exército uruguiaio Hugo Walter Garcia, que se refugiou no Brasil e agora está asilado na Noruega, preenche essa lacuna. Walter foi um torturador confesso, operando na Companhia de Contra-Inteligência do Serviço de Inteligência (Departamento-II) do exército uruguiaio. Na presença de advogados, ele fez, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), ao diário "Zero Hora", revelações

completas sobre o seqüestro dos militantes oposicionistas uruguaios Lilian Celiberti e Universino Díaz, ocorrido naquela cidade em novembro de 1978.

A primeira denúncia desse crime foi feita pelos jornalistas Luís Cláudio Cunha e J.B. Scalco, repórter e fotógrafo da revista "Veja", que alertados por um telefonema anônimo, chegaram até o apartamento onde estavam detidos os dois uruguaios. Ali, confundidos pelos seqüestradores com ativistas de uma organização secreta que iriam fazer um contato com Lilian e Universino, foram metidos no apartamento e puderam ver o que se passava, reconhecendo, mais tarde, os seqüestradores. Scalco e Cunha poderiam, por conveniência ou temor, ter retardado ou silenciado suas denúncias; então, os dois uruguaios já estariam mortos. Mas foi graças à sua valente e admirável consciência de ética profissional que o fio da meada começou a ser desenrolado.



Lilian fotografada pelo próprio torturador

Agora, o depoimento do soldado Garcia projeta mais luz sobre o episódio e completa as denúncias dos dois jornalistas. Está, assim, comprovado que o seqüestro foi organizado sob as ordens do próprio chefe do Serviço de Inteligência uruguaio, coronel Calixto de Armas (atualmente segunda pessoa no ministério do Interior) que utilizou sua influência nos serviços repressivos brasileiros para que tudo desse certo.

O comando uruguaio

Coube a um oficial do exército uruguaio, o capitão Eduardo Ferro, descrito como um verdugo brutal, a chefia do comando que foi a Porto Alegre seqüestrar Lilian e Universindo. Ferro foi auxiliado pelo capitão Glauco Yannone que, como o seu colega, continua servindo na Companhia de Contra-Inteligências em Montevideú.

O soldado Garcia apontou ainda os seguintes nomes de oficiais torturadores: Coronel Nelson Biar, antecessor de Armas no

Departamento II; coronel Mario Aguerrondo, atual chefe do D-II, ex-comandante do 13º Regimento de Infantaria, tenebroso centro de torturas; major Carlos Rossel, atual chefe da Companhia de Contra-Inteligências e seu antecessor, major Carlos Calcagno; major Dante Aguirre, pessoalmente ligado ao general Luís Queirolo; atual comandante do exército uruguaio; major José Bassani, encarregado, com Ferro, de torturar Lilian; e capitão Eduardo Ramos, atual "professor" da Escola de Inteligência do exército uruguaio. Quase todos esses oficiais se "especializaram" nas escolas norte-americanas que então funcionavam na Zona do Canal do Panamá.

O depoimento dos jornalistas Cunha e Scalco e as revelações do soldado Garcia conduzem à identificação dos cúmplices brasileiros dos militares uruguaio: o delegado Pedro Seelig e os inspetores Orandir Portalassi Lucas ("Didi Pedalada"), João Augusto Rosa ("Irno") e Janito Jorge Kepler, todos da polícia política

do Estado do Rio Grande do Sul. Esses policiais estão sendo processados e aguarda-se uma sentença exemplar do juiz designado para o caso.

Os seqüestradores uruguaio estavam seguros de que poderiam atuar com inteira impunidade. "Vamos trazer esses dois (Lilian e Universindo) do Brasil e, depois, para evitar problemas, os liquidamos", disse o capitão Ferro ao grupo do qual participava o soldado Garcia. Até agora isso ainda não ocorreu, seguramente pela revelação do seqüestro. Lilian e Universindo estão presos em Montevideú, à mercê da temível repressão uruguaia. Amplia-se, no entanto, internacionalmente, uma campanha para salvar suas vidas. No Brasil, levantaram-se muitas vezes exigindo, pelo menos, um protesto junto ao governo uruguaio contra a violação da soberania nacional. Uma delas foi a do deputado José Frejat, opositor do Estado do Rio, que pediu a ruptura de relações do Brasil com a ditadura uruguaia. □



**“Eu
ajudei a
seqüestrar
Lilian”**

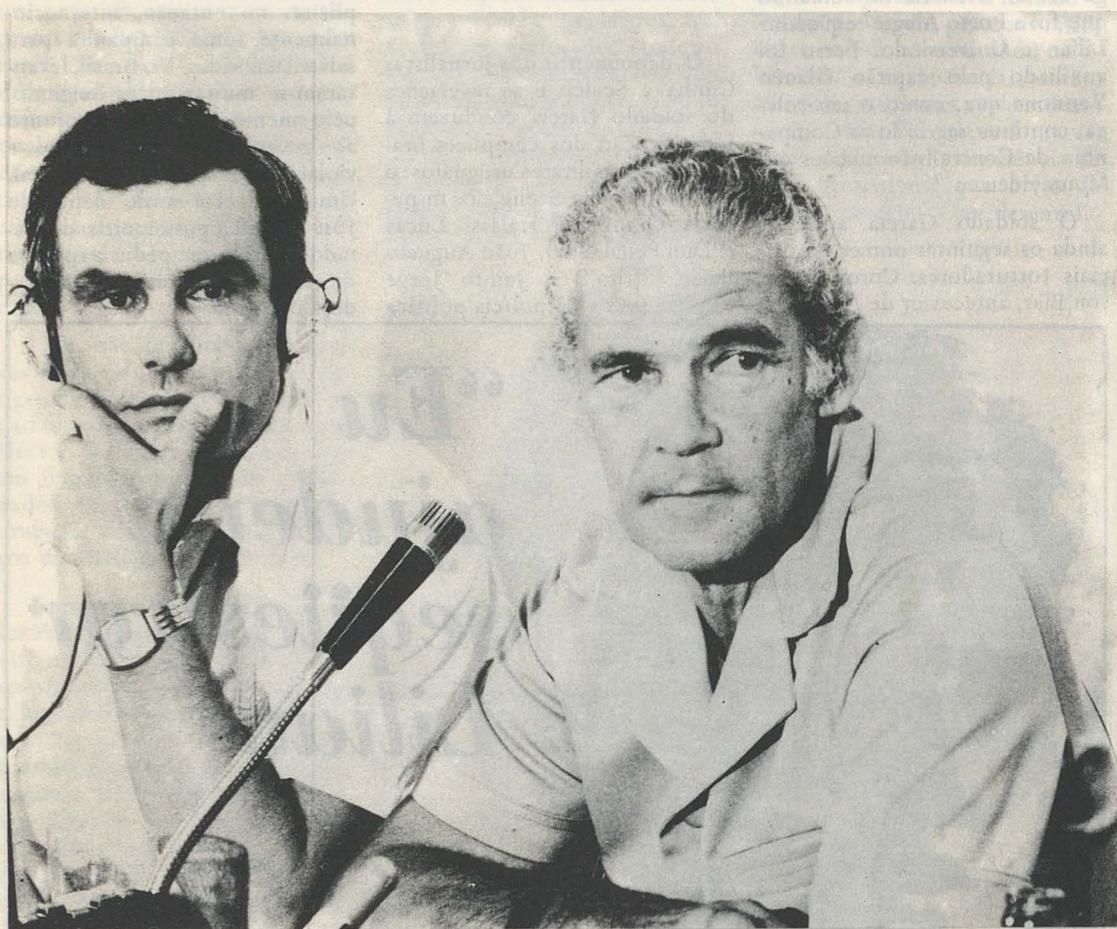
O suplemento que o jornal ZERO HORA (de Porto Alegre) dedicou ao depoimento do sargento uruguaio

JAMAICA

O FMI vai às urnas

Num clima de crescente violência urbana e campanhas anticomunistas — que relembram a desestabilização que conduziu ao golpe militar no Chile — a pequena ilha do Caribe vive um momento pré-eleitoral decisivo para o projeto socialista do primeiro-ministro Michael Manley

Clarence Ben Brodie*



Michael Manley

*Correspondente de cadernos do terceiro mundo na Jamaica

O resultado das eleições legislativas programadas para o próximo mês de outubro será decisivo para o futuro da Jamaica. Os temas dos debates eleitorais — o quarto pleito nessa ilha de dois milhões de habitantes desde que se tornou independente da coroa britânica em 1962 — afetam não somente os jamaicanos, mas também os habitantes do Caribe, da América Latina e, em geral, todos os povos oprimidos pela atual ordem econômica internacional.

As eleições serão o campo de batalha de uma luta vital entre o Partido Trabalhista da Jamaica (PLJ), autoritariamente dirigido pelo pró-fascista Edward Seaga — conhecido popularmente como CIAga — e o Partido Nacional Popular (PNP), que, em seus oito anos de governo, tomou diversas medidas em favor das maiorias.

Entre os resultados concretos que pesam a favor do PNP estão as leis do salário mínimo e a licença-maternidade, os programas de alimentação escolar e distribuição de terras do Estado, a campanha maciça pela alfabetização e a crescente participação estatal em atividades comerciais. A nível internacional, o governo de Michael Manley vem tendo uma voz firme e respeitada em diversos organismos internacionais (como as Nações Unidas, o Movimento de Países Não-Alinhados e o Grupo dos 77), nas lutas por uma nova ordem econômica internacional, contra o racismo e o colonialismo na África e América Latina e, mais recentemente, por uma reestruturação do Fundo Monetário Internacional (e o sistema econômico capitalista) que dê melhores oportunidades ao Terceiro Mundo.

Por outro lado, o PLJ reúne 630 latifundiários que, junto com as multinacionais da bauxita, dividem a propriedade de

40% dos principais estabelecimentos agrícolas. O PLJ também representa os empresários, organizados na Associação dos Manufatureiros, na Câmara de Comércio e na Organização do Setor Privado da Jamaica.

Dificuldades econômicas

O principal problema da ilha é a deterioração do intercâmbio de suas relações comerciais com os países industrializados. A diferença entre a receita das exportações de matérias primas agrícolas e bauxita e a despesa com as importações de manufaturas e alimentos básicos — trigo, milho e particularmente petróleo, que custou ao país 59 milhões de dólares em 1973, subindo para 318 milhões em 1979 — obrigou a Jamaica a solicitar empréstimos ao FMI em 1977.

O Fundo emprestou 400 milhões de dólares, mas as condições que impôs — contenção salarial, aumento dos preços, cortes dos serviços sociais e desvalorizações — levaram a uma redução drástica do nível de vida do povo jamaicano. Em 1979, a dívida do país subia a 688 milhões de dólares e sua amortização consumia um terço da receita das exportações. A dívida ameaçava crescer tanto, que novos empréstimos seriam insuficientes para pagar os anteriores. Em 1978, o custo de vida subiu cerca de 50%. Finalmente, no dia 2 de fevereiro, o premier Manley anunciou a ruptura das negociações que estavam sendo realizadas com o FMI para um novo crédito.

O FMI reclamava uma redução de 70 milhões de dólares no orçamento jamaicano para o período 1979/80 e um corte adicional de 150 milhões no de 1980/81. O governo reduziu 61,2 milhões no exercício atual, mas se negou a cortar mais de 100 no do próximo ano. “Chegamos à con-

clusão — explicou Manley — que não é possível nem aconselhável reduzir o déficit orçamentário através de cortes, impostos ou outros meios, em mais de 100 milhões de dólares”. Afirmou que se insistisse em cortar os outros 50 milhões reclamados pelo FMI; seria necessário eliminar todos os subsídios governamentais aos alimentos, transportes públicos e fertilizantes; reduzir a campanha contra o analfabetismo e os programas contra o desemprego, assim como eliminar as bolsas de estudo e aumentar as matrículas da Universidade. Pelo menos 11 mil trabalhadores do setor público perderiam seus empregos.

Num país onde 200 mil trabalhadores estão desempregados, 70% dos que trabalham ganham menos de 20 dólares semanais e os 5% mais ricos concentram 30% da receita; onde o custo de vida dobrou duas vezes nos últimos oito anos; onde quatro de cada cinco camponeses ganham a vida com pedaços de terra menores que três hectares; onde 70% da população consome apenas 35% de proteínas do mínimo exigido diariamente; onde há um médico para cada 4 mil habitantes e um dentista para cada 20 mil habitantes; onde quase metade da população adulta não sabe ler ou escrever e 30 mil pessoas jamais pisaram numa escola, a decisão governamental só podia ser bem recebida pelo povo. Uma pesquisa realizada pela Universidade das Índias Ocidentais mostrou que 60% das pessoas que tinham opiniões a respeito do FMI eram contra a sua política.

A direita reage

Enquanto a decisão de rejeitar as condições do Fundo era apoiada pelos trabalhadores e organizações democráticas e progressistas em toda a ilha, o PLJ e o diário direitista *The Gleaner*

mostravam preocupação. “O FMI é nosso melhor amigo”, era o título do editorial de primeira página do *The Gleaner*. Seaga, por outro lado, insistia na sua teoria de que a única salvação seria o “modelo portorriquenho”, que seu partido vai instaurar se ganhar as eleições.

Através de suas propagandas, dos editoriais do *The Gleaner* e de suas freqüentes visitas a Washington, Seaga vem se esforçando para inimizar o Governo norte-americano com o de Manley. O deputado direitista Larry McDonald, a sociedade racista John Birch e o Instituto de Estudos Políticos orientado por Brzezinski são freqüentes anfitriões do líder do PLJ, que é considerado pelo Departamento de Estado norte-americano como “uma importante fonte de informação para nossas agências de inteligência”. Seaga encaixa-se perfeitamente na nova política de Carter, numa segunda guerra fria, cujo principal pretexto é o anticomunismo.

Internamente, a campanha está centralizada nos 499 cubanos que o governo jamaicano convidou para ajudar a construir escolas, dar assistência sanitária e contribuir para o desenvolvimento agrícola. Segundo *The Gleaner*, essa cooperação faria parte de um plano de “invasão comunista” da ilha, supostamente organizado por diplomatas soviéticos que, na opinião de Seaga, são agentes da KGB.

O anticomunismo é só uma das armas da campanha contra Manley e o PNP. Os ataques se concentram também em acusações de corrupção, mas, nesse caso, o tiro saiu pela culatra, já que o governo designou uma Comissão de Investigação sobre Corrupção, encabeçada pelo juiz supremo Kenneth Smith, que ficou contra Seaga. Formou-se também, adiantando-se a futuras

acusações, uma comissão de supervisão eleitoral integrada pelo governo e a oposição.

Na frente econômica, o PLJ conseguiu um certo apoio popular nas suas manifestações contra o aumento da gasolina, em janeiro do ano passado, mas sua intenção de coordenar, no mês seguinte, uma greve dos empresários — ao estilo das que desestabilizaram o governo de Allende, no Chile — fracassou porque o setor privado, apesar de ser responsável pela fuga maciça de divisas estrangeiras, não chegou a um acordo em torno da idéia. No entanto, nas últimas semanas, o primo e aliado de Seaga, o industrial Richard Mahfood, superou em poder o presidente da Organização do Setor Privado da Jamaica, Carlton Alexander, geralmente considerado “moderado”. Durante as manifestações de janeiro, o homem de confiança de Seaga, Pearnel Charles, confessou que o objetivo da oposição é acabar com o governo de Manley “corroendo-o e derrubando-o”.

Apesar da deteriorização do nível de vida, o governo vem resistindo às dificuldades econômicas (ainda que a frágil indústria turística, uma das principais fontes de divisas, esteja insegura). Mas agora surge, renovada e ameaçadora, uma forma mais perigosa de luta política: a violência.

A violência política

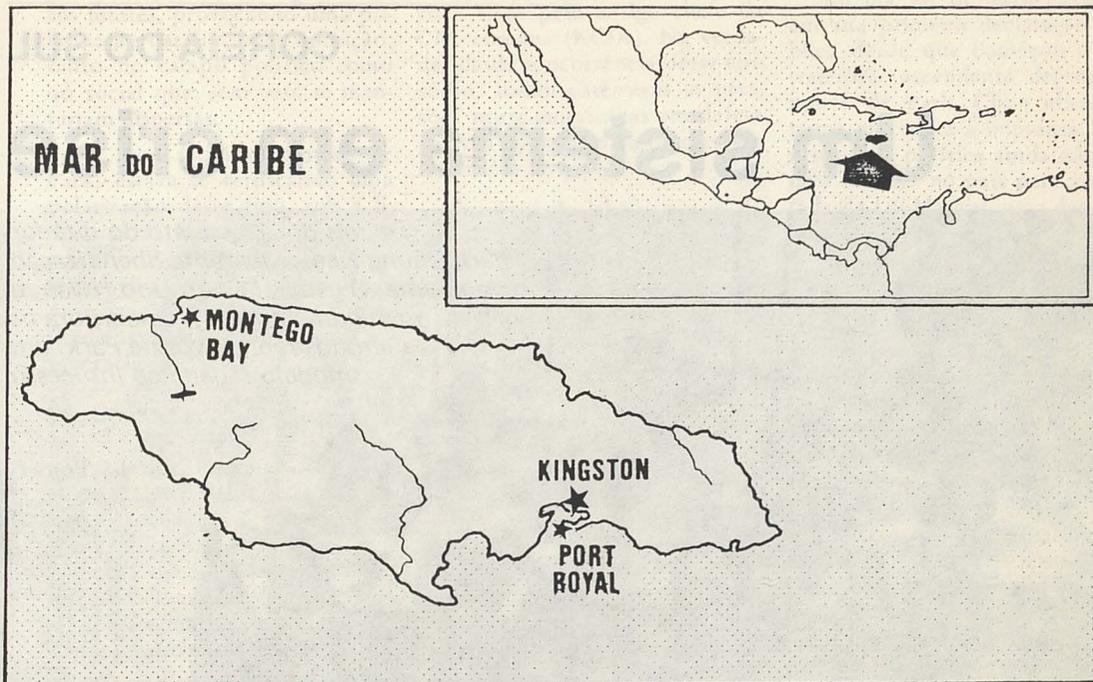
Desde a década dos anos 30, a Jamaica se caracteriza pela violência política urbana. Em 1976 ela alcançou níveis nunca vistos, um esforço total de desestabilização comprovadamente empreendido pela CIA. Centenas de pessoas morreram durante a campanha eleitoral daquele ano, mas os ânimos se acalmaram depois da esmagadora vitória de

Michael Manley e seu programa de transição democrática para o socialismo. Porém, em fins do ano passado, a violência voltou a explodir durante um ato em honra ao herói nacional Alexander Bustamante. Desde então, o fenômeno se tornou parte da vida cotidiana.

Quase todos os dias, registram-se casos de mortos e feridos por motivos políticos. O emprego de fuzis automáticos nas lutas é freqüente, mas ambos os partidos negam que seus membros usem esse tipo de arma. Em março, o primeiro-ministro afirmou que é grande o efeito negativo da violência sobre a economia do país, que necessita, mais do que nunca, produzir para superar a escassez de divisas. “Não temos motivo para piorar nossa própria situação econômica” — comentou Manley —, “enquanto eles (o PLJ) têm antecedentes na desestabilização econômica”. Seaga, por outro lado, argumentou, em uma de suas freqüentes visitas aos Estados Unidos, que Manley estaria planejando uma “solução militar” para seus crescentes problemas econômicos. “O incremento da violência — disse — é uma manifestação disso”.

Desde que, em fevereiro deste ano, Manley anunciou a data das eleições, a violência recrudescceu. Em março, uma equipe eleitoral do PNP foi baleada. Na semana seguinte, quatro civis foram assassinados por terroristas que invadiram um salão de baile. Nos bairros pobres, são freqüentes os incêndios provocados por coquetéis molotov, as portas são derrubadas e os seus ocupantes assassinados com brutalidade fascista. Finalmente, em maio, chegou-se ao clímax com um incêndio intencional de um asilo, onde morreram centenas de velhos indefesos.

The Gleaner insiste em atribuir os crimes ao governo, com



torpes distorções da verdade, que um foro de investigação estabelecido pela Associação de Imprensa da Jamaica qualificou como violação grave das normas éticas da profissão, comparando-as com as campanhas do *El Mercurio* e outros órgãos da imprensa direitista chilena contra a Unidade Popular no governo de Allende. Nem mesmo a Igreja se salva dos ataques do *The Gleaner*, que a acusa de colaborar com o governo por haver assumido uma posição pacificadora, pedindo o fim das lutas entre os grupos.

Alimentar o povo

Desde o racha com o FMI, o problema da produção local de alimentos (para reduzir as impor-

tações) e sua distribuição adequada vem se tornando agudo. São frequentes as acusações aos distribuidores privados de estocarem bens básicos para provocar uma crise artificial no abastecimento. Enquanto Michael Manley, que é também responsável pelo setor agricultura, dedica-se totalmente ao problema da produção, o Partido dos Trabalhadores da Jamaica (marxista-leninista) resolveu retirar-se da campanha eleitoral e concentrar suas forças em favor do PNP, pressionando o governo para que assegure que todas as divisas que entrem na ilha sejam canalizadas para os cofres do Estado e exigindo o abastecimento popular dos já escassos artigos de consumo básico.

Segundo um editorial do ór-

gão oficial do PTJ, “quando Michael Manley fala, se não se refere às medidas que se deve tomar contra o imperialismo e a sabotagem... não está tratando das medidas práticas que se deve tomar para ajudar o povo a derrotar os reacionários”.

Pesquisas realizadas dão a dianteira eleitoral para o PLJ. A opinião geral dos políticos progressistas dentro e fora do governo é que essa tendência pode ser modificada. Mas para eles, não bastam os esforços governamentais para renegociar a dívida externa e estreitar o relacionamento com o Terceiro Mundo e o campo socialista. Afirmam que se deve prosseguir com essa política, mas que a chave da vitória é assegurar comida para o povo. □

Um sistema em crise



Depois do assassinato do ditador Park Chung Hee, a aparente liberalização do regime. O general Chun Doo Hwan, o novo homem forte, reincorpora os métodos repressivos de Park: um modelo fadado ao insucesso

J.J. Poitiers

O aparelho de segurança, criado sob o regime de Park e alimentado pelos Estados Unidos, foi acionado para conter o descontentamento popular

Blusas ou jeans que levam o selo *made in Corea* podem ser encontrados em quase todas as capitais do Ocidente em exposição nas vitrinas das grandes lojas de roupas militares. São os produtos mais característicos do “milagre coreano”, confeccionados sob uma ditadura de 20 anos do Presidente Park Chung Hee, assassinado há oito meses num obscuro episódio ainda não esclarecido totalmente.

Como outros tantos “milagres” do Terceiro Mundo, com uma reprodução tão nítida e caricatural, que faz do caso sul coreano um clássico na matéria,

o desenvolvimento do reinado de Park consistiu substancialmente em investimentos maciços de dólares, feitos, na sua maior parte, por investidores norte-americanos ansiosos por preservar a competitividade de sua própria produção, evitando os altos custos do trabalho nas nações industrializadas.

Tratava-se de converter a Coreia do Sul numa sub-base de exportação, aproveitando-se da mão-de-obra barata e que devia ser mantida para que a operação tivesse sentido. A Coreia do Sul via-se, assim, envolvida num desses monstruosos processos de distorcido desenvolvimento que

gera maravilhosas modernizações por um lado e massas condenadas a uma vida miserável por outro.

Como também tem ocorrido em outras partes do mundo, um ordenamento econômico desse tipo só pode manter-se através de uma couraça político-institucional fundamentada na doutrina da “segurança nacional”: foi o que ocorreu na Coreia do Sul, desenvolvendo-se como um modelo.

Para os Estados Unidos, principais beneficiários econômicos e estratégicos desse sistema, regimes como o de Park são proveitosos apenas durante certo tem-

po. Logo passam a ser incômodos e até perigosos quando a lógica da repressão ultrapassa certos limites, provocando uma polarização das forças de oposição, tanto no campo político como no social que, sem isso, se manteriam dispersas.

Já nos últimos tempos de Park, estava se verificando uma polarização desse tipo, sob a liderança de Kim Dae Juang, um irredutível inimigo do ditador e responsável por uma crescente mobilização da oposição, que ia desde os católicos até a social democracia.

Direitos humanos

Processos, como o do Irã ou da Nicarágua, demonstram o perigo de situações como a sul-coreana, cuja preservação era embaraçosa demais para a administração de James Carter que prega os direitos humanos. Seria difícil precisar até que ponto as pressões de Washington contra o ru-

mo dos acontecimentos na Coreia do Sul tiveram algo a ver com o assassinato de Park, morto a tiros pelo antigo chefe da CIA coreana (KCIA). Na verdade, desde a ocorrência desse episódio, foram ostensivas as pressões norte-americanas em defesa de uma abertura para descarregar as tensões no país.

Foram dados alguns passos de aparente abertura pelo governo interino designado depois da morte de Park, presidido por Chou Hah. Falou-se na elaboração de uma nova Constituição e também na possibilidade de se dar ao país uma ampla saída eleitoral, junto com a eliminação de algumas das mais controversas medidas de segurança.

A sociedade civil na Coreia do Sul começou também a movimentar-se na expectativa de uma mudança, demonstrando uma crescente atividade política, de forma semelhante, segundo alguns analistas, com o processo que vem se desenvolvendo hoje no Brasil. No entanto, o gigantesco aparato de segurança, criado sob o regime de Park e alimentado pelos Estados Unidos, mostrou-se descontente e naturalmente hostil à mudança de um sistema que era a sua própria vida.

O lugar deixado vago por Park e pela destituída cúpula da KCIA, responsável pelo seu assassinato, foi ocupado por Chun Doo Hwan, um silencioso general de pára-quedistas, 48 anos, que no dia 12 de dezembro do ano passado assumiu o comando do Exército através de um golpe interno. Quatro meses depois — em 14 de abril de 80 — consolidou a sua nova posição na vida político-militar sul-coreana ao ser designado chefe da KCIA. Confirmado, assim, como o novo "homem forte" da Coreia do Sul, ficou claro para todos que a aparente abertura havia chegado ao fim.

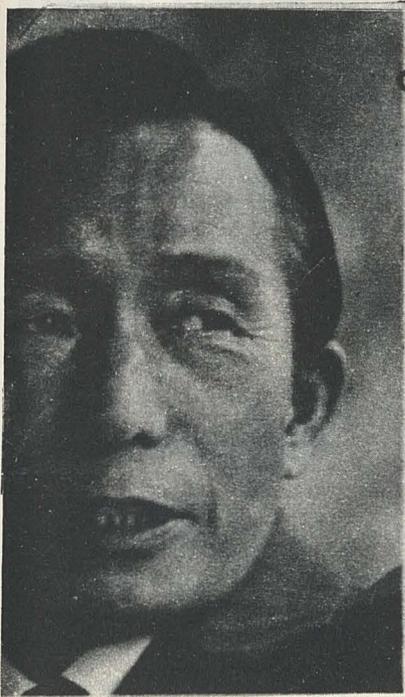
O novo homem forte

No dia 28 de abril passado, em sua primeira declaração pública desde que começou a sua trajetória ascendente depois da morte de Park, Chun afirmou, numa entrevista à imprensa, que a situação política ainda não estava madura no país para a retirada da Lei Marcial, uma das exigências da oposição, veladamente apoiada pelos Estados Unidos.

Poucos dias depois foi preso Kim Dae Juang, responsável pela revolta popular que estourou em maio último na cidade de Kwangju e que se estendeu por toda a sua província natal (Cholla) e uma das regiões mais atrasada do país. Nos últimos dias de maio, os homens de Chun sufocaram sangrentamente a rebelião numa feroz ação repressiva sem precedentes, mesmo comparada às piores épocas de Park, conhecido pela opinião pública mundial pelos seus terríveis massacres, semelhantes aos feitos pela Guarda Nacional de Somoza quando estava perto do seu fim.

A rebelião de Kwangju foi para os Estados Unidos um motivo de preocupação, pois não pôde ser neutralizada pela eficiência repressiva de Chun: a oposição tem ramificações em todo o país. A ação de Chun coloca também em cheque a burguesia moderada sul-coreana, que vinha sendo até agora um elo conciliador entre os militares e as massas populares.

"A tragédia desse episódio é que tudo o que foi realizado pelos militares em nome da segurança e da estabilidade aumenta os perigos da insegurança e da instabilidade" — comentou o embaixador norte-americano em Seul, Richard Sneider, depois da repressão em Kwangju. Comentários parecidos foram escutados no Departamento de Estado durante os dias finais de Somoza. □



Park Chung Hee

NEPAL

Instabilidade no reino de Himalaia

Um sistema cerceado durante mais de vinte anos pelo peso da monarquia, do exército e da máquina administrativa. A exigência pelo fim do poder dos senhores feudais. Uma história de opressão que começa a cansar o povo do pequeno país das grandes montanhas

Lao Kee



O exército foi um dos fatores de dominação do povo do Nepal, junto com a monarquia e a burocracia

O povo do Nepal escolheu o sistema do paxalato apartidário, com reformas periódicas, como futura forma política do reino". Este anúncio oficial, feito em Katmandu em 14 de maio, reflete muito a ambigüidade e a inquietação que caracterizam a situação nesse pequeno reino da montanha do Himalaia.

A "escolha" a que o anúncio se referia era uma votação de 54,79 por cento favoráveis a um sistema de conselho distrital de um paxalato apartidário (com algumas reformas "convenientes" mas não especificadas) e 45,21 por cento contra, em um referendo realizado a 2 de maio. Contra o sistema apartidário foi colocado o sistema multipartidário de governo parlamentar. Muitos no Nepal, exceto uma pequena facção agrupada em torno da monarquia, consideraram que as opções tinham sido colocadas de maneira injusta. Era como se elas representassem duas formas distintas de governo representativo, democrático e responsável.

Será mesmo que elas representam isso?

A questão é saber se a maioria de 9,5 por cento das forças "apartidárias" pode ser considerada suficientemente grande para um sistema que tem sido cerceado durante cerca de vinte anos por todo o peso da monarquia, pelo exército e pela máquina administrativa.

O referendo prometido pelo rei atual, o terceiro soberano supremo desde que uma revolução pôs abaixo o regime dos Ranas (tradicional senhores de guerra ou capitães) em 1951 e devolveu à monarquia toda a sua força, foi resultado do descontentamento amplamente disseminado que abalou o pequeno país em 1979. Esse descontentamento cresceu durante muito tempo, como conseqüência da política

de opressão desenvolvida pela monarquia, e explodiu em violências, como resposta à execução de dois líderes do maior e mais popular (embora proscrito) partido, o Congresso Nepalês. Eles foram executados por sua alegada participação em sublevação armada no interior do Nepal (Okhaldunga) e numa tentativa de assassinato do rei. As execuções foram encaradas como uma ação precipitada de um governo "em pânico" e provocaram muitos protestos de estudantes, de trabalhadores e da juventude.

Protesto espontâneo

Foi um movimento espontâneo de protesto que reuniu grande dose de credibilidade e força, num momento em que todos os partidos políticos estavam proibidos. A única saída para o rei foi declarar sua disposição de reabrir toda a questão do sistema de governo e de estrutura política no país e aguardar a decisão do povo.

Mas o que muitas pessoas parece terem esquecido ou ignorado foi o fato de que, pelo menos formalmente, essa era uma questão que parecia ter sido resolvida em 1951, com o auxílio de Jawaharlal Nehru, o primeiro Ministro da Índia. Tudo aconteceu quatro anos depois que a Índia conseguiu a independência do domínio inglês. Líderes da luta do povo do Nepal, organizados no Congresso Nepalês, tinham tomado parte na luta pela liberdade da Índia, com a esperança de que, com essa independência, o Nepal também se tornasse livre. Mas os ingleses continuaram a exercer seu controle através dos Primeiros Ministros do Rana. Assim, surgiu uma rebelião armada em 1951, derrubando os Ranas.

Jawaharlal Nehru presidiu uma reunião entre o rei Tribhuvan (um soberano nominal até então)

e o último Primeiro Ministro Rana, Marajá Mohan Shuysher. Chegou-se a um acordo de que os principais elementos políticos para o futuro do Nepal eram eleições democráticas e um governo representativo.

Breve período democrático

As primeiras eleições, apenas parlamentares, foram efetuadas em 1959, quase oito anos depois desse acordo. O Congresso Nepalês ficou com dois terços das cadeiras na Assembléia Nacional. Foram necessários apenas 18 meses para que o filho e sucessor de Tribhuvan, o rei Mahendra, decidisse que a experiência era uma ameaça para a monarquia. A assembléia foi dissolvida e toda a atividade política foi proibida. Com o conselho de "experts" ingleses e americanos, desenvolveu-se o sistema apartidário do paxalato, quase igual à "democracia dirigida", que o segundo mandatário militar do Paquistão, general (e mais tarde Marechal de Campo) Ayubk introduziu no seu país, mais ou menos na mesma época.

Seguiu-se uma sucessão de mudanças no governo, de responsabilidade apenas do Palácio. Todos os ativistas políticos foram neutralizados, a imprensa foi controlada e o país se abriu à competição de potências estrangeiras, que procuravam conquistar um lugar seguro no estrategicamente sensível Estado do Himalaia. A economia veio abaixo e as disparidades nos níveis de vida cresceram astronOMICAMENTE.

Como disse recentemente um economista, "depois de termos completado quatro planos quinquenais nos últimos 20 anos, o crescimento médio da população por ano é de 2,2 por cento, enquanto o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) tem sido 1,2 por cento. Em vinte

anos, não mais que nove por cento da terra foi colocada sob moderno sistema de agricultura e, em 45 dos 75 distritos, nem um único projeto de irrigação levado pelo governo foi completado". O salário de um trabalhador diarista é apenas RS. 3,50 por dia, ou seja, cerca de meio dólar.

Bola de neve

O protesto sem liderança, que se iniciou em ondas de atos e demonstrações, cresceu como uma bola de neve, em vários distritos do Nepal no ano passado, com uma forte base econômica, além de política. Embora não formuladas de maneira muito precisa — e isso teve muito a ver com as contínuas detenções de ativistas políticos — as exigências do movimento de protesto tomaram duas formas básicas. Uma, a exigência por um governo representativo, por direitos democráticos, inclusive a liberdade total de expressão e manifestação, e o fim do regime autocrático da facção próxima ao trono. A outra, por reformas econômicas estruturais, fundamentais, que levem à transição de uma oligarquia feudal para uma ordem econômica justa, onde o povo, os agricultores, trabalhadores (o Nepal não tem muitas indústrias), as classes médias e a juventude sem emprego, encontrassem justiça.

Dessa maneira, a exigência era pelo fim do poder dos senhores feudais próximos à monarquia, pelo fim do poder das classes de intermediários, contratantes e comerciantes, e por um governo responsável e representativo que dessemboçasse em um novo e justo sistema econômico.

O referendo

Será que o rei, na realidade, não esperava que o referendo o ajudasse a resolver essas questões fundamentais e será que os partidos políticos, a quem se permi-

tiu, por pouco tempo, discutir sobre o sistema multipartidário e sobre o governo representativo, esperavam ser capazes de atingir o seu objetivo?

De acordo com todos os dados, o rei estava inseguro. Por isso, o referendo foi adiado. Quando foi anunciada a data (2 de maio), surgiram sentimentos de alívio e de dúvida. Seria esse um referendo confiável, e seriam seus resultados (se favoráveis ao fim da monarquia) acatados pelo monarca?

Todos os partidos temiam que o referendo pudesse ser trapeçado e eles chamaram atenção para o fato de que uma fraude não seria aceita pelo povo. O antigo premier do governo democraticamente eleito e líder do Congresso Nepalês proscrito, B. P. Koirala, afirmou que se o referendo fosse trapeçado "as conseqüências seriam incontroláveis e catastróficas".

Na realidade, persistem dúvidas sobre a honestidade do referendo. As dúvidas são baseadas no fato de que nos três distritos mais densamente povoados de Katmandu o veredito foi decisivamente a favor do sistema multipartidário: quase 65 por cento. Nas regiões menos desenvolvidas politicamente no interior do Nepal, como Dolpa, Piyuthan, Bhojpur, Beni, Darchula e Tahatum, o sistema apartidário do paxalato levou vantagem. E o resultado se atribui à opressão pelo medo em que a estrutura feudal de administração mantém o povo do interior.

Durante a apuração do referendo, o governo proibiu o uso de rádio ou mesmo de telefones para transmitir informações da apuração. E, embora aos partidos políticos tivesse sido permitido fazer campanha pela democracia multipartidária, eles continuavam proibidos de existir. Isso restringiu a sua eficácia como

opositores do sistema de paxalato, que gozava de apoio oficial.

O rei anunciou que a oposição política devia ser tratada com respeito, mas ele espalhou o aviso de que "ninguém devia se aventurar a solapar ou fazer pouco do mandato de nosso povo". Ele disse também que uma atitude de "insolência, anarquia ou violência vai contra os verdadeiros princípios de democracia e paz".

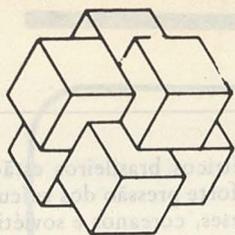
Prisões maciças

Que democracia e que paz?

Em seguida ao anúncio do resultado do referendo, de acordo com as notícias de Katmandu, houve uma "onda de prisões". Os freios nas atividades de indivíduos e organizações em favor do sistema multipartidário foram apertados e uma nova legislação real foi baixada, sem o consentimento do paxalato de Rashtiya (que corresponde a uma assembleia nacional), suprimindo a liberdade de manifestação e de publicação de documentos por partidos ou organizações.

Isso espalhou o descontentamento, mesmo entre um grande e influente grupo de membros do paxalato. Eles dizem que a nova legislação não teria sido ratificada se lhes tivesse sido apresentada previamente.

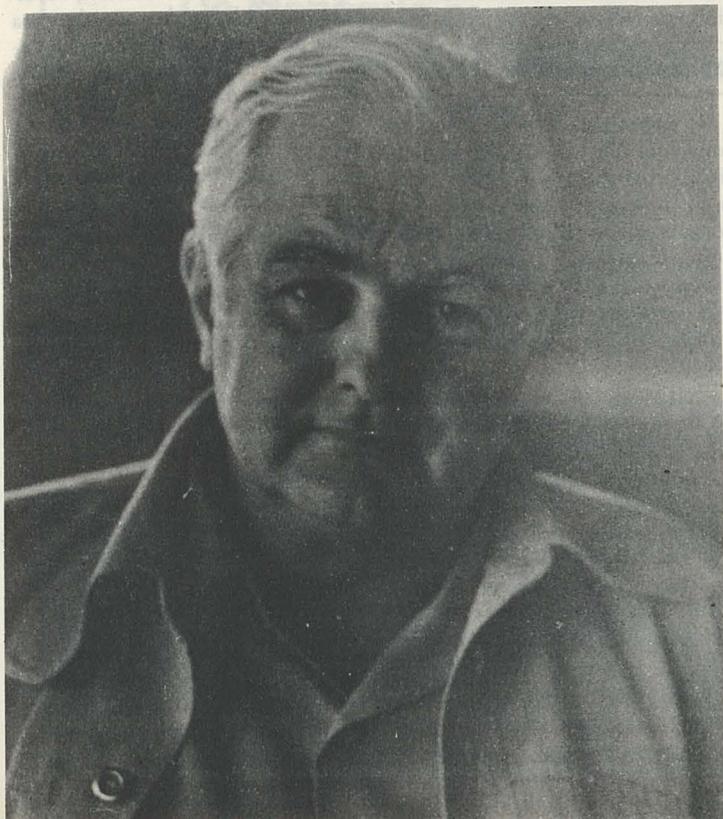
A situação é de muita incerteza e muitos protestos deverão surgir. A possibilidade de o Nepal ser estável dentro de si próprio não depende de outras nações aceitarem a solicitação do rei de que seu país seja reconhecido como uma "zona de paz". Ela depende quase que exclusivamente de como serão atendidas as exigências do povo do Nepal por um governo representativo e por reformas políticas e econômicas. Na medida em que elas não forem atendidas, o Nepal será uma fonte de inquietação na região. □



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O carro elétrico

Uma novidade para enfrentar a crise do petróleo. Apesar de ser um projeto sofisticado, uma indústria brasileira se prepara para fabricá-lo no nosso país. As vantagens anunciadas seriam compensadoras: não polui e tem um rendimento muito maior do que os carros de combustão interna. Na Inglaterra, 130 mil carros elétricos fazem hoje a entrega de pão, leite, correspondência e pequenas cargas. Estima-se que no ano dois mil estarão circulando 10 milhões de carros elétricos nos Estados Unidos



O engenheiro Gurgel

O automóvel movido por motor elétrico, alimentado por baterias autocarregáveis e fabricado com tecnologia inteiramente nacional, vai ser lançado no Brasil no prazo de um ano.

O carro elétrico é considerado o veículo ideal para os nossos tempos: não polui e, o que é mais importante, ao prescindir do combustível líquido, permite ao país considerável economia de divisas, normalmente consu-

midas na importação de petróleo.

O projeto do carro elétrico está sendo desenvolvido pela Gurgel Veículos S/A, uma indústria brasileira especializada na fabricação de veículos utilitários para o mercado interno e de exportação.

Com um investimento inicial de 300 milhões de cruzeiros (seis milhões de dólares, aproximadamente) a nova fábrica da Gurgel, cuja construção foi iniciada em meados de junho último, estará capacitada a produzir, a partir de junho do próximo ano, um total de 100 veículos por mês.

Veículo do futuro

O engenheiro João Augusto Conrado do Amaral Gurgel, autor do projeto, acredita que o carro elétrico será o veículo do futuro, principalmente em países carentes de petróleo porém ricos em outras fontes geradoras de energia elétrica.

A produção da Gurgel será inicialmente de pequenos veículos de carga, com uma autonomia entre 70 e 80 quilômetros e capacidade para duas pessoas e 400 quilos de carga. Estudos especializados comprovaram que, numa cidade grande como São Paulo, existem inúmeros transportes cujas necessidades não ultrapassam esse raio de ação.

Em boas condições de trânsito, contudo, essa autonomia pode elevar-se a 125 quilômetros à velocidade média de 36 quilômetros por hora. As baterias podem ser recarregadas numa tomada elétrica comum durante um prazo de oito horas.

O engenheiro Gurgel assegura que esses tipos de carro tem um

rendimento muito maior que os de combustão interna. Argumenta com o exemplo de 130 mil carros elétricos que estão sendo utilizados na Inglaterra para entrega de pão, leite, correspondência e pequenas cargas. Nos Estados Unidos, calcula-se que no ano dois mil estarão circulando 10 milhões de carros elétricos.

A indústria está localizada ao lado da fábrica de utilitários da Gurgel, na cidade de Rio Claro, a 140 quilômetros a noroeste da capital paulista. Em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, o engenheiro Gurgel considerou que o governo deveria olhar, com mais atenção, para os problemas da indústria brasileira de exportação e traçar políticas mais racionais a fim de permitir maior desenvolvimento de uma tecnologia mais sofisticada no país.

Em busca de mercados

O engenheiro Gurgel também considera que os mercados tradicionais (os dos países industrializados) estão praticamente fechados para os produtos manufaturados brasileiros. Nesse sentido, ele lembrou as leis protecionistas norte-americanas e as exigências de alta sofisticação do mercado europeu.

A solução então, segundo Gurgel, é entrar nos mercados menos sofisticados. Mas só isso não basta, afirmou o engenheiro: "se não atualizamos nossos produtos tecnologicamente, também perdemos esses mercados porque, mesmo sem ter necessidade de produtos sofisticados, esses países estão sendo praticamente invadidos por produtos de países de alta tecnologia".

Um exemplo, são os países da América Central, nos quais os

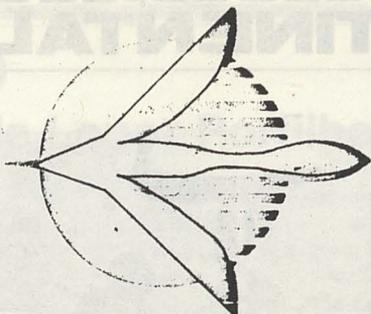
carros elétricos brasileiros estão sofrendo forte pressão dos veículos japoneses, coreanos e soviéticos, algumas vezes em condições de pagamento também especiais, segundo declarou Gurgel.

Para o industrial de Rio Claro, esse é o problema crucial da indústria brasileira: "o Brasil tem que criar um milhão e 800 mil empregos por ano; e como a agricultura não pode absover essa mão de obra, é a indústria e o comércio que têm que resolver o problema".

A solução que Gurgel preconiza é o investimento maciço na indústria, tanto para o problema da mão de obra como para equilibrar a balança comercial. Ele cita o exemplo do Japão, que, sem ter petróleo nenhum, resolveu o problema da mão de obra e da balança comercial com a exportação de manufaturados. Lembra ainda que o Japão resolveu esse problema sem criar a séria dependência tecnológica que sufoca a economia brasileira e a impede de expandir-se. "O problema é, acima de tudo, político", acrescentou.

O engenheiro informou que o carro elétrico será inteiramente nacional, isto é, sem pagar *royalties* e patentes para ninguém, e que alcançou esse objetivo imitando o Japão.

"Toda a tecnologia é nacional", frisou. E explicou: "Naturalmente, nós temos uma bibliografia bem grande do que está sendo feito no mundo. Naturalmente, vamos copiar também o que pudermos melhorar. Foi assim que os japoneses fizeram e hoje a tecnologia eletrônica no Japão, que começou há pouco tempo, supera a de muitos países de maior tradição industrial". □



LANICA

LÍNEAS AERÉAS DE NICARAGUA. S.A.

A partir do México, uma conexão direta com

- **EL SALVADOR**
 - **MANÁGUA**
- (Terças, quintas e sábados)**

De Manágua a:

- **São José da Costa Rica**
- **Panamá**
- **Miami**

No aeroporto do México, consulte o telefone 762-4708
Na cidade do México, escritório à Avenida Reforma, 322-B
Telefones 511-3290 e 511-3617

Para entrar no Brasil, o caminho é a
EMESA-TRADING.

A EMESA tem cooperado profundamente para o desenvolvimento econômico dos países africanos, especialmente em Moçambique.



Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Lisboa,
Caracas e Nova Iorque.

Rua Miguel Couto, 105/17.º — Rio de Janeiro
Telex 23649 IESA BR

PANORAMA

TRICONTINENTAL

Os Presidentes Luís Cabral e João Figueiredo



Cabral no Brasil

Teve uma repercussão amplamente favorável no Brasil, a presença do Presidente Luís Cabral. Os brasileiros acompanham com atenção os esforços do povo de Guiné Bissau, do seu partido — o PAIGC (Partido para a Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde) — e governo, para modificar a situação de atraso e abandono deixada pelo colonialismo. Os resultados desse esforço coletivo têm sido muito positivos e, em diferentes campos, são notáveis os índices de recuperação do país.

Cabral chegou ao Rio de Janeiro acompanhado de uma comissão de alto nível que incluía os comissários (ministros) de Estado das Forças Armadas, das Relações Públicas, de Obras e Urbanismo, da Pesca e da Saúde e Assistência Social, respectivamente, comandante de Brigada Umaro Djalo, Victor Saúde Maria, Alberto Gomes, Joseph Turpin e Manoel Boal; e a diretora do Centro de Investigação Científica e Cultural, Iva Cabral.

Além dos acordos culturais e econômicos, que abrem novas perspectivas ao intercâmbio entre os dois países, o comunicado conjunto e os discursos pronunciados reiteraram a condenação ao

apartheid, apoio à auto-determinação do povo da Namíbia e outras reivindicações das nações africanas, sobretudo as que, como Guiné-Bissau, são dirigidas por regimes progressistas e revolucionários.

O Presidente João Figueiredo disse que o seu governo dá prioridade às "relações sólidas e fraternas com a África". Luiz Cabral reiterou, em mais de uma oportunidade, a posição da Guiné-Bissau sobre vários problemas internacionais. Foi particularmente enfático em destacar a importância das relações entre os países do Terceiro Mundo que possam servir aos verdadeiros interesses dos seus povos, mas frisou: "dentro de uma ordem econômica internacional que seja justa".

A impressão que a visita do Presidente Luís Cabral deixou foi muito positiva. Ele sentiu bem a grande simpatia e a afinidade dos brasileiros por Guiné-Bissau e, sobretudo, transmitiu a visão de um país com problemas econômicos complexos mas que, com um governo imbuído de um ideal revolucionário e implantado nas profundas raízes históricas e culturais do seu povo, está vencendo o grande desafio do subdesenvolvimento.

MÉXICO (I)

A visita de Lopez Portillo



O Presidente López Portillo

□ Como a visita de Luís Cabral, a do Presidente do México ao Brasil está sendo esperada com interesse e simpatia nos dois países e é acompanhada com atenção nos círculos políticos e diplomáticos latino-americanos. Pelas suas características, as economias dessas nações são complementares em amplas áreas.

México é um grande produtor de petróleo — suas reservas medidas e as prováveis aproximam-no dos maiores produtores do Golfo Árabe — mas carece de minério de ferro, na medida das crescentes necessidades de sua indústria. Só esses dois produtos asseguram um intercâmbio comercial amplo para ambos os países.

As possibilidades do comércio mexicano-brasileiro não se limitam, no entanto, ao ferro e ao petróleo, mas envolvem inúmeras áreas, incluindo o intercâmbio tecnológico, que pode ser elemento valioso na luta contra a dependência das multinacionais.

O fundamental nas relações México-Brasil transcende os aspectos propriamente mercantilistas. Quaisquer que sejam as opiniões sobre a política interna me-

xicana — um assunto da exclusiva responsabilidade dos mexicanos — não se pode deixar de reconhecer e aplaudir a fidelidade desse país aos princípios de independência e liberdade.

O Presidente López Portillo tem sido um fiel seguidor dessa política, que não é de fácil execução quando se sabe que o México tem uma fronteira comum com os Estados Unidos de mais de 3.600 quilômetros; que milhões de mexicanos vivem em território norte-americano e que são permanentes as pressões de Washington, com vistas sobretudo ao petróleo do seu vizinho ao sul do Rio Bravo

O que se deve esperar das conversações de Brasília é que, além do bom entendimento econômico, delas saia fortalecida essa linha política que possa mobilizar em seu favor, além dos grandes recursos dos dois países, o compromisso dos seus povos com a luta imperialista e o desenvolvimento independente.

MÉXICO (II)

contra as experiências norte-americanas

□ As autoridades do Serviço Meteorológico Mexicano comprovaram que aviões norte-americanos manipularam os temporais nas costas mexicanas, principalmente no golfo do México, afetando o regime das chuvas no país. A acusação foi feita pelo Secretário de Recursos Hidráulicos, Francisco Merino Rabago, que ordenou uma investigação profunda sobre o assunto.

O problema da seca, que se agravou muito a partir de 1979,

já afetou também a indústria e a vida cotidiana da população: as autoridades da Companhia Federal de Eletricidade decidiram fazer cortes de energia (devido ao baixíssimo nível de água nas represas do país) a uns 40% da sua capacidade.

A denúncia de que a seca de 1979, a maior em 20 anos, pode ter sido produzida por experiências norte-americanas com aviões caça-furacões, foi motivo de uma série de protestos na cidade do

México. Um grupo de advogados, especializados em relações internacionais, afirmou que o governo mexicano pode processar os Estados Unidos por danos ecológicos e à produção agrícola.

A atual seca atrasou os planos do sistema alimentar mexicano, que tinha planejado, para este ano, o auto-abastecimento nacional de milho e trigo, e para 1982, o do resto dos grãos básicos, de modo a evitar importações.

SILES SUAZO: entre o Congresso e os militares

A vitória de Siles Suazo nas eleições bolivianas já era esperada, mas a votação que obteve foi superior às previsões. Também foi surpreendente a queda de popularidade de Víctor Paz Estenssoro, líder histórico do Movimento Nacionalista Revolucionário, que, no pleito passado, perdeu para Siles Suazo por uma pequena margem de votos. Outro dado interessante foi a ascensão eleitoral do candidato socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz e a consolidação do general Hugo Bánzer como o verdadeiro representante da direita. O antigo ditador atraiu grande parte dos votos da ala mais conservadora do MNR de Paz Estenssoro, sobretudo nas classes médias, acenando com "ordem e estabilidade", embora confesse da impossibilidade de conseguir ambas as coisas.

Dirigindo uma coligação popular, liderada pelo Movimento Nacionalista de Izquierda (MNRI), Siles, por seu lado, aumentou sua votação nos setores mais progressistas do velho MNR. Aliás a origem de seu partido vem desses setores.

Siles enfrenta agora dois problemas: reunir o apoio parlamentar para que seja confirmado na Presidência, pois não obteve maioria absoluta (nesse caso a decisão final fica nas mãos do Congresso); e também, conseguir a obediência das forças armadas ao veredito popular.

Na Bolívia, há a esperança de que o vitorioso candidato terá votos suficientes no Congresso. Quanto às forças armadas, a situação não é clara. O exército boliviano é comandado atualmente pelo seu setor mais golpista, mas, mesmo assim, tem encontrado dificuldades para concretizar o golpe, pelo temor de que a resistência popular e sindical leve de novo o país a uma guerra civil.

No seio do povo há grande esperança de que Siles assuma o poder e possa conduzir o país a um novo rumo. Lutador de muitas batalhas, profundo conhecedor das realidades do seu povo e com grande prestígio internacional, Siles Suazo pode realizar a transformação que os bolivianos esperam e para a qual lhe deram o seu apoio.

Conspiração em Maldivas



Fatullah Jameel, chanceler das Maldivas

Maldivas é um arquipélago com mais de duas mil ilhas, 298 quilômetros quadrados e 125 mil habitantes, situado a sudeste da Índia e Sri Lanka, no Oceano Índico. Sua capital, Malé, tem uns escassos 18 mil habitantes.

Apesar das pequenas dimensões territoriais e demográfica dessa república, Maldivas não ficou imune à conspiração. Seu governo não é socialista, mas mantém uma posição independente, apoiando os palestinos e as posições progressistas do Movimento dos Não-Alinhados.

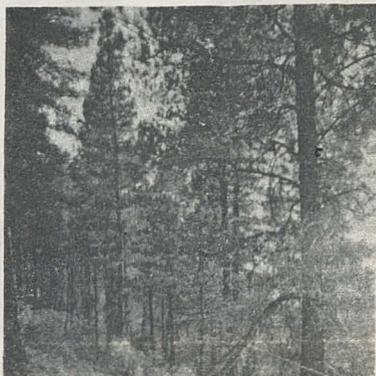
Isso explica porque um grupo de mercenários, com base em Singapura, mas quase todos recrutados na Europa, a soldo dos setores mais reacionários do país e dos seus aliados externos, tentou derrubar o presidente Maumoon Abdul.

Em Malé e outras cidades de Maldivas o povo festejou a derrota dos golpistas e renovou seu apoio ao governo de Abdul.

VENEZUELA: nem tudo é destruição

□ Há dez anos foram plantados, no meio das imensas savanas do Estado de Monagas, na Venezuela, 500 mil hectares de eucaliptos e pinheiros-do-Caribe. No próximo ano, esse bosque artificial começará a produzir madeira para uso industrial. Uma empresa criada para o desenvolvimento industrial dessa zona, a Corporação Venezuelana da Guiana, foi a idealizadora do projeto. A região sofreu uma mudança profunda na sua ecologia, passando a habitá-la veados, cobras, coelhos, toda uma fauna que vive em função do bosque. Os 100 milhões de pinheiros-do-Caribe e eucaliptos plantados têm atualmente uns 30 metros de altura e a temperatura na floresta é de aproximadamente 40 graus centígrados.

A próxima meta é plantar outros 100 milhões de pinheiros numa superfície de 140 mil hectares e 70 milhões de eucaliptos numa extensão de 50 mil hectares, em zonas próximas ao bosque atual. Num momento em que se incrementa o debate nos organismos internacionais sobre os perigos cada dia maiores da contaminação ambiental e, em todas as partes do mundo, surgem movimentos ecológicos, o êxito desse projeto mostra também que é possível ajudar a natureza para benefício comum.



Em 10 anos, uma floresta

CANADÁ: os índios defendem seus direitos

□ Os índios no Canadá representam 1% do total da população do país, ou seja, aproximadamente 30 mil pessoas. Ultimamente, eles vêm lutando e exigindo uma participação plena em todas as discussões políticas, reivindicando o auto-governo. Essa é uma luta antiga que vem desde o surgimento do Estado no Canadá, fortalecendo-se, no entanto, nos últimos anos, quando as populações nativas do vale do rio Mackenzie começaram a exigir o seu reconhecimento como Nação. No verão passado, 300 delegados índios — que representavam 60 tribos — visitaram a Inglaterra, França e Suíça, para informar os europeus sobre as suas condições políticas, econômicas e sociais.

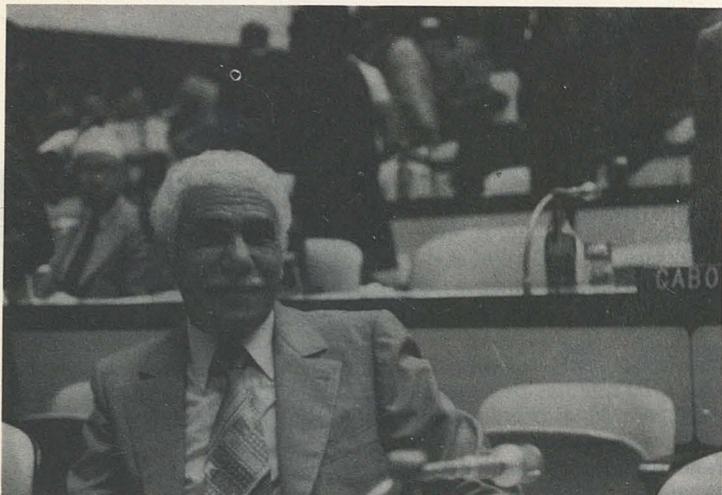
Em 1969 foi criada a "Sherman National Índia", uma organização que representa a maior parte da população indígena do Canadá. Seu presidente, Noel Starblanket, de 33 anos, não exclui a possibilidade de uma resposta violenta por parte dos índios, caso eles não recebam garantias de

que os seus direitos serão transformados em leis. "Os franceses e os ingleses defendem, cada um deles, o direito de terem sido as nações fundadoras do Canadá. O que acontece conosco?" — pergunta Starblanket. "Nós somos os primeiros habitantes destas terras e temos direitos que ninguém nos pode negar" — afirmou.

Alguns dados podem demonstrar a marginalização dos índios no Canadá. Entre eles está o desemprego que oscila de 50 a 99%; o índio conta somente com uma expectativa de vida de 42 anos, enquanto a do branco atinge uns vinte anos mais; os suicídios entre eles são nove vezes mais comuns do que os registrados entre os brancos.

Em 1947 foi criado no país o "Conselho Mundial dos Povos Nativos", organização que deseja aproximar os índios do Canadá e dos Estados Unidos aos da América Latina. "Queremos nos aproximar dos nossos irmãos latino-americanos e trabalhar estreitamente em torno dos problemas comuns que enfrentamos" — declararam os fundadores do movimento.

ARGÉLIA: a consolidação de Chadli



Quatro mil delegados do Congresso Extraordinário da Frente de Libertação Nacional da Argélia, representando todas as regiões do país, consolidaram, depois de cinco dias de intenso debate, Chadli Benjedid como a primeira figura política do país, habilitando-o a assumir plenos poderes. A decisão tomada somente um ano e meio depois de Chadli ter assumido o

poder como candidato de conciliação, demonstra que o presidente argelino soube se impor sobre as diferentes tendências do Partido, tendências que se manifestam, principalmente, através dos partidários da proeminência do Estado sobre o Partido, dos que defendem a supremacia da FLN e das correntes islâmicas conservadoras.

O Congresso Extraordinário fora inicialmente convocado para aprovar o Primeiro Plano Quinquenal Nacional, mas converteu-se em uma instância de debate essencialmente político.

O Plano Quinquenal reserva 154,5 bilhões de dinars (1 dólar = 3,60 dinars) à indústria, 47 bilhões à agricultura, e 60 bilhões à construção civil. Prevê-se, para este ano, a construção de cem mil apartamentos e igual quantidade nos anos seguintes.

As principais definições de Chadli no plano político, ratificadas pelo Congresso, foram as relativas à organização do aparelho partidário: foi eliminado o posto de Coordenador do Partido e foi reduzido o número de membros do Bureau Político. "Essas mudanças serão feitas para acelerar a construção do socialismo", afirmou Chadli. Da mesma maneira, o Presidente pronunciou-se por um socialismo nacional islâmico, na tentativa de evitar divisões políticas.

FILIPINAS: O método de sempre

Em Mindanao, a segunda ilha das Filipinas, há um poderoso movimento guerrilheiro desencadeado por setores muçulmanos da população, com o apoio dos comoneses da região. Para conter essa insurreição, além de uma repressão militar feroz, o governo do presidente Ferdinando Marcos, de extrema-direita, anunciou a criação de um "pólode desenvolvimento", com base no investimento estrangeiro.

Os investidores têm nomes conhecidos: Dunlop, Mar-Copper Mining, Parkers, etc. e, con-

cretamente, os recursos que mobilizam são tirados do próprio povo filipino. O método, o mesmo empregado em outros países: plantações para exportar, concentração da terra, expulsão dos comoneses de suas propriedades.

"A participação do setor privado (multacionais) na produção agrícola somente produziu um aumento nas privações e na pauperização do povo", assinala um estudo da Universidade das Filipinas, em cooperação com o Centro de Estudos dos Recursos do Pacífico e Ásia-Cerpa.

Panamá tira concessão da ITT

O presidente do Panamá, Aristides Royo, decidiu não renovar a concessão da empresa norte-americana ITT no país, para operar a *All American Cables and Radio* e a *ITT Central America Cables and Radio Inc.*

Em carta dirigida ao presidente e chefe do escritório de operações da ITT em Nova Iorque, Frederick W. Gibbs, Royo afirma que o governo mantém e reitera as notas enviadas pelo ministro de Governo e Justiça e pelo gerente do Instituto Nacional de Comunicações, que decidiram pelo cessamento das operações da ITT no país.

MOÇAMBIQUE: tempos de paz

24 horas depois que o Zimbabwe se tornou independente, 12 toneladas de chá para exportação chegaram ao porto moçambicano de Beira. O porto, um escoadouro natural para a produção daquele país e para Zâmbia e Malawi, além de servir às suas importações, estava praticamente inoperável desde que o governo moçambicano apoiou e fez cumprir, com rigor, as sanções decretadas pela ONU contra o governo racista da antiga Rodésia. Um preço alto que Moçambique pagou pela sua fidelidade aos princípios. Pontes e estradas de acesso ao porto foram bombardeados e destruídos pela aviação rodésiana.

Além do chá, também cinco mil toneladas de milho, exportadas do Zimbabwe para Zâmbia descarregaram em Beira e pelo menos três vezes aumentou o movimento de carga para o Malawi, desde a reabertura do porto.

Não há dúvidas de que a nova comunidade econômica da África Austral encontrará no porto de Beira um fator de desenvolvimento, que ajudará os países da região a se libertarem da dependência econômica do governo racista da África do Sul.

Mandela fala da prisão

Um dos principais dirigentes do Congresso Nacional Africano (ANC) na África do Sul, Nelson Mandela, está preso há 16 anos. Durante todo esse tempo foi praticamente impossível manter qualquer tipo de comunicação com ele. Recentemente, Oliver Tambo, Presidente da ANC, divulgou uma mensagem escrita por Mandela, a qual saiu clandestinamente do cárcere da Ilha de Robben, apesar da sofisticada vigilância.

A carta, dirigida aos militantes da ANC e às massas combatentes de seu país, passou por complicados caminhos para sair da África do Sul e demorou dois anos para chegar às mãos de Oliver Tambo. "Acreditamos que a mensagem ainda é válida", afirmou o Presidente da ANC quando a divulgou, destacando a eficiência cada dia maior do esquema clandestino na África do Sul.

"Para ver a cara real do *apartheid*" — escreveu Mandela — "devemos olhar por baixo do véu das fórmulas constitucionais, as frases enganosas e os jogos de palavras. O matraquear das armas de fogo e o roncar dos veículos blindados, a partir de 1976, romperam novamente esse véu".

"A primeira necessidade para a vitória" — destacou o dirigente preso — "é a unidade negra." E frisou: "nosso povo, os africanos, os hindus, os

mestiços e os brancos democráticos devem unir-se em uma só muralha maciça e sólida de resistência, de ação das massas unificadas. O repúdio ao *apartheid* cresce e as fronteiras da supremacia branca se estreitam".

"Nós, os que estamos confinados nas cinzentas muralhas das prisões do regime de Pretória, apelamos a nosso povo. Contamos com ele, nós que fomos mortos pela ação das armas ou pela corda da força. Saudamos todos vocês, os vivos, os feridos e os mortos, porque vocês tiveram a coragem de levantar-se contra o poder do tirano".

Mais adiante, Mandela diz em sua mensagem: "Inclusive, quando nos inclinamos diante de suas tumbas, lembramos: — estes são os mortos que vivem como mártires em nossos corações e mentes, como uma advertência à nossa desunião e às infinitas debilidades que acompanham a divisão entre os oprimidos, como uma forma de dificultar nossos esforços de cerrar fileiras". E conclui: "enfrentamos o futuro com confiança. As armas que servem ao *apartheid* não são invencíveis. Quem vive pelas armas, pelas armas morrerá."

Mandela foi um homem chave na organização do braço armado da ANC, criado depois de um massacre de negros em Sharpville.

Vasco Lourenço: a revolução portuguesa seis anos depois

O ex-comandante de Lisboa e um dos líderes do Movimento dos Capitães não acredita num golpe de direita e afirma que, hoje, a posição das Forças Armadas é a de defender a opção democrática do povo português. Ele reconhece o retrocesso nas relações com os povos africanos de língua portuguesa e a tendência direitista do governo



Seis anos após o 25 de Abril, a revolução dos cravos vermelhos, Vasco Lourenço faz com exclusividade para cadernos do terceiro mundo um balanço das conquistas e das derrotas na luta pela democratização do país. A sua entrevista é uma síntese do processo que se desencadeou em Portugal nos últimos dez anos: a falta de ideologia entre os capitães e os consequentes desvios de um projeto de liberdade e desenvolvimento para o povo português. "Mas valeu a pena" — afirmou Lourenço numa conversa informal, esclarecedora e muito rica em episódios de bastidores.

Entrevista concedida a cadernos em Lisboa.

Major, como um dos dirigentes do Movimento dos Capitães e do MFA, e como um dos condutores da Revolução Portuguesa e um dos membros mais destacados do processo posterior ao 25 de Abril, o senhor acha que a situação atual de Portugal corresponde à revolução dos seus sonhos?

— Não. Eu sonhei muito mais do que isso, mas sabemos que sonhar é fácil. Apesar de eu ter sonhado muito alto em relação aos resultados previsíveis da Revolução Portuguesa e apesar da situação atualmente existente no país, considero que o saldo ainda é francamente positivo.

Então, valeu a pena?

— Continuo a dizer que valeu a pena.

Quais foram, na sua opinião, os fatores que mais contribuíram para que a Revolução Portuguesa não alcançasse o nível sonhado?

— Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que, no início da Revolução Portuguesa, de uma maneira geral, o ideal sonhado, além de ser muito indefinido, não era muito ambicioso também. A grande mola impulsora do 25 de Abril e o objetivo dos militares ao se lançarem nessa arrancada era a derrubada do fascismo e a devolução da liberdade ao povo português. É evidente que isso trazia também o desejo muito grande de uma sociedade mais justa em matéria de democracia econômica, justiça social e desenvolvimento. E mais uma outra faceta, que considero totalmente conquistada, embora para muitos não tenha ocorrido a contento: a descolonização. As grandes perspectivas e os grandes sonhos foram, acima de tudo, mais posteriores do que anteriores ao 25 de Abril. Com a evolução do processo foi-se desejando cada vez mais.

Mas que fatores contribuíram para que nem tudo acontecesse como se desejava?

— Primeiro, a grande inexperiência dos homens que fizeram o 25 de Abril. A grande inexperiência política, principalmente. Depois, a incapacidade. Acho que essa inexperiência foi responsável por uma incapacidade muito grande ao longo de todo o processo. E por várias razões, até de conjuntura internacional, como a crise do capitalismo, na qual estamos inseridos. Ela teve uma importância muito grande em todos os inconvenientes que tivemos que enfrentar na nossa Revolução. Em relação à inexperiência, posso dar exemplos concretos que demonstram como não tínhamos a mínima preparação para a empresa em que acabávamos de nos meter. Primeiro, não tínhamos idéia da grandiosidade da luta em que nos íamos lançar.

De fato, o essencial para nós era terminar com o fascismo, devolver a soberania ao povo português, fazer eleições livres, para que o nosso povo pudesse decidir o seu destino. No dia 25 de Abril eu estava nos Açores, numa espécie de degredo, pois tinha sido preso por pertencer ao Movimento e enviado para lá. Estava numa unidade militar, mas regresssei a Lisboa no primeiro avião que houve. No dia 29 tive a primeira grande conversa com Otelo Saraiva de Carvalho e fiquei horrorizado. Ele tinha passado três dias sem dormir. Foi descansar e praticamente abandonou a situação aos oportunistas que eram muitos e que se tinham infiltrado no Movimento. A grande discussão que tive com o Otelo Saraiva foi para convencê-lo de que ele não podia voltar para a Academia Militar. Ele dizia: "Eu já cumpri a minha missão e agora volto para instrutor da Academia Militar."

O major já sabia da constituição da Junta de Salvação Nacional?

— Sim. Quando ouvi no rádio — juntamente com Melo Antunes, que também estava nos Açores — a composição da Junta de Salvação Nacional, olhamos um para outro e dissemos: "Como é possível terem ido buscar homens destes?" — alguns dos quais nem sequer conhecíamos. Após um ano, numa entrevista que foi a maior narrativa do que se passou antes do 25 de Abril, dada pelos três elementos que compunham a direção do Movimento — o Vítor Alves, o Otelo e eu — o Vítor Alves dizia: "Se o Vasco Lourenço aqui estivesse, a Junta não tinha sido aquela." O que é um fato. Este é um pequeno episódio, mas há um monte deles. Eu pertencia à direção do Movimento, como já disse, e tinha sido preso, tinha sido enviado para os Açores, tinha feito dois ou três contatos rápidos, muito ligeiros por causa da Pide, com o Movimento aqui em Lisboa. Tínhamos combinado um código para sermos avisados quando seria o desencadear do golpe. Preparamos tudo nos Açores para atuar, caso houvesse necessidade, e estávamos prontos. Mas, na verdade, não sabíamos como o Movimento se tinha desenvolvido em pormenores e como estava organizado. Regressei no dia 28 e no primeiro dia que aqui estive fui ao Posto de Comando, na Cova da Moura, e procurei saber como o Movimento estava organizado, quem estava a dirigir aquilo...

E o que o senhor encontrou lá? Havia organização? Havia gente conhecida?

— A maior parte dos oficiais que vi ali eu não conhecia.

O respeito à hierarquia

Mas eram certamente oficiais que haviam participado das reu-

nões do Movimento dos Capitães?

— É preciso explicar melhor. Antes de ser preso, a minha missão principal era dirigir a ligação. Portanto, não havia nenhum oficial do Movimento que eu não conhecesse. Passado um mês e meio, a maior parte dos que vi ali eu não conhecia. Depois participei de uma cena interessante. Cheguei à sala de operações, fardado, e vi um major, também fardado, a dar ordens a capitães que eu conhecia do Movimento. Perguntei: “Mas quem é aquele indivíduo?” Ele me viu quando eu estava a perguntar e dirigiu-se a mim: “Mas quem és tu?” “Desculpa”, respondi, “mas eu perguntei primeiro.” “O que estás aqui dentro a fazer?” — insisti. “Sou o major fulano de tal e estou a comandar a sala de operações” — respondeu. Então eu disse: “Mas como é possível estares a comandar a sala de operações e não me conheceres? Põe-te na rua que estás aqui a mais” — gritei com ele. E o major saiu muito escandalizado da sala de operações. Mas a situação era de fato esta.

Onde está ele hoje?

— Está nas Forças Armadas, e não é dos piores.

Poderíamos afirmar que houve também um pouco de timidez, por serem jovens, por serem capitães, para assumirem diretamente o poder, ou foi só mesmo inexperiência?

— Por timidez eu não diria, mas costume utilizar como exemplo aquela história de um conto antigo: um exército conquistou uma cidade, não soube o que fazer com ela e voltou a entregá-la ao Rei...

O respeito à hierarquia funcionou?

— Não sei se a hierarquia funcionou, porque havia muito tempo a hierarquia em Portugal não funcionava. A maioria deles, du-

rante muito tempo, fez as suas jogadas “debaixo da secretária”, como costumamos dizer, e deixaram que o processo seguisse. Aliás, considero que ao longo de todo esse processo, a maior parte dos oficiais superiores teve uma influência muito grande, contribuindo, inclusive, no ano de 1975, para desorganizar as Forças Armadas, quando se demitiram.

Eles se afastaram ou abandonaram o Exército?

— Não. Uns se afastaram completamente, mas outros se afastaram somente de espírito, o que foi pior, pois estão agora, na sua grande maioria, participando de “corpo inteiro”.

Em busca de um general

Como o senhor vê o problema da descolonização?

— Desculpe, mas ainda lhe devo um pequeno esclarecimento em relação à hierarquia do nosso Exército, que tem muito a ver com a mentalidade da maior parte dos militares. Havia ansiedade em se ter um militar mais graduado, um general, para comandar. Aliás, essa discussão começou quase no início do Movimento e foram vencendo os elementos que consideravam importante o surgimento de um general para comandar.

Mas a necessidade de um general foi um problema que sempre existiu?

— Posso contar quatro pequenos episódios da conspiração. Na primeira reunião do Movimento, ainda em 1973, em que aparecem o Vítor Alves¹ e o Pinto Soares², estávamos discutindo o problema do decreto-lei³ quando, depois de mais uma exposição menos uma exposição, lancei uma “bisca”⁴, como costumamos dizer. Levantei a voz e disse: “Com exposições nós não vamos a lado nenhum. Temos é

que pensar em dar um golpe militar, formar uma Junta Militar e, passado um ano, fazer eleições livres.” A reação do Vítor Alves foi perguntar: “Onde arranjias tu generais para a Junta Militar?” Respondi então: “Não tens generais, não tens brigadeiros, não tens coronéis, não tens majores, mas tens capitães.” “Mas tu és louco? Pensas ser capaz de pertencer a uma Junta Militar?” — afirmou o Vítor Alves. “Se estou a pensar em derrubar o governo, não vejo por que não me hei de sentir capaz de pertencer à Junta Militar” — respondi.

Um outro episódio ocorreu em Óbidos, numa reunião em que viria a ser discutida e constituída aquela que devia ser a Co-

1 — Tenente-coronel Vítor Alves

Um dos principais impulsores do Movimento dos Capitães. Foi Ministro sem pasta no I, II e IV Governos Provisórios, e integrou o Conselho da Revolução (13 de março de 1975) de que ainda hoje faz parte. Foi da Comissão Coordenadora do MFA e da sua direção, juntamente com Otelo Saraiva e Vasco Lourenço. Também pertenceu ao Conselho de Estado.

2 — Major Pinto Soares

Oficial que participou nas estruturas iniciais do MFA, da sua Comissão Coordenadora. Em 1975, promovido a general, foi comandante da Academia Militar. Pertenceu ao Conselho de Estado e ao Conselho da Revolução.

3 — Decreto-lei

Vasco Lourenço refere-se a um decreto publicado em 1973 que favorecia nas promoções os oficiais oriundos dos quadros milicianos em relação aos oficiais vindos da Academia Militar. Foi em torno dessa questão que os promotores do Movimento dos Capitães aglutinaram dezenas de camaradas, fazendo evoluir, ao longo das diversas reuniões clandestinas, o caráter estritamente profissional e classista para aspectos políticos e institucionais de que resultou o surgimento do MFA.

missão Coordenadora que iria até o fim. Uma das perguntas a que os presentes na reunião teriam de responder era a da necessidade ou não que havia em arranjar generais para chefiar a conspiração. Depois de muita discussão chegou-se à conclusão de que se tinha mesmo de arranjar generais. Feita a votação foi escolhido em primeiro lugar o Costa Gomes e em segundo lugar o Spínola.

Um terceiro episódio aconteceu numa reunião anterior à de Óbidos, quando apareceu o tenente-coronel Banazol, um homem que foi considerado louco. Estávamos em novembro de 1973 e ele surgiu com uma proposta de golpe militar imediato, sem preparar nada: um golpe feito de maneira esquisita, através de uma sublevação em Évora (onde ele comandava um batalhão que estava em preparação para ir para a Guiné), seguindo rumo a Lisboa e tentando conquistar tudo. A intervenção desse tenente-coronel tem de fato uma grande virtude: a de despertar bastante as consciências para a necessidade de se ultrapassar o aspecto profissional, e passar a pensar-se no aspecto político. Lembro-me perfeitamente daquela reunião em São Pedro do Estoril e do meu desabafo para alguns camaradas: "É impressionante como se está a dar importância ao que ele diz. É impressionante o entusiasmo que as suas propostas estão a gerar nos oficiais aqui presentes. Estou farto de defender a necessidade de um golpe militar que derrube o regime e crie condições para a instauração de um regime democrático em Portugal. Como sou capitão ninguém me

ouve, mas assim que aparece um tenente-coronel é o que se vê!"

Finalmente, há um caso passado em Cascais, na reunião que pode considerar-se a última das grandes reuniões antes do 25 de Abril. Foi em 5 de março de 1974, e aí se aprovou o que pode ser considerado o primeiro esboço de um programa político. Um dos assuntos que mais uma vez é fortemente discutido é o já velho e sempre presente assunto da necessidade de escolher generais para chefes (passados seis anos, chega a parecer-me impossível como os jovens oficiais serviam para tudo, menos para aparecer como chefes do Movimento). Depois de uma forte discussão do general, não-general, do chefe, não-chefe, e quando se discutia o esqueleto do que seria o nosso programa político, é feita pelos oficiais ligados ao general Spínola, a seguinte proposta: "Mas por que estamos nós a discutir programas? Temos um chefe, entregamos-lhe o comando e seguimos atrás dele. Para

que precisamos nós de programa político?" Ao se perguntar quem era esse chefe, responderam "Spínola, evidentemente!" Felizmente a reação a esta proposta foi imediata: ela não foi aceita e aprovamos o que seria o primeiro esboço do programa político. Manteve-se, no entanto, a necessidade de escolher generais para chefes. Feita a votação, mais uma vez foram escolhidos o Costa Gomes e o Spínola.

Mas persiste a procura do chefe?

— A necessidade do chefe mantém-se e posso contar-lhe outro episódio, que já não vivi, mas me contou o Otelo. Foi na véspera do 25 de Abril. Alguns capitães diziam: "Eu não arranco se não vier a ordem de operação assinada por um general." O Otelo perguntava se a sua assinatura não chegava, e se tinha que ser a de um general. Felizmente, eles acabaram por se convencer de que não era necessária a assinatura de um general. Isso exemplifica bem este problema a que eu



Vasco Lourenço: "o saldo da Revolução de Abril é francamente positivo"

4 - "Bisca"

Lançar numa discussão uma sugestão ou proposta inesperada, mas possível de ser aceita. Deve ser entendido como "jogar um verde", "jogar a isca".

não chamaria de "timidez" dos militares.

Mas vocês não tinham conhecimento, não sabiam de outras experiências existentes no mundo?

— Sabíamos muito pouco. Havia um conhecimento muito limitado da experiência peruana e também da experiência cubana, mas era diferente. É evidente que havia homens, como o Mello Antunes, por exemplo, que tinham uma melhor preparação do que a maioria dos militares. A grande maioria tinha relativamente poucos conhecimentos desses processos. Eles só foram conhecidos depois do 25 de Abril, quando houve a possibilidade de acesso a documentos e livros. Antes do 25 de Abril, o aspecto principal era mesmo, de fato, a necessidade da derrubada do fascismo e do fim da guerra colonial, da liberdade para os portugueses e da construção de uma sociedade mais justa. Mas as pessoas não tinham bem a noção da grande empresa em que se iam meter. E como já me referi, a grande prova disto foi a do Otelo, no dia 29, a dizer que o golpe estava concluído e que ia voltar a ser instrutor da Academia Militar, pois a sua missão estava cumprida. Para o convençer tive que lhe dizer: "Tu não fizeste nada, o que fizeste não custou nada, doí extremamente fácil, muito fácil mesmo. Estás convencido de que fizeste uma grande coisa que não custou nada. O mais difícil ainda está por fazer..."

"Corres com o Spínola"

O senhor poderia detalhar um pouco mais esse seu contato com o Otelo no dia 29 de abril?

Após regressar dos Açores na noite de 28 para 29 de Abril, não consegui falar nem com o Otelo, nem com qualquer outro

dos elementos principais do Movimento. Já muito tarde, cerca da meia noite, apareceu o Otelo no Posto de Comando e foi então que tivemos uma longa conversa, de cerca de quatro horas, a sós, de que recordo alguns aspectos que mais me chocaram. Além do que me referi antes, poderei adiantar-lhe outros. O Otelo contou-me o que se passou no Posto de Comando no dia 25 de abril. Ele estava lá, comandando as operações, quando chegaram os militares que tinham sido presos no dia 16 de março⁵ e levados para a prisão de Trafaria. Um deles, tenente-coronel Bruno, muito ligado a Spínola, chega ao Posto de Comando e começa a dar ordens: "Quem é que está a comandar as forças que estão no aeroporto?" Otelo respondeu: "É o capitão Rui Rodrigues." E Bruno disse: "Capitão é pouco, tem que ser um major." E continuou a perguntar quem eram os outros comandantes e a dizer que capitão era pouco. Ora, o capitão Rui Rodrigues tinha servido para comandar as forças e para ocupar o aeroporto. Passadas duas ou três horas, ele já tinha poucos galões para estar a comandar e ser responsável pela defesa do aeroporto. "E tu permitiste isso?" — perguntei indignado a Otelo. "Não percebo por que esse indivíduo não saiu pela porta a fora, corrido a ponta-

5 — 16 de março de 1974

Golpe militar facilmente dominado pelo setor do exército fiel ao regime de Caetano. Essa tentativa de golpe mal coordenada resumiu-se no avanço de uma coluna de blindados do quartel das Caldas da Rainha. Detida nas portas de Lisboa, foi dirigida principalmente por oficiais ligados a Spínola e pretendeu antecipar-se ao MFA. Serviu, contudo, como "ensaio geral" do 25 de Abril, permitindo aos oficiais revolucionários analisar a resposta do regime a uma tentativa insurrecional.

pés" — afirmei. O Otelo disse que o oficial queria mostrar-se importante na frente do Spínola, que estava ali, e ele não desejava criar desde logo problemas com o Spínola. "Mas se o Spínola criasse problemas — disse eu — corrias com o Spínola". E disse mais: "Então qual é o problema? Já estás a abandonar o comando, logo no dia 25!"

Vocês tinham alguma idéia do quadro político português e das possíveis alianças do adversário?

— No meio político acho que havia alguns contatos, mas poucos, porque a grande massa, a grande maioria dos homens que se lançaram na empresa do 25 de Abril e que deram mesmo o golpe, não tinham aspirações políticas. Havia alguns conhecimentos, ligações com pessoas da oposição, principalmente de alguns elementos da Armada (Marinha). Mas a Armada teve um papel secundário na conspiração e na arancada para o 25 de Abril. Na realidade pode dizer-se que o 25 de Abril foi feito pelo Exército. A partir de uma certa altura, houve ligações com a Armada e com a Força Aérea. Mas a ligação foi pequena e a sua participação posterior foi relativamente secundária. Aliás, da Força Aérea e da Armada, infelizmente, são muito poucos os que participaram mesmo do 25 de Abril. Mas eu não diria que, quer na Força Aérea quer na Armada, os homens não estivessem dispostos e prontos a participar. O que não houve foram condições, porque o Exército, que era a base do Movimento, ocupou todo o terreno com as suas tropas. Além disso, relativamente pouco tempo antes do 25 de Abril, houve uma tentativa para abortar o golpe por parte de setores da Armada.

Mas por que apareceu essa iniciativa da Armada?



O então Presidente Costa Gomes e o Primeiro Ministro Vasco Gonçalves com os membros do Conselho da Revolução

— Alegavam que estávamos muito pouco maduros, muito imaturos, com muita falta de experiência. Diziam ser melhor adiar tudo para fazer as coisas com mais segurança. A nossa reação foi a de que ou era agora ou nunca, pois a oportunidade não podia ser perdida e tínhamos que aproveitá-la, apesar da sensação de que estávamos entrando numa câmara escura.

Posteriormente, foram perdidas algumas posições conquistadas com o 25 de Abril. O senhor acha que a experiência do golpe ou a falta de experiência do golpe não foi absorvida no processo de luta, de maneira a lhes dar elementos para impedir que os oportunistas e a contra-revolução se infiltrassem?

— Os oportunistas foram um fato real e a sua ação fortemente negativa. Mas não terá sido essa a única razão dos erros cometidos no processo revolucionário.

Com a entrada, ainda que de forma indireta, da luta partidária para o seio do MFA, acabamos por nos desunir, o que provocou a perda de muitos camaradas ao longo do processo. É claro que esse fenômeno, para ser bem compreendido, terá que ser inserido no processo geral que se viveu em Portugal. Até porque, a capacidade de união entre os militares foi ainda o que evitou maiores separações, não permitindo que se verificassem confrontos graves.

Portugal à direita

Fala-se muito, aqui e no estrangeiro, de que há um processo de direitaização na política portuguesa e também nas Forças Armadas. O senhor acredita que exista esse processo e que dentro das Forças Armadas o ideal do 25 de Abril é persistir, diminuir

ou avançar? Enfim, como o senhor vê tudo isso?

Em relação à política portuguesa, é inegável que, de fato, a situação está mais à direita do que nunca depois do 25 de Abril, ainda que eu esteja convencido de que a situação é mais conjuntural do que definitiva; que dentro de algum tempo haverá novamente um consenso em torno de uma posição mais progressista. Em relação às Forças Armadas, é evidente a influência do que se passa no país. De uma maneira geral, as Forças Armadas são de natureza conservadora, e as de Portugal não são exceção. Houve efetivamente condições especiais em Portugal que possibilitaram que as suas Forças Armadas evoluíssem e participassem do 25 de Abril.

Neste momento, poderei dizer-lhe que considero a resultante das Forças Armadas como positiva, no que diz respeito ao es-

pírito do 25 de Abril. Se a maioria dos quadros superiores não está muito ligado a esse espírito, o fato é que as Forças Armadas são constituídas pelos oficiais, sargentos e praças. E a sua resultante é, não tenho dúvidas, francamente pró-25 de Abril. Acrescento ainda que o objetivo das Forças Armadas, principalmente por parte dos homens que estão com o 25 de Abril, não é o de fazer outro golpe do mesmo tipo, mas evitar que através das Forças Armadas seja dado qualquer golpe de direita do gênero do 28 de maio de 1926^o. Estou em condições de dizer que não será possível utilizar as Forças Armadas para fazer qualquer golpe reacionário.

Como o senhor explicaria então, neste contexto, o revanchismo dentro das Forças Armadas em relação aos homens que fizeram o 25 de Abril se, como disse, persiste o espírito de Abril?

— É de fato difícil conceber a existência desses dois fenômenos, ao mesmo tempo. Repare, no entanto, que eu lhe afirmei que a resultante dos principais chefes militares não está de acordo com a resultante global das Forças Armadas.

O Revanchismo

O senhor está certo de que não existe mesmo a possibilidade de um golpe militar, qualquer que seja, vindo das Forças Armadas?

— Nem para um lado, nem para outro. Posso garantir, entretanto, que para a esquerda não estamos nem a pensar nisso. *Voltando ao revanchismo...*

6 — 28 de maio de 1926

Golpe militar reacionário que pôs termo à Primeira República parlamentar instaurada em 1910 e que abriu o caminho para a tomada do poder por Salazar (1928).

— Temos que ter em conta que não é possível hoje fazer a mesma coisa que foi feita no 25 de Abril. Existe, sem dúvida, um revanchismo muito grande em relação aos homens que fizeram o 25 de Abril. É evidente que a luta é muito difícil. O Conselho da Revolução tem a sua quota-parte na responsabilidade de não conseguir evitar alguns resultados negativos nesse campo. Mas como, no meu entender, a resultante do processo ainda está com Abril, eles, os revanchistas, não conseguiram atingir os objetivos que pretendiam. Daí a minha esperança de que este revanchismo acabe por cair por terra, ainda que infelizmente esteja a criar muitos problemas, com a perseguição de camaradas de uma maneira absolutamente inqualificável. E estou certo de que a evolução da sociedade portuguesa virá a influenciar no sentido de uma melhor atuação no interior das Forças Armadas.

Major, se a solução não vem das Forças Armadas, se o quadro político português é hoje conservador, o senhor acredita que uma mudança possa vir somente dentro do contexto eleitoral?

— Nós apostamos efetivamente nisso. Na verdade, a grande batalha dar-se-á no quadro político e não dentro das Forças Armadas, porque neste momento a nossa luta é para que as Forças Armadas se subordinem ao poder político. Não de uma maneira subserviente, como aconteceu, por exemplo, ao longo de cinquenta anos de fascismo, quando Salazar se serviu sempre delas como suporte de um regime ditatorial. Que se subordinem garantindo a livre opção do povo português. E desde que seja garantida a livre opção, estou absolutamente convicto de que a tendência acabará por ser progressista, pois uma política que defenda o interesse da maioria é, com cer-

teza absoluta, progressista. Temos que lutar em termos de Forças Armadas para que elas não sejam utilizadas pela direita para influenciar a decisão dos portugueses. Não poderão ser possíveis atuações como a que teve o chefe de Estado-Maior da Força Aérea quando a Assembléia da República não aprovou o orçamento do governo de direita de Mota Pinto. É que a subordinação das Forças Armadas ao poder político, o funcionamento das instituições democráticas, implica na aceitação dos resultados quer sejam de direita ou de esquerda. Não poderão ser também utilizadas para consolidar posições que, de forma conjuntural, essa mesma direita venha a conquistar, como é, de fato, a situação que se vive hoje aqui.

Então não há perigo de um golpe antidemocrático em Portugal?

— Estou absolutamente convencido que não.

Os erros da descolonização

O senhor falou no princípio da entrevista que houve erros na descolonização. Como o senhor a viu e como a vê hoje?

— Eu gostaria de ter participado mais diretamente do processo de descolonização, mas infelizmente não participei em termos diretos. A descolonização começa por ser um erro tremendo, porque foi feita muito tarde. Bastam treze anos de guerra para justificar esse erro. Treze anos de guerra que fizeram com que as condições para essa descolonização não fossem as melhores. Devíamos ter tentado evitar alguns erros. O desejável era que as relações entre os portugueses, mesmo os que estavam lá colonizando, e os novos povos independentes fossem hoje melhores. Mas isso foi impossível de conseguir, principalmente pela existên-

ESPECIAL

cia da guerra colonial, que serviu para aprofundar os traumas que já existiam através da colonização em si mesma.

O senhor acha que agora está sendo feito o necessário para que esses traumas desapareçam, para que as relações entre Portugal e as suas ex-colônias tenham melhores perspectivas?

— Há luta nos dois sentidos em Portugal. E isto, infelizmente, porque embora as forças progressistas ainda façam tudo para a melhoria dessas relações, a imprensa de direita faz o contrário. Basta ver a maneira como promovem o Jonas Savimbi. E isso é negativo para as relações com o povo de Angola, com o Estado de Angola.

O senhor acha que os esforços efetuados pelo presidente Eanes para melhorar as relações com as ex-colônias estão hoje comprometidos com a subida ao poder de um governo de direita?

— O presidente tem defendido uma política que considero correta. Neste momento, é evidente que as condições não são as melhores, e eu penso que alguns passos positivos que foram dados podem estar em perigo. Está a haver, de fato, um retrocesso no aprofundamento das relações de amizade entre Portugal e os países independentes africanos de língua portuguesa.

Voltando mais uma vez à descolonização de Angola, nos parece que ela começou com um reconhecimento tardio da independência por Portugal. Como o senhor explicaria esse atraso? Se não me engano, Portugal foi o 88º país a reconhecer a República Popular de Angola.

— O processo angolano foi muito complexo. Em Moçambique e na Guiné, havia um só movimento de libertação. Em Angola havia três, bastante opostos

uns dos outros, com apoios externos diferentes.

Mas poderiam ser realmente chamados de movimentos de libertação aqueles com ligações comprovadas com a CIA e outros serviços?

— Eram movimentos de libertação em relação à dependência colonial. Havia ajuda dos norte-americanos e dos chineses, mas todos, realmente, estavam a lutar pela independência. Podia não ser, por exemplo, a independência *tout court*, a independência total. Podiam estar a lutar por formas de independência neocolonial. Mas o que é certo é que eles estavam de fato a lutar com armas na mão contra o Exército português. E como tal foram reconhecidos como movimentos de libertação.

O major concorda com o igual tratamento dado pelas autoridades portuguesas aos três movimentos?



Com Melo Antunes (direita) e Vítor Alves (centro), Vasco Lourenço dialoga, na época em que ainda estava com a patente de general

— Era extraordinariamente difícil fazer de outra maneira. Portugal estava em luta com os três movimentos de libertação e dificilmente poderia, naquele momento, antes da solução do problema interno, optar por um contra os outros. O que nós pretendemos foi descolonizar mesmo. Não pretendíamos contribuir para uma nova forma de neocolonialismo. Se optássemos por qualquer um dos três movimentos não estávamos propriamente a descolonizar. Estaríamos a interferir diretamente nos problemas internos do povo angolano. O problema tinha que ser resolvido por eles, como acabou por ser.

Mas e depois, a 11 de novembro de 1975, quando foi proclamada a independência?

— Aí a situação é diferente. A Unita tinha abandonado o governo provisório de Angola e, no meu entender, devíamos ter reconhecido logo o governo que se formou em Luanda. Foi onde permaneceu o MPLA. Mas uma coisa é a situação que se viveu no 11 de novembro e outra coisa é a situação que se viveu até aí.

Mas por que o atraso?

— Foram vários problemas de natureza interna, até de pressões internacionais. Mas aí eu preferia não entrar em detalhes.

E o Conselho da Revolução?

— O Conselho da Revolução nesse momento estava muito condicionado pela posição do governo. A posição tinha que ser conjunta e o Conselho não poderia reconhecer o Estado de Angola sem que o governo também o fizesse.

Havia uma posição unânime no Conselho da Revolução?

— Não era unânime. Não posso garantir, mas acredito que a maioria era pelo reconhecimento imediato.

O senhor concorda com o desaparecimento do Conselho da Revolução como órgão soberano?

— Eu acho que sim. É desejável que o Conselho da Revolução desapareça depois da revisão constitucional. Porque, se não desaparecer, será a continuação de uma situação de não-existência democrática. Penso que quanto mais depressa as Forças Arma-

das se subordinarem ao poder político, melhor para o país. Com o desaparecimento do Conselho da Revolução espero que não surja uma situação de outra espécie: um Conselho da Revolução formado pela hierarquia militar. Um “Conselho da Revolução” camuflado.

Teme-se que com o desaparecimento do Conselho da Revolu-



Na Guiné, em plena guerra, Vasco Lourenço começou a questionar o papel do colonialismo na África

ção como órgão de soberania, os militares de direita tomem conta das Forças Armadas. Isso seria democrático?

— A tentativa é natural que exista. Quanto a conseguirem, será um bocado difícil.

O jogo democrático

Em grande parte da América Latina, as Forças Armadas têm impedido revoluções democráticas, que levariam os países latino-americanos a posições mais progressistas. Em Portugal, passa-se exatamente o contrário quando, através de eleições, a direita está no poder. Isso poderia levar à revisão das conquistas do povo português no 25 de Abril? Haveria a possibilidade da própria Constituição, em casos específicos, ser contornada?

— Neste momento, penso que o nosso objetivo em Portugal deve ser o das Forças Armadas garantirem a livre expressão de todo o povo português. Que garantam, portanto, por inteiro, as liberdades democráticas e não apenas de maneira camuflada. A Constituição da República Portuguesa, que foi aprovada por cerca de 92 ou 93% dos deputados da Assembléia Constituinte, depois de uma eleição totalmente livre, terá que ser revista agora, mas apenas por uma maioria de dois terços. Se essa maioria de deputados escolhidos pelos portugueses quiser rever a Constituição de forma a colocá-la bastante à direita, em termos democráticos, não serão as Forças Armadas que deverão tentar detê-la. Se não houver essa maioria de dois terços, o papel das Forças Armadas será o de não permitir que alguém ou algumas forças tentem a revisão da Constituição ou que a façam de uma maneira encoberta. Que se jogue o jogo democrático.

Portugal e o Terceiro Mundo

No contexto internacional há uma discussão histórica que diz que Portugal é um país mais europeu do que ligado aos povos em desenvolvimento, enfim, aos povos do Terceiro Mundo. Parece que atualmente a balança se inclina mais para uma europeização das relações internacionais de Portugal. Como o senhor vê isso?

— O que se passa é uma situação camuflada que realmente existe. Começa-se por acusar pessoas de defenderem idéias que nunca defenderam. Acusam o Melo Antunes de defender a posição de que Portugal é um país do Terceiro Mundo. O que não há dúvida nenhuma é que Portugal é um país da Europa e como tal tem que ser encarado. Agora, pretender integrar Portugal na Europa da maneira como estão tentando integrar, apenas pelo fato de ele estar geograficamente na Europa, é nitidamente pretender transformar Portugal num reboque das grandes potências europeias. Não concordar com isso não significa dizer que Portugal não é um país da Europa. Portugal tem condições para se inserir em todo o contexto mundial de uma forma que lhe possibilite a sua inserção na Europa com certos trunfos.

Deixar de ser "um jardim à beira-mar plantado..."

— Portugal, ao longo da nossa história, sempre teve expansão para fora da Europa, nunca tentou expandir-se na Europa com resultados positivos.

Não está defendendo a colonização, major?

— A colonização foi extraordinariamente benéfica no seu momento próprio. Se não houvesse colonização, não haveria o Brasil. E o Brasil não seria o

grande país que é hoje. A colonização foi, naquele momento, a corrente histórica que, no meu entender, não é sequer combatível. O grande erro foi não terem surgido outros D. Pedros na devida altura... Portugal tem condições para se ligar a países do Terceiro Mundo com extraordinárias facilidades; com países de língua portuguesa, a começar pelo Brasil; de ser um extraordinário meio de ligação entre os países do Terceiro Mundo; e também temos condições muito especiais para nos ligarmos ao Mundo Árabe. E isso seriam trunfos formidáveis para jogarmos na nossa inserção na Europa.

Mais independência

E a ligação com a Otan?

— É a mesma coisa. Depois de 25 de abril, nunca ninguém defendeu a posição de que deveríamos sair da Otan. De fato, é uma fatalidade estarmos na Otan, como seria uma fatalidade se estivessemos no Pacto de Varsóvia. O errado é existirem blocos.

Mas há graus de dependência, não há?

— É evidente. E a nossa posição deve ser a de estar cada vez menos dependentes e com mais independência.

Mas não é o que defende o atual governo?

— O atual governo, evidentemente, defende posições que são as dos chamados "falcões ocidentais". E, além do mais, defende uma maneira de atuar quase que ridícula. Neste momento, Portugal, além da subserviência a certas potências, começa a ter atitudes que não estão nada de acordo com a sua importância como país. Faço votos para que a situação em Portugal mude rapidamente e retomemos a nossa ligação aberta com todos os povos do Mundo. □

Música brasileira em Angola



Chico Buarque de Holanda na "Tourada", quando apresentava Djavan

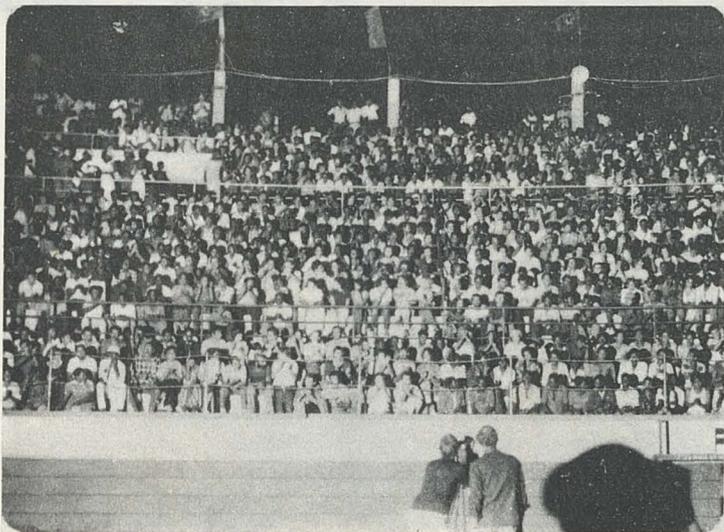
Depois de uma curta passagem de Martinho da Vila por Angola em 1973, o povo de Luanda, Lobito e Benguela pôde novamente tomar contato com a música e artistas brasileiros, desta vez dentro de uma outra perspectiva. Uma Angola livre e independente recebeu uma caravana de artistas brasileiros com aquilo que a imprensa angolana qualificou de "um abraço do *semba* ao *samba*", onde povo e artistas confraternizaram-se numa retomada de contato e de origens.

A "Tourada" — antigo campo de corrida de touros onde o colonialismo português "matava as saudades da terrinha" tentando repetir em Luanda, tropicalmente, as tardes taurimáquicas do Campo Pequeno, no verão lisboeta — teve, pela primeira vez, um público calculado em vinte mil pessoas (com quase dez mil do lado de fora), a aplaudir e a vibrar com a música e o ritmo de um grupo de quase quarenta artistas brasileiros.

Mesmo para os mais prevenidos, causou espanto a presença de muitos dos expoentes da música popular brasileira, como Chico Buarque de Holanda, Dorival Caymmi, Clara Nunes, Martinho da Vila, Edu Lobo, Francis Hime, Paulinho Nogueira, João



Clara Nunes: som, graça e movimento



Parte do público presente na "Tourada". O espaço não foi suficiente e muitos ficaram de fora

do Vale, Elba Ramalho e muitos outros intérpretes e compositores de alto gabarito.

O "Projeto Kalunga"

Dando seqüência à vinda de Martinho da Vila a Angola antes da independência, um grupo de artistas brasileiros simpatizantes do MPLA planejou uma caravana musical que deveria visitar alguns países da África, entre eles as antigas colônias portuguesas para, de uma maneira mais concreta, levar o seu apoio às lutas de libertação. Foi feito um convite a Chico Buarque, que prontamente concordou. Nasceu aí o "Projeto Kalunga" que, somente em 1980, mercê das injunções políticas internas de ambos os países, pôde ser concretizado.

Numa rápida conversa com o produtor Wellington Lima, pudemos saber que a caravana compunha-se de sessenta e cinco pessoas: oito técnicos, assistentes de produção, diretores, jornalistas e trinta e seis artistas de renome internacional. A previsão era de quarenta artistas mas, por razões diversas, cantores como Alcione e Elis Regina não participaram; a última, por estar presa a rígidos contratos aos quais não podia fugir.

Chico Buarque disse sentir-se recompensado, porque "os artistas trazem uma mensagem de luta e solidariedade do povo brasileiro para todos os angolanos", acrescentando que "estamos do lado do povo brasileiro e não do Brasil oficial, e por isso chegamos até aqui sem nenhuma colaboração do governo". Referindo-se às grandes barreiras que os artistas brasileiros têm enfrentado dentro do contexto cultural do seu país, Chico acrescentou que "a música no Brasil tem lutado muito contra os obstáculos que lhe

impõe o governo, mas acho que a batalha vem sendo ganha por nós”.

O nome do projeto, “Kalunga”, foi sugerido pelo promotor do espetáculo, Fernando Faro, e Chico explicou sua razão: “Kalunga é o mar. Kalunga é o mundo do mistério, do segredo, do sacrifício e da privação. Achei-o fantástico e por isso o escolhemos, uma vez que isso também existe na cultura angolana”.

Os espetáculos

Os artistas brasileiros tiveram a oportunidade de se apresentar diante do público angolano em seis ocasiões: três vezes em Luanda, duas em Benguela e uma em Lobito; e a cada apresentação, repetiam o sucesso e bom acolhimento das anteriores. Em Luanda, por duas vezes, a “Touzada” esteve completamente lotada e o Teatro Karl Marx literal-

mente apinhado de gente. E foi nesse teatro que Martinho da Vila, cantando em *kimbundo*, eletrizou a assistência e onde, também, a negra Ivone Lara foi aplaudida de pé.

A lista dos artistas componentes da caravana é enorme. Trinta e seis cantores e compositores como Chico “e família”, Marieta Severo, Miúcha e Cristina; Edu Lobo, Francis e Olívia Hime, João do Vale, Clara Nunes, Paulinho Nogueira, Elba Ramalho, Djavan, Chico Batera, Geraldo Azevedo, Novelli (que também foi o produtor musical), o Quinteto Violado, Rui do MPB-4, e a figura ímpar de Dorival Caymmi que foi rever o culto a Iemanjá entre os pescadores da Ilha do Cabo.

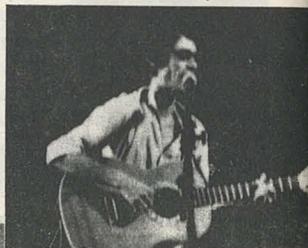
A presença de músicos e artistas brasileiros em Angola veio reforçar os laços históricos e culturais que unem as duas nações.



Martinho da Vila repetiu o sucesso de 1973



Dorival Caymmi

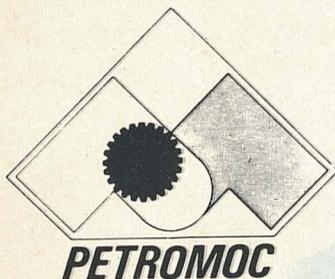


Novelli, diretor musical das apresentações



Miúcha, Geraldo Azevedo, Elba Ramalho e Djavan, quando “aqueciam” as gargantas e instrumentos.

uma força moçambicana ao serviço dos motores da produção



EMPRESA NACIONAL PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE-E.E.

Caixas Postais 417 e 1866
Telex 6-382 PETRO MO
Telef. 2 7191 Maputo
República Popular de Moçambique

